



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Marianne da Silva Rocha

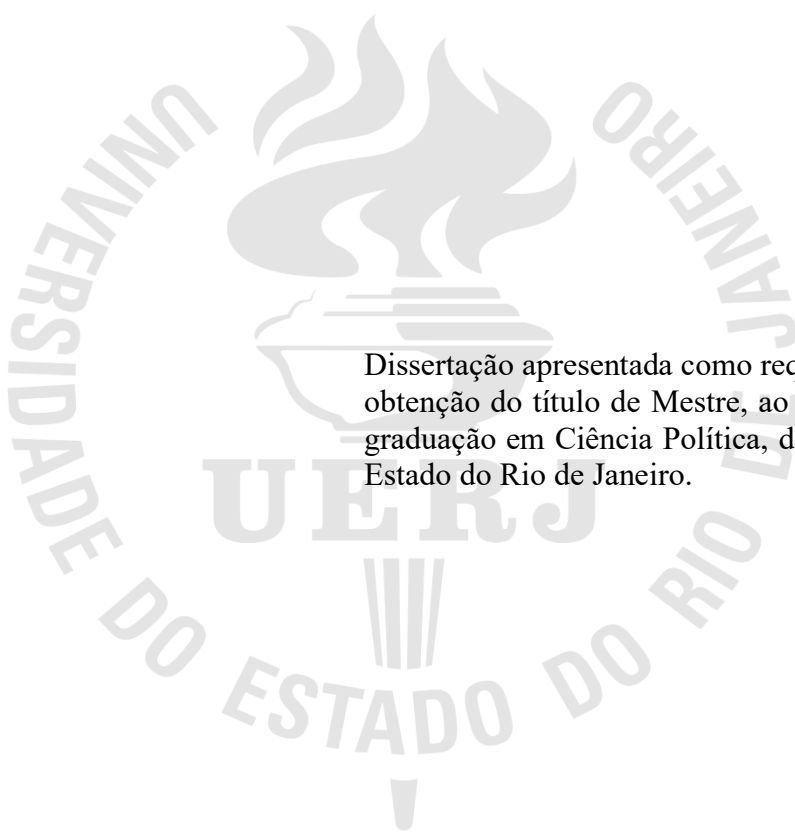
**Sob a lente do nacionalismo: o Pan-africanismo e o desafio de uma teoria
política historicamente informada**

Rio de Janeiro

2021

Marianne da Silva Rocha

**Sob a lente do nacionalismo: o Pan-africanismo e o desafio de uma teoria política
historicamente informada**



Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
graduação em Ciência Política, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Maurício Domingues.

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D-IESP

R672 Rocha, Marianne da Silva.
 Sob as lentes do nacionalismo: o pan-africanismo e os desafios de uma
 teoria política historicamente informada / Marianne da Silva Rocha. – 2021.
 121f.

Orientador: José Maurício Domingues
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Pan-africanismo - Teses. 2. Nacionalismo – África – Teses. 3. África –
Política e governo – Teses. 4. Negros – África - Teses. 3. Cultura negra –
Teses. I. Domingues, José Maurício. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 327.39(6)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marianne da Silva Rocha

**Sob a lente do nacionalismo: o Pan-africanismo e o desafio de uma teoria política
historicamente informada**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre ao Programa de
Pós-graduação em Ciência Política da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Maurício Castro Domingues (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Cesaltina Abreu
Universidade Católica de Angola

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sem o qual, não seria possível. agradeço a todos os professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pela atuação incansável no aperfeiçoamento da formação profissional e acadêmica, desenvolvendo um trabalho ímpar para a ciência brasileira. Agradeço especialmente ao meu orientador, José Maurício, por ter respeitado minhas ideias, impulsionando-me de maneira positiva.

Agradeço fundamentalmente aos meus pais, Angela e Mauro, pelo apoio em toda minha trajetória acadêmica. Minha vida é marcada por sua crença em meu potencial e por seu apoio incondicional, em especial após minha gravidez. Não é fácil ser uma mulher e mãe na academia, por motivos que já são suficientemente sabidos. Meus pais, fizeram uma diferença cabal na construção deste trabalho, em um ano marcado por dificuldades, mediante uma pandemia mundial.

Agradeço aos meus ancestrais cujas vidas e legado trago nos pés.

Agradeço ao movimento negro organizado pela militância. Por minha vida e pela condição de sua reprodução de maneira mais justa.

RESUMO

ROCHA, Marianne da S. *Sob as lentes do nacionalismo: o Pan-africanismo e o desafio de uma teoria política historicamente informada*. Orientador: José Maurício Domingues. 2021. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A história do nacionalismo, datada a partir do século XVIII, apresenta desafios específicos que circulam não apenas sobre sua conceituação, mas também a abrangência deste novo tipo de identidade coletiva. O nacionalismo, via de regra, é pensado em flexão ao desenvolvimento do Estado moderno, tendo especialistas, que localizam seus germes em outros lugares, quase sempre, ao redor do desenvolvimento dos antagonismos de classe e/ou posição social e no desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, o objetivo é localizar o pan-africanismo dentro da história do nacionalismo, a partir do século XIX, e posteriormente informar sua transformação em uma teoria que foi capaz de captar as tensões entre raça e classe. A abordagem do holismo semântico nos ajuda a interpretar os sistemas de crenças em confronto com a realidade, enquanto redes interligadas. Propus uma leitura, sob o signo da África, em que elites negras letradas em diáspora americana, especialmente a de língua inglesa, desenvolveram uma identidade coletiva do tipo nacionalista, culminando no desenvolvimento do pan-africanismo e nas teorias e práticas das independências dos países africanos.

Palavras-chave: civilização; liberdade; modernidade; negro-africano.

ABSTRACT

ROCHA, Marianne da S. *Through the lens of nationalism: Pan-africanism and the challenge of a historically informed political theory*. Orientador: José Maurício Domingues. 2021. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The history of nationalism, dating from the eighteenth century, presents specific challenges that circulate not only around its conceptualization, but also the scope of this new type of collective identity. Nationalism, as a rule, is perceived as part of the development of modern state; however, there are some specialists who locate their germs elsewhere, conceiving it almost always as a result of the development of class antagonisms and/or social position and of the development of capitalism. In this sense, the goal is to locate Pan-Africanism within the history of nationalism, from the 19th century, and later inform its transformation into a theory that was able to capture the tensions between race and class. The approach of semantic holism helps us to interpret belief systems in confrontation with reality as interconnected networks. I have proposed a reading, under the sign of Africa, in which literate black elites in the American diaspora, especially the English-speaking one, developed a nationalist collective identity, culminating in the development of Pan-Africanism and in the theories and practices of independence in African countries.

Keywords: black-African; civilization; liberty; modernity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	7
1	RAÇA E CULTURA.....	11
1.1	Estado e cultura.....	16
1.2	Primeira Grande Guerra e seus efeitos político-sociais.....	21
1.3	Raça negra e cultura.....	29
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	38
2.1	O que a racionalidade científica tem a dizer sobre isso?.....	51
2.2	Os políticos, a América e as classes sociais.....	58
3	NACIONALISMOS DE EXPRESSÃO PAN-AFRICANA.....	63
3.1	O termo pan-africanismo.....	67
3.2	African Personality.....	70
3.3	A segunda escravidão.....	73
3.4	As Jihad na África Ocidental.....	76
3.5	DuBois e Garvey: uma modernidade negra atlântica.....	80
4	PAN-AFRICANISMO NO SÉCULO XX, E O EXEMPLO DE MÁRIO PINTO DE ANDRADE.....	84
4.1	Enfim surge o modelo pan-africano.....	86
4.2	A lente de Mário Pinto de Andrade.....	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	115

INTRODUÇÃO

(...) Uma ideologia revolucionária não é apenas negativa. Não é uma mera refutação conceitual de uma ordem social agonizante, mas uma teoria criativa positiva, a luz que orienta a ordem social emergente (Nkrumah, 1970, p. 34, tradução nossa).

Primeiramente, ao mesmo tempo em que esta dissertação se dedica à articulação da história africana e dos povos africanos no mundo, não se limita a isso. O confinamento dos acontecimentos das regiões periféricas em departamentos limitantes, como a própria noção de “história da África”, gera empecilhos mútuos. Compartilhando da compreensão de que a história intelectual pode contribuir como teoria política historicamente informada, esta dissertação tem como objetivo explorar algumas construções conceituais modernas, no seio de um tipo de elite intelectual composta por pessoas negras, confrontadas originalmente pelo problema da escravidão e suas condicionantes. Diante disso, é necessário alcançar tal inclusão no debate geral estabelecido entre liberdade, soberania, capitalismo e civilização.

Ao longo da vida acadêmica sempre me perguntei a respeito do caráter central da modernidade, surgindo em todos os cantos, nos estudos de ciências sociais. Muitos estudiosos dedicaram-se a responder tal pergunta, inclusive o orientador deste trabalho. Minha impressão sempre foi que a guinada e a quebra entre passado e presente teria mais a ver com uma minoria politicamente ativa, isto é, envolvida diretamente com o processo de tomada de decisão, e o seu equipamento principal, um tipo novo de arma: a racionalidade científica. Neste sentido, percebi que, em grande medida, a história eurocêntrica se alimentava das mesmas fontes que a história das elites.

Longe de querer dissertar sobre este tema, compreendendo que uma das revoluções da modernidade foi o estabelecimento da possibilidade de uma maior ascensão social, procuro refletir alguns dos seus elementos constitutivos e, a partir do tema eleito, o pan-africanismo. A pergunta que orienta esse texto é: “como interpretar o fenômeno do pan-africanismo?”

As hipóteses são duas. A primeira é ser possível a organização de um tipo específico de produção intelectual de africanos continentais e da diáspora, estabelecidos em uma fina classe média urbana, ajudando assim, a evidenciar diversas demandas construídas por atores políticos no contexto das emergências dos novos Estados africanos, bem como dos movimentos sociais negros contemporâneos (por vezes, esta classe média será identificada como elite neste texto). Isto se torna possível admitindo os signos da linguagem compartilhada, especialmente os de autoidentificação, como os termos “africano” e “negro-africano”.

A segunda hipótese é que o pan-africanismo, primeiro enquanto movimento (com seus próprios intelectuais) e depois como paradigma, pode somente ser suficientemente apreciado dentro do quadro geral do nacionalismo. A definição de Esedebe (1980) do pan-africanismo, em alguma medida, já reflete tal intenção: Enquanto movimento político e cultural e ao considerar a África e seus descendentes, independentemente das fronteiras como um conjunto unitário, o pan-africanismo busca incentivar um sentimento de solidariedade dentro de seu mundo próprio.

Verificaremos, ao longo do texto, em que medida é possível identificar os componentes do nacionalismo no desenvolvimento da comunidade imaginada africana, com atenção maior às implicações do século XIX.

No ponto metodológico, o trabalho segue as ponderações de Mark Bevir, através de uma abordagem interpretativista, também classificada como intencionalismo fraco. Esta abordagem tem como ponto focal os significados intrínsecos às práticas políticas por não conceber um espaço de separação entre crença e ação. Sendo impossível separar completamente as crenças pessoais da forma como a pessoa age no contexto político-social envolvido, entende-se que a origem do comportamento em si mesmo é holística, pois suas crenças possuem adequação e alinhamento com a conjuntura material, sobre o qual age e interage. Neste sentido, há uma articulação entre os conceitos de tradição e de agência situada. Isto significa dizer que mesmo a pessoa inserida em determinada tradição, consiga rejeitar ou alterar alguns dos pressupostos padrão (abertos à criatividade humana), seu plano de ação para mobilização de mudanças partirá deste conjunto tradicional no qual a pessoa nasceu (Bever; Rhodes, 2005).

Partindo da ideia que não existe uma absoluta autonomia individual, no sentido de que a condição de ser pessoa é ser coletivo, a agência humana sempre é situada. Isto por si só confere ao indivíduo uma série de pressões que incluem não somente seus desejos e intenções, como de todas as outras pessoas. Desta forma, as ações políticas não podem ser plenamente exploradas e explicadas em quaisquer teorias que ignoram o papel destas tradições, mesmo que em processo de transição e transformação, assim como das limitações que a lógica da convivência impõe a todos (Coan, 2011, p. 7).

O que o intencionalismo fraco postula, e o que nos interessa ao revisitar a história do nacionalismo, é a dúvida de que um método, por qualquer que seja, possa garantir uma interpretação absoluta de textos, pois sua significação se estabelece a partir da intervenção humana. Considerando que ela é composta por pessoas, sejam autoras ou leitoras dotadas de agência que atribuem significado às coisas e às leituras, a chave para a superação do dilema entre ser possível ou não captar a intenção de alguém e as teorias de “morte ao autor”, isto é,

da independência da obra escrita em si mesma, está na pergunta a respeito de quem sustenta seu conjunto de significados (Bevir, 2002, p. 213).

Para essa metodologia, é a capacidade de comparação que torna um pesquisador apto a exprimir um significado objetivo. O ato de comparar, segundo Bevir, é capaz de extrair noções que teorias rivais não podem discordar. O conceito, de fato, se dá no limite cognitivo que não é dependente de observações puras, e o próprio estabelecimento desses fatos depende da tarefa de classificar objetos comparativamente. Logo, o trabalho do cientista político é demonstrado pela sua capacidade de desvendar as crenças que são relevantes para compreensão do compromisso dos atores com certas ações e práticas políticas, assim como explicar de onde essas crenças surgiram e como elas se estruturaram (Coan, 2011, p. 7).

Levando tais elementos em consideração, o texto foi dividido em quatro capítulos. O primeiro demonstra em linhas gerais algumas ideias mestras da política moderna, notadamente estabelecidas a partir da transição do século XVIII para o XIX, à luz do desenvolvimento das ciências disponíveis à época, sendo elas: civilização, cultura, nação e nacionalismo. Trago essas ideias de maneira pouco rigorosa neste texto com objetivo de explicitar os fundamentos epistemológicos do pan-africanismo que se desenvolveu no século XX. Assim, meu objetivo não é seu esgotamento em cada área de conhecimento e a operacionalização desses conceitos, mas observar um ato político de fala característica do mundo eurocêntrico que acabou por se estabelecer dentro do “mundo africano”. Neste capítulo, a raça é articulada a todas essas categorias como meio de determinação de um tipo ideal de ação política. De tal modo, a ideia de civilização eurocêntrica é o termo mais privilegiado, enquanto espécie de linha geral, do ordenamento intelectual da vida humana e suas organizações, elaborando-se, inclusive, em termos de natureza humana.

O segundo capítulo é dedicado à revisão de literatura do nacionalismo, a fim de identificar como tal fenômeno desenvolveu-se e quais são suas ideias centrais. Utilizando as obras clássicas de Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Ernest Gellner, sendo: “Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade” (1990), “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo” (2008) e “Nations and Nationalism” (1983). Nesta sessão, é possível perceber a unanimidade dos historiadores especialistas em conceder um lugar específico ao capitalismo enquanto condição *sine qua non* da urgência e crescimento deste tipo de identidade coletiva. À vista disso, também explorada uma comparação entre nacionalismo e outras formas de pertencimento social, a fim de isolar suas características em termos valorativos e a pertinência desses movimentos no processo de *nation building*.

No terceiro capítulo, testo as hipóteses centrais deste trabalho na articulação entre nacionalismo e pan-africanismo, bem como do papel e abrangência da ação das elites letradas identificadas como negras. Identificando em categorias, comumente associados ao movimento pelos direitos civis americanos, uma identidade com signos associados ao nacionalismo e, em especial, com o ideal de nação erguida no século XIX enquanto Império-civilização. É possível perceber que o pan-africanismo formula-se enquanto uma resposta, e uma reelaboração científica por parte de atores identificados, como o outro da civilização ocidental. Ao transformar-se em uma teoria política e paradigma de ação passou a visar a integração regional do continente africano.

No quarto e último capítulo retomo o conceito de civilização enquanto parte integrante da identidade relacional das metrópoles com as colônias africanas a partir da Conferência do Congo, também chamada de Conferência de Berlim, e trampolim para novas identidades coletivas modernas transnacionais. Demonstro como essa passagem de fases apresenta relação direta com a apropriação do conceito e sua respectividade positivada pela categoria negro-africano.

A figura de Mário Pinto de Andrade, intelectual e militante angolano, cumpre neste trabalho o papel de exemplificar as maneiras de como as ideias pan-africanistas serviram para alimentar um tipo de ideal independentista africano de cunho nacionalista e como as transformações sociais do século XX, especificamente a partir dos anos 30, possibilitaram uma reabilitação de um tipo revolucionário de engajamento político e rearranjo das instituições estabelecidas. Através da categoria supracitada, o sociólogo compõe o quadro geral de lideranças africanas que se dedicaram ao que foi chamado de Renascimento Africano.

Como dito acima, há uma identidade entre modernidade eurocêntrica e a história das elites. Na mesma medida, a modernidade africana é real e perceptível. Uma de suas características é notadamente a criatividade dos autores que a reivindicam. O leitor poderá apreciar tais conclusões a partir de agora.

1 RAÇA E CULTURA

Neste capítulo, irei apresentar em linhas gerais alguns dos múltiplos usos da ideia de cultura, como sua utilização no agenciamento dos sujeitos e manutenção das hierarquias sociais, a fim de demonstrá-lo como princípio articulador do nacionalismo. A próxima sessão é menos uma revisão de literatura e mais um suporte para elaboração de um argumento. Não é nossa intenção exaurir o conceito ou demonstrar as riquezas intelectuais produzidas a partir deste. O motivo para revisitarmos este e os outros conceitos a seguir, de raça e civilização, é se concentrar em demonstrar como impactaram significativamente diferentes ativismos e articulações políticas.

Existem significativos trabalhos nas ciências sociais debatendo o conceito de cultura, suas implicações, variantes e, principalmente, sua imprecisão. Do ponto de vista institucional, nos termos estritos de Estado e de nação, a ideia de cultura associada à civilização, à singularidade nacional e consequentemente, no mundo moderno, às instituições políticas. A cultura ganhou espaço significativo em diversas arenas intelectuais do sul global. A recepção do novo conceito impactou os países colonizados cujas populações subalternizadas estavam reagindo às teorias racistas dos séculos XVIII e XIX.

Segundo os antropólogos brasileiros Viveiros de Castro e Gilberto Velho (1978), em seu uso corrente entre os franceses (e também entre os ingleses), a cultura associou-se ao progresso. Nascida conjuntamente com a ciência antropologia, é inegável que seu desenvolvimento se deu enquanto subproduto da expansão colonial. Contudo, anteriormente, com o desenvolvimento do racionalismo, a noção de cultura foi utilizada como instrumento de consciência de si mesmo e de diversidade entre a macro unidade branco-europeia (também chamada de Ocidente). Quando Edward Burnett Tylor, considerado o formulador deste conceito moderno, alargou sua concepção para todos os supostos estágios evolutivos da humanidade, dos primitivos aos civilizados, o evolucionismo cultural e/ou social se conformava no seio de uma Europa cheia de si e ao mesmo tempo cheia de discontinuidades.

Para fins de melhor compreensão do argumento, chamarei de “o outro próximo” todos aqueles países e povos que se constituíram geograficamente próximos do sujeito da oração, e chamarei de “o outro distante” todos aqueles que, basicamente, estavam longe.

A monogênese humana aceita na cena intelectual europeia durante os séculos XIX e XX organizava todo o mundo a partir de si mesma. A organização do conhecimento e a elaboração do conceito de civilização (articulado ao de cultura) visava construir a própria ideia de Europa.

A unidade interna (ou seja, a nacionalização) de populações frente uma unidade externa (a nível quase que continental) não foi um desafio simples, especialmente para os povos que cultivaram noções individualistas como fundamento da liberdade. Esta contradição foi percebida e reelaborada por um número significativo de intelectuais africanos.

Nos discursos anticolonialistas, esta mesma “contradição” entre ideais nacionalistas e cosmopolitas é frequente. O nacionalismo, para estes atores políticos, foi insuficiente para a construção da liberdade, por motivos diversos, sendo um deles com contornos específicos, dados pelo eco do advento da União Soviética (URSS). O próprio caráter transnacional do capitalismo, lido como uma ameaça, deveria ser combatido no plano local e global, ao mesmo tempo, como alertado pelo próprio Marx em seu Manifesto, com aquilo que chamou de burguesia nacional, não tratando de explicar o que quis dizer.

Dessa maneira, o binômio antropológico cultura-civilização adentrou a dimensão do político nos planos de delineamento da nação pressionando uma população atrás da outra. A busca de uma “linguagem política comum” seria a catapulta necessária para a pacificação do território. Todavia, a Primeira Grande Guerra demonstrou como esse desafio era bem mais complexo do que já se mostrava.

A temática da paz é relativamente antiga na Europa moderna; talvez o mais famoso escrito que se debruçou no delineamento de um projeto teoricamente estruturado, capaz de sustentar diferenças nacionais, seja, “A Paz Perpétua” (2008) publicada em 1795, no qual Immanuel Kant expõe um universalismo excludente, em termos daquilo que se chamaria de Estado de direito em uma perspectiva política contratualista, buscando prevenir um “estado de natureza internacional”, a guerra. O Estado aparece como uma grande pessoa moral que está disponível para imputação de direitos e deveres. Tais quais para as pessoas, ele (o Estado), aparece como uma tendência moral dos homens e um direito político inalienável dos mesmos de se organizar enquanto povo. Neste sentido, é importante frisar que o autor alemão admite a desigualdade humana e defende a pluralidade de Estados como uma solução para isso e mais uma vez a cultura aparece como um *status*.

Embora se possa duvidar de uma certa maldade radicada na natureza dos homens que convivem num Estado e, em vez dela, se possa com alguma aparência aduzir a carência de uma cultura ainda não suficientemente desenvolvida (a barbárie) como causa das manifestações do seu modo de pensamento contrárias ao direito (...) (Kant, 2008, p. 40).

É importante destacar que todo esse debate era suscitado a partir daquilo que os europeus entendiam da natureza como um todo e do homem enquanto espécie. Todos esses conceitos se

implicavam e continuavam se implicando mutuamente, revelando que a ontologia não é um tema menor ou passível de ser descartado em qualquer debate teórico político e sobre política.

Nesse sentido, dedico especial atenção para a passagem do entendimento de civilização, enquanto *processo*, para *estado*, como lembram Velho e De Castro (1978, p. 3, grifos meus), a ciência antropologia se desenvolvia como campo com um tipo de refino e característica mais definidora de si. Os dados adquiridos sobre a irredutível *diferença cultural* (grifo meu) entre os homens, especialmente após o aspecto experimental da antropologia com sua etnografia, forneceram mais uma guinada nos estudos *dos outros distantes* (grifo meu), reconhecendo os níveis de complexidade e de racionalidade de culturas até então tidas como bárbaras.

Como toda esta diversidade respondeu, em política, às demandas do mundo capitalista moderno? Aprioristicamente, tendeu-se a admitir uma imitação quase que sequencial de *modus* e instituições públicas que vieram a ordenar, das relações de parentesco (que a antropologia julgava ser o princípio ordenador de sociedades tribais) até as relações de trabalho pós-industriais (correlato tribal das sociedades complexas) no mundo a partir da Europa, primeiramente, e depois Estados Unidos da América. As conclusões sobre a plasticidade humana e a humanização do homem a partir da cultura, as tensões entre cultura e natureza se restringiram então, a um campo científico?

No Brasil, uma ex-colônia, inicialmente classificando cultura como uma “*omnibus words*”, Oliveira Vianna, já em 1949, recepciona esta nova linha de interpretação da vida humana com desconfiança. Ao definir o que chama de panculturalismo como uma metodologia de monocausalidade, originada nos anos iniciais da primeira década do século XX. O autor brasileiro estava convencido da natureza multifatorial do desenvolvimento humano que inclui ainda a raça, mas não só, também o “meio” e a cultura. Vianna (2019) demonstrou toda a sua erudição debatendo com os grandes nomes da antropologia, psicologia, sociologia e história da Europa e Estados Unidos para fazer manutenção do papel da hereditariedade, em particular, a dos grandes homens. O autor buscou fazer as pazes com os antigos quadros que ergueram a civilização, crente que seria possível recuperar o conceito de indivíduo, que havia deixado de ter seu protagonismo, principalmente diante das escolas jurídicas francesa e alemã. O autor critica no livro “Raça e Assimilação” (1938) o que chama de confusão entre raça e nação, implicando na correlação errônea entre povos e raças.

Para Vianna, as nações não eram correspondentes a uma raça. O processo de nacionalização de populações correspondia a uma mudança de mentalidade coletiva que abarcava uma multiplicidade de coisas. Sendo a psicologia das nações uma matéria das ciências humanas, diferenciava-se drasticamente da psicologia das raças, parte fundamental das ciências

biológicas, sendo negligenciada por modismo, a moda da cultura (Vianna, 1938, p. 24). Uma suposta psicofisiologia humana estava sendo deixada de lado por uma horda de intelectuais, não tão intelectuais assim, de acordo com Vianna, referindo-se especialmente a Roquette Pinto. Neste sentido, o autor brasileiro questiona os argumentos científicos sobre a igualdade das raças, ou mesmo, sua menor valia diante fatores externos, como o meio, admitindo-a exclusivamente em relação às diferentes raças brancas (1938, p. 243).

Com uma visão etapista, Vianna (1938) escolheu reforçar passagens de fases políticas supostamente compartilhadas por todo continente europeu divididas entre Estado-aldeia, Estado-cidade, Estado-império, culminando no Estado-nação. Ao fazer afirmações históricas na casa dos cinco ou seis mil anos, citando países de maneira completamente desordenada, acreditou ser observável e passível de afirmação científica uma leitura culturalista do Estado. O argumento é simples

Desde o período neolítico, a humanidade ariana conhece e vem praticando esta forma de Estado (...). Surgiu naturalmente como o primeiro núcleo humano que se constituiu junto ao olho-d'água ou à torrente que irrigou a primeira veiga lavradia, depois que o homem descobriu, na expressão de Camille Jullian, o 'poder agrícola da terra' (Vianna, 1934, p. 114).

O Estado-nação é, então, herdeiro dessa democracia imemorial com sua soberania popular, assim como a do Estado-império (terceira fase do desenvolvimento da “humanidade ariana”) e sua estrutura administrativa relacionada à extensão territorial.

A despeito da aceitação da narrativa eurocêntrica da Europa, pode-se classificar o próprio Oliveira Vianna como um brasilianista. O objetivo do autor em “Instituições Políticas Brasileiras” (2019) é tecer uma análise sobre a formação social e política brasileira a fim de encontrar mecanismos de legitimação do poder que estariam, segundo ele, na mentalidade e cultura dos povos. Sendo esses “problemas de cultura e culturologia aplicada”, as instituições políticas são vistas como efeito do comportamento humano.

De certo, parte da visão de Vianna não foi a vencedora e outro tipo de debate sobre o tema fora sendo construído em toda chamada América Latina, tendo uma questão especial para lidar, diferente dos europeus: o problema da raça ou das raças. Contudo, outra narrativa vitoriosa havia encontrado ressonância na voz de Oliveira Vianna e também através de um número significativo de intelectuais pelo mundo: a ideia de uma única Europa, cuja história possui elementos de ligação umbilical, principalmente no que diz respeito à história das ideias originárias, da Grécia Antiga.

Esta narrativa eurocêntrica, na qual o Estado nacional emerge com uma ideia clara de igualdade comum entre diferentes civilizações, foi propiciada por igual homogeneidade racial imaginada. Este último elemento é frequentemente negligenciado pelos autores e suas interpretações deste fenômeno, preferindo-se, via de regra, privilegiar as relações e conflitos crescentes entre a laicização do Estado e o clericalismo, anteriormente responsável por uma espécie de unidade na fé (Anderson, 2008; Haupt, 2008). Não perdendo sua força, apesar da subjetivação da ideia de raça com o passar do tempo, há dois extremos. Um onde o conceito raça foi sendo substituído aos poucos por outros, inclusive, o de cultura, e outro onde se subjugava a dimensão cultural e sociológica dos eventos em favorecimento de um racionalismo metodológico, através de conceitos como *nation building*. Demonstra-se uma relação de tensão entre duas áreas das ciências sociais, a antropologia e a ciência política, mais a história.

Retoricamente, enquanto todo o mundo organizava-se a partir do que é debatido e feito na Europa, os fenômenos europeus desenvolvem-se distanciadamente de toda efervescência do mundo, com exceção da experiência estadunidense. Em um isolamento hermético, até mesmo das constantes relações políticas entre colônias americanas e suas metrópoles, e das relações comerciais instituídas na costa da África e parte da Ásia, é a história da Europa que impacta o mundo, em uma via de mão única. O branco deixa de ser uma raça e se converte em sujeito universal e os racializados são apenas os outros distantes.

Raça, enquanto ferramenta ideológica, é um elemento-chave nas interpretações das relações colonialistas; sendo o fardo do homem branco civilizar o restante do mundo, como dizia Rudyard Kipling em seu poema de 1899, dá-se como uma questão resolvida a unidade do elemento branco, e quase nunca se examina “o lado branco da coisa”. Com o multidimensionamento e imbricação dos conceitos de raça, civilização, nação e cultura, observa-se, de maneira geral, um argumento de inter-relação entre diversos campos da vida humana que busca tanto explicar, como justificar lugares ocupados por atores diferentes a nível global em função de uma definição de natureza humana.

Por hora, nosso argumento segue uma linha de entendimento sobre uma espécie de continuidade objetiva desses conceitos, menos no desenvolvimento das ciências sociais, mais em seu uso no discurso do político geral. Mesmo após a superação de conceitos como raça e civilização, com base em novos dados empíricos, demonstrando suas fragilidades, em política, seus substitutos, nação e cultura, alcançariam os mesmos efeitos? É possível indagar quais efeitos discursivos do desenvolvimento dessas ideias, o que parece ser uma tarefa complexa, porém outros trabalhos dedicaram-se a este objetivo, especialmente a partir do conceito de

imperialismo. Passaremos brevemente por essas noções, mantendo o foco na utilização desses conceitos por agentes de populações africanas.

É mais favorável trabalhar esses cinco conceitos de maneiras estanques, porém foi escolhido demonstrar sua inter-relação argumentativa, a fim de lançar luz a um complexo político de coisas, especialmente, o impacto dessas ideias e suas imprecisões.

1.1 Estado e cultura

A constituição de um povo depende da maneira de ser e do grau de formação intelectual e moral da autoconsciência deste povo; é nesta autoconsciência que reside sua liberdade, sua subjetividade e com ela a realidade da constituição (Hegel *apud* Bavaresco, 2002, p. 87).

A unidade do Estado frente ao exterior, através da soberania, é um dos principais argumentos hegelianos em “Princípios da Filosofia do Direito” (1997). Buscando ponderar entre a figura do príncipe, o povo, e os burocratas, a Constituição aparece como garantidora desse equilíbrio, capaz de responder na singularidade da individualidade do Estado, um princípio universal.

Mas o Estado é uma individualidade, e a negação é, essencialmente, contida na individualidade. Se, portanto, mais Estados se unissem para construir uma família, precisar-se-ia que esta união, enquanto individualidade, criasse um oposto ou um inimigo. Não são somente os povos que saem reforçados da guerra, mas as nações que tem querelas intestinais adquirem pela guerra extrema a paz interna (Hegel *apud* BavarescoA, 2002, p. 89).

Nesses dois fragmentos do filósofo alemão, o Estado aparece como representação de um todo fundado na relação de alteridade com outros próximos. A correspondência entre povo-nação-Estado não foi inaugurada por Hegel. Teoricamente, atribui-se a Jean Bodin a formulação de Estado moderno, Hegel consagra a diferença e separação entre Estado e sociedade civil (...). Assim, ao mesmo tempo em que há uma identidade interna, existe um nível de exterioridade do Estado, que é ideal e racional, o Estado de Direito ou Estado constitucional.

Pensar o Estado como uma racionalização abre caminho para uma “desculturalização” do mesmo, sendo este um modelo passível de réplica, capaz de dar as garantias mínimas para as relações internas e externas das populações, em especial das elites. Esta ideia de Estado atualmente é universalizada como modelo mínimo de relação internacional e resguardado de disputas, até mesmo internas, com sua separação da esfera de governo. Ele é visto como salvaguarda das liberdades.

Tal entendimento, quase sempre inquestionado por parcela majoritária dos intelectuais africanos, chega a ser visto como estrutura necessária para o avanço político e econômico das novas nações, e mesmo de todo o continente. Unido a um só Estado nas lutas por independência, especialmente após a consagração das fronteiras territoriais instituídas pela Conferência de Berlim, nos anos de 1884 e 1885, o Estado, que era uma espécie de instrumento para os europeus, é admitido após a descolonização com o mesmo significado entre as elites intelectuais e políticas do continente africano.

O protagonismo belga neste último evento deve ser relembrando, pois além do caso paradigmático do Congo, que disparou um alarme internacional a respeito dos abusos sob os quais “os nacionais” estavam submetidos, a super-representação do período histórico colonialista e suas instituições, estavam claras na construção da história dos novos Estados africanos. No ano de 2018, junto a uma equipe não remunerada, traduzimos para a língua portuguesa uma obra que continha uma série de discursos históricos de Patrice Lumumba, o Primeiro-ministro de origem africana eleito no Congo Belga. No momento da pesquisa histórica, constatamos esta super-representação citada. Em um dos primeiros manifestos políticos do país lançado pela imprensa local por uma revista chamada *Conscience Africaine* em 1956, após o subtítulo chamado “Nossa vocação nacional” diz “Na história do Congo, os últimos oitenta anos foram mais importantes que os milênios precedentes” (Lumumba, 2018, p. 133). A despeito de toda sorte de questionamento e disputas sobre as fronteiras estabelecidas ou mesmo o ponto de partida cultural que fomentaria o desenvolvimento das instituições modernas, a então chamada ação civilizadora belga é uma unanimidade.

Lido como um poder-dever, a ideia de missão civilizatória proposta a quatorze países europeus na chamada Conferência do Congo (ou de Berlim) por Leopoldo II, rei da Bélgica, foi produto de um trabalho anterior de cerca de dez anos. Diz-se que o monarca interessou-se pelo território no centro do continente africano a partir da obra de Henry Morton Stanley, o *The Darkest Africa*, fruto de uma missão de busca por um missionário perdido. Ao estabelecer a Conferência Geográfica de Bruxelas em 1876, Leopoldo II publicizou sua intenção de exploração daquela região, sob justificativa de eliminar o tráfico de pessoas por parte de europeus e árabes. Em 1878 fundou a Comissão de Levantamento do Congo Superior que deu origem à Associação Internacional do Congo de 1879.

Cinco anos depois, o rei belga acionou Stanley para retornar aquele pedaço de terra, fundando postos coloniais e assinando cerca de quinhentos acordos de reconhecimento legal à Associação com lideranças locais. Esta foi a última cartada que legitimaria sua ação no

continente africano, que em 1885 estava autorizada, pelo parlamento belga, o intitulado rei do novo Estado Livre Independente do Congo.

A despeito de sua palavra, representantes do rei Congo-Belga estabeleceram relações políticas com os homens de Sayid Bargash bin Said Al-Busad, segundo sultão de Zanzibar. Uma das forças interessadas na permanência do tráfico humano. Tippu Tip, um dos homens do sultão, chegou a assumir a posição de governador de Stanley Falls até a explosão da Guerra do Congo-árabe entre os anos de 1892 e 1894.

Os efeitos das ofensivas árabes contra as populações africanas estavam em todas as partes do continente; a bibliografia tradicional, reiteradamente ignora os conflitos entre as forças europeias e árabes durante a fase do chamado imperialismo, a incluir seus efeitos na diáspora se assentando também nas Américas. As fontes jornalísticas da época faziam poucas referências à natureza do comércio de gente encabeçado por não-europeus, talvez porque tenham se alocado nos novos centros urbanos formados e não nas regiões onde a maior parte do contingente populacional estava, em seu interior.

A ação das frentes francesas, inglesas, espanholas, portuguesas, alemãs e etc., tiveram, quase todas, conflitos diretos com os interesses árabes desde o primeiro contato diplomático com os Estados da costa da África. Tomando a parte central-sul deste continente como exemplo, a própria Coroa Portuguesa havia se aliado às forças dos Reino do Kongo, atual Angola e vizinho da moderna República Democrática do Congo, em sua ofensiva contra os sobados de Kissamã, entregando-os às forças árabes, que os pressionavam pelo lado oriental já no século XVI.

O Congo-Belga em si tendo se tornado propriedade particular de um só homem, o que escandalizou diversos setores da época, se tornou, em alguma medida, herança comum de todas as nações, como chama atenção a ABAKO, uma associação cultural baseada no povo bakongo, no Contra Manifesto em resposta ao *Conscience Africaine* (Lumumba, 2018, p. 148). Um novo país dividido em duas zonas, onde uma delas fora intitulada como Zona Livre de Comércio, aberta a investimentos quaisquer, de origem igualmente variada, e a outra região rendia dinheiro à base da exploração da borracha e do marfim que se direcionava diretamente às mãos de Leopoldo II.

Tais atores supracitados estavam localizados em um tempo diferente da instituição do Estado congolês; neste sentido, é necessário retomar algumas noções originárias da época de fundação deste último como o conceito de *standard* civilizatório. Como dito anteriormente, o conceito de civilização ora aparece como estado, ora aparece enquanto processo. Mas ele é o

elemento fundamental do que seria o Direito Internacional no século XIX no tratamento de povos não-civilizados.

As ideias de “civilização” e “nações civilizadas” influenciaram o pensamento internacionalista no século XIX quando os países europeus, especialmente a Grã-Bretanha e a França, expandiram em nível global sua influência. Este mesmo período testemunhou a passagem de um “Direito das Gentes” Europeu para um “Direito Internacional universal”. Os Tratados de Viena de 1815 balizaram a identificação entre a civilização e o Direito das Gentes. Por civilização, entende-se a concepção de cultura desenvolvida no seio do pensamento francês e inglês, cujos elementos estruturais podem ser resumidos a partir da:

[...] sua ligação próxima entre as ideias de progresso e desenvolvimento; sua forte ênfase no lado intelectual e técnico/industrial do progresso; e a convicção de que a civilização Europeia é particularmente superior em comparação com todas as outras (Grewe, 2000, p. 448).

Assim, o *standard* civilizatório, incorporado e promovido pelo Direito Internacional ao longo do século XIX e as décadas iniciais do século XX envolvia:

Assegurar os direitos básicos para os nacionais europeus em territórios não Europeus, apresentar a capacidade de organização de um aparato burocrático capaz de manter um sistema governamental funcional, possuir um sistema doméstico de Cortes e códigos legais para a razoável administração da justiça no território, possuir os recursos diplomáticos que possibilitem a manutenção de representação em Estados estrangeiros, a obediência às normas internacionais e, finalmente, agir em conformidade com os costumes, normas e valores aceitos nas sociedades Ocidentais (Fidler, 2001 *apud* Afonso, Marques e Magalhães, 2018, p. 224).

Na doutrina da soberania, segundo diversos autores, reside a incorporação definitiva da ideia de *standard* civilizatório. Os países europeus partem de um entendimento comum a respeito da superioridade moral da civilização ocidental, elevando-a a condição *sine qua non* de progresso das nações e dos povos. Como bem expresso mais acima pelo título de poema singular da época, o “dever de civilizar” os povos bárbaros imprimiu-se sobre o postulado de soberania tornando Assim, a admissão à chamada família de nações era limitada tanto por uma infantilização de diferentes povos e uma atitude paternalista frente a eles, como também pelo entendimento de que nas colônias estavam a fonte de riquezas materiais dos países capitalistas e também seu mercado consumidor, sendo necessário o fortalecimento de laços de dependência econômica.

A normatividade dessas colocações dentro do contexto euro americano do século XIX se exprimia a partir do pré-requisito de soberania enquanto condição jurídica mínima, para o relacionamento em bases de igualdade entre os sujeitos internacionais de direito. Assim, ao

analisar as dinâmicas de aceitação de novos membros nesta sociedade internacional nos autoriza a revelar o conteúdo do ideal de civilização como um pressuposto ideológico (Fidler, 2001 *apud* Afonso, Marques e Magalhães, 2018).

John Westlake escreveu em “Chapters of the Principles of International Law”, de 1894, que os modelos e moldes europeus de governo e governança são o termo para atribuição do *status* de Estado a um povo, atributo necessário para um povo ser considerado um Estado. A isto ele chama de “teste de civilização”. Para o internacionalista, os Estados europeus representam o modelo civilizatório global que deve ser espelho a todos os povos que almejam ser nações.

A diferença entre os civilizados e os não-civilizados é estabelecida por critérios explicitamente eurocêntricos. Ao se perguntar se os nativos podem estabelecer um governo tal qual o europeu por si, ou se é necessária a intervenção dessas nações para obtenção de tais resultados, Westlake estabelece a diferença entre a civilização e aqueles que *devem ser* desejosos dela (Westlake, 1894, p. 141).

A integridade territorial surge como elemento central no asseguramento do reconhecimento de um Estado frente à sociedade internacional de Estados. Para Westlake, o *standard* civilizatório é representado pela Europa como modelo ideal a ser assimilado pelo Direito Internacional, configurando um padrão específico que mensura as relações de alteridade.

Ao analisar a obra do reconhecido internacionalista Lassa Oppenheim, *International Law*, o *standard* civilizatório (1905/ 2012) é composto por uma relação de identidade entre práticas e instituições da “família das nações”, ou seja, dos Estados cuja as relações são regulamentadas pelo Direito Internacional consolidando a interrelação das matérias. Assim, o internacionalista registra a crença já difundida, de que os diferentes povos do mundo pertencem a diferentes categorias, algumas mais avançadas, como o Ocidente Europeu, protagonista moderno do nascimento do Direito das Gentes, ou os povos que precisam ser tutelados, como os africanos.

O *status* de soberania ideal é a condição que deve ser verificada ante uma possível admissão ao Direito Internacional. Estados que não a possuem, mesmo que designados igualmente aos demais como Estados, não se tornariam membros da sociedade internacional. Dessa maneira: “A condição de igualdade soberana, por mais que seja universalizável, não está disponível para Estados ainda não civilizados, e para Estados e regiões com relação de susseranagem e protetorado de outro Estado classificado como pleno” (Oppenheim, 2012, p. 146).

Na visão do autor, eram membros plenos da família de nações os Estados independentes da Europa, vinte e um Estados independentes de todo território americano, a Libéria, o Estado Livre do Congo e o Japão. Os exemplos do Marrocos e da Abissínia (atual Etiópia) são curiosos. Embora considerados membros plenos, eram completamente excluídos da proteção das normas de *jus in bello*. No caso de Estados não cristãos, como a China, Sião e Pérsia, a diferença cultural é o argumento central para a negativa de sua admissão à sociedade internacional.

Sua civilização é essencialmente tão diferente da dos Estados cristãos que o relacionamento internacional com eles do mesmo tipo que entre os Estados cristãos tem sido até agora impossível. E nem seus governos, nem suas populações são atualmente capazes de compreender plenamente o Direito das Nações e de assumir uma atitude que está em conformidade com todas as regras desta lei. Não deve haver dúvida de que esses Estados não são Pessoas Internacionais do mesmo tipo e da mesma posição dentro da Família das Nações que os Estados Cristãos (Oppenheim, 2012, p. 155-156, tradução nossa).

1.2 Primeira Grande Guerra e seus efeitos político-sociais

O advento da Primeira Grande Guerra (1914-18) abalou algumas das principais noções europeias que pautavam as relações internacionais.

Todas [as potências ocidentais] deviam seu surgimento, em parte, à violência, e todas se mostravam dispostas a empregá-la. Essa disposição comprovou ser o calcanhar de Aquiles da brilhante, embora imperfeita, civilização moldada durante séculos de supremacia europeia (Stevenson, 2016, p. 40).

Desde o fim das guerras napoleônicas, os países europeus centrais já haviam acordado, por termo à guerra. A Conferência de Londres (1912-13) não tinha regras escritas, nem possuía instituições permanentes, apenas um quadro de direito internacional pouco polido. A Conferência de Paz de Haia já havia instituído uma corte internacional de arbitragem, desde o ano de 1899, mas raramente era acionada. A primeira coisa feita ao irromper a guerra foi o descarte de todos os pactos que protegiam civis e militares.

Entre 1800 e 1914, a ocupação em termos proporcionais da superfície terrestre, por europeus sob a forma de colônias, cresceu de 35% para 84,4%, significando a implicação de território estrangeiro em caso de uma guerra continental europeia. Aqui, é importante lembrar que todos esses países viviam sob a égide política do liberalismo econômico. Os governantes se compreendiam, muitas vezes, como agentes que retirariam os entraves sociais e políticos à essa economia crescente.

A interdependência econômica causada pela globalização foi um fenômeno apenas visto novamente alguns bons anos após a Segunda Grande Guerra; a revolução vitoriana das comunicações, com navios a vapor, telégrafos e ferrovias, aliados ao progresso da indústria e da agricultura. O padrão ouro internacional ligava os países europeus, Estados Unidos e Japão. Tudo isto prescindindo de acordo multilaterais, apenas decisões individuais *ad hoc* sustentavam todo esse sistema cuja “economia aberta mundial, como o Concerto da Europa, repousava sobre um mínimo de cooperação organizada e, em 1914, todos pereceram juntos” (Stevenson, 2016, p.42).

Um dos grandes efeitos da revolução industrial foi visto na nova indústria de guerra. A propulsão a vapor e novas formas de lidar com o aço rapidamente transformaram os navios que, aliados às ferrovias, transportavam pessoas e cargas mais rapidamente. Novas armas químicas substituíram a pólvora por seu maior potencial de fogo. As armas deixaram de ser carregadas pelo cano em função da culatra, e guarnecidas com raias (equipadas com um encaixe em espiral dentro do tambor para fazer girar o projétil), assim atiravam mais precisamente, de maneira mais veloz e atingiam maiores distâncias, os mosquetes são abandonados para entrada dos rifles que podiam ser utilizados pela infantaria deitando-se no chão e assim atirar repetidamente sem trair sua localização.

A partir da década de 1880, a metralhadora pesada Maxim, capaz de disparar 600 vezes por minuto, foi aperfeiçoada aumentando seu poder de fogo. Na década seguinte, a arma de campo de fogo rápido equipada com pistão hidráulico e, assim impedindo o recuo do cano, foi introduzida nos exércitos. Elas eram capazes de lançar até 20 bombas por minuto, sem exigir reposição. As armas de campo eram tão úteis no ataque quanto na defesa.

Visor telescópico, canhões de fogo rápido que lançavam bombas altamente explosivas, passaram a ser equipamentos fundamentais das marinhas e de seus navios de ferro. A batalha em alto mar se tornava possível, torpedos e submarinos, são também outras invenções que estimularam o caminho para a batalha marítima.

O bombardeio era a principal técnica de combate, usada antes que a infantaria pudesse atingir as tropas inimigas. Estima-se que 58% das mortes militares tenham sido causadas por esse artifício (Stevenson, 2016). Em conjunto com todos os avanços científicos, o armamento pesado possuía diferentes defeitos que faziam com que a infantaria não fosse o instrumento favorito na guerra. Canhões pesadíssimos, inexistência de metralhadora de explosão, a grande probabilidade do projétil explodir dentro do cano das armas. Grandes quantidades de acidentes fizeram com que as potências europeias investissem no desenvolvimento científico-industrial, capaz de trazer alternativas mais seguras aos ataques.

O exército alemão era mais bem preparado e equipado. Granadas de mão e morteiros leves eram obrigatórios, também possuíam lança-chamas. A granada Mills, em contrapartida, gerou numerosos problemas no exército inglês, tornada mais segura apenas em 1916, com a ajuda de empresas privadas. Os alemães foram corretamente responsabilizados por terem introduzido armas de gás na Primeira Guerra, o que constituiu uma das acusações de crime de guerra feitas contra eles na Conferência de Paz. O gás lacrimogêneo foi experimentado contra os russos em 1915, iniciando a segunda batalha de Ypres, lançando uma nuvem de cloro, dando início à intensa guerra química. Diferenciando a Primeira Guerra Mundial dos conflitos armados precedentes e da maioria dos subsequentes. 124.208 toneladas de gás foram usadas durante a guerra, metade apenas pelo lado alemão.

Empregando cerca de 75 mil civis em perigosas e enormes operações de fabricação, tal tecnologia também empregava milhares de tropas especializadas. Diz-se que o uso do gás provocou meio milhão de baixas na Frente Ocidental (incluindo 25 mil mortes), além de 10 mil na Itália e um número alto também é cogitado na Rússia, mesmo sem registros. Mas o uso do gás foi um microcosmo do conflito como um todo, uma combinação de escalada com impasse.

Os tanques foram empregados primeiro pelos ingleses e franceses, mantendo os alemães sem nenhuma reação, até que vissem as armas aliadas em ação. Na França, o visionário por trás destas era o coronel J. E. Estienne, contudo, foi na Inglaterra que o primeiro tanque pronto para combate, o Mark I, foi construído por Foster & Co., uma companhia de máquinas agrícolas, sob a liderança do Comitê de Máquinas Terrestres do Almirantado, que Churchill havia fundado. O tenente-coronel Ernest Swinton (inglês) e Estienne viram no trator Holt, um veículo americano com esteiras, um modelo para uma máquina capaz de cruzar as trincheiras (Stevenson, 2016).

Em certa altura, os tanques tiveram pouco sucesso, pois não teriam condições de restaurar a guerra aberta e melhorar a mobilidade das tropas. O problema básico é que tinham pouca potência. Os tanques ingleses do Mark I ao Mark V possuíam motores de até 100 cavalos e pesando ao mesmo tempo cerca de 30 toneladas, atingindo uma velocidade máxima de 4,8 a 6,4 km/h, e uma autonomia de ação de, no máximo, oito horas. Foi difícil de dirigir, quente e cheio de monóxido de carbono; alvo fácil para a artilharia e altamente suscetível a falhas mecânicas. As armas de penetração de blindagem dos alemães podiam atravessá-lo. Estando vulnerável nas vilas, não conseguiam subir encostas de maior inclinação, e se livrarem dos buracos provocados por bombas.

Dos quarenta e nove tanques prontos para entrar em ação no dia 15 de setembro de 1916, treze não conseguiram alcançar a linha de partida. Os pesados modelos Schneider dos franceses

sofreram diversas falhas mecânicas ainda mais sérias, pois seus tanques de combustível estavam situados onde poderiam facilmente incendiar, e o fogo alemão gerou isso a muitos deles. As máquinas Saint-Chamond, construídas pelo Estado, representaram alvos ainda mais fáceis.

Por sua vez, as trincheiras eram uma imponente obra de engenharia, principalmente se fossem levadas em consideração, aliadas à gigantesca infraestrutura por trás delas. Na guerra de trincheiras, o chamado “fogo indireto”, se tornou a norma onde, tanto a posição do atirador como a do alvo se tornavam invisíveis.

Stevenson (2016, p. 46) aponta que existiam três percepções sobre o fenômeno da guerra. Os líderes políticos estavam familiarizados a ideia de que o desenvolvimento bélico desestimularia o confronto, por seu aumento potencial de letalidade; os militares, a partir da observação da Guerra Russo-japonesa, tinham uma ideia de que o moral poderia recuperar rapidamente as forças da infantaria, capturando inimigos mesmo entrincheirados, e sob ataque de metralhadoras; já os Estados-Maiores previam que o conflito poderia se alongar e se tornar especialmente sangrento. Estes últimos, apenas se posicionaram politicamente, quando viram pouca possibilidade de vencer o conflito, e não pela ameaça velada da tecnologia bélica disponível.

Em 1915, já se contabilizava centenas de milhares de mortos, e a possibilidade do retorno ao *status quo* se tornava impensável, sem que a ideia de que a carnificina tivesse sido em vão. Os impasses e a escalada crescente de violência se tornaram nos termos definidores, de acordo com Stevenson, daquela guerra (2016, p. 178). Em acordo com a opinião de Stevenson e, embora as considerações sobre logística, tática e tecnologia se revelassem essenciais e muito frutíferas para explicar o curso da guerra, se tratadas isoladamente, mostravam-se insuficientes. O conceito de guerra total é elaborado para descrever a sua magnitude.

Na corrida armamentista pré 1914, os países não gastavam mais que 5% do seu PIB com defesa nacional; esse perfil foi alterado drasticamente após a deflagração do conflito que manteve uma lógica comparável de gastos, também na Segunda Grande Guerra, a Alemanha saltou para 76%, à título de exemplo. Essa realocação de custos forçou a reorganização do mercado de trabalho, e seu financiamento foi possível graças a uma política de preços inflacionária, que colocou em risco o padrão de vida de toda sociedade, independentemente de seu nível de envolvimento com o conflito armado.

Em África, houve um esvaziamento de postos administrativos de maneira geral, a fim da incorporação de pessoal nas frentes de conflito, ao mesmo tempo em que logo nas primeiras semanas da emergência do conflito, houve uma corrida para tomada de territórios dominados

por alemães. Com evidentes dificuldades de defesa devido à inferioridade numérica de alemães aquartelados e à supremacia naval dos Aliados, os alemães esperavam que a rápida vitória no continente europeu evitasse a participação direta das colônias. A possibilidade de realizar a tão ambicionada *Mittelafrika* ligando o atual Camarões à África oriental e arruinar definitivamente o velho projeto britânico, sobre o eixo Cabo-Cairo, foi dada como difícil missão de ser realizada.

Assim, os alemães mudaram de estratégia e compreenderam que campanhas prolongadas imobilizaram em África tropas coloniais aliadas prevenindo que fossem deslocadas para a frente europeia. Explorada pelo general P. E. Von Vorbeck, organizou-se uma frente na África oriental, combatendo os Aliados durante todo o desenrolar da guerra.

Aos olhos das populações africanas, o êxodo europeu teria impressionado menos que a visão de um conflito entre europeus quando “os colonizadores incitavam os súditos uniformizados a matar o ‘inimigo’ branco, até então, pertencente a um grupo considerado sacrossanto dado a cor de sua pele” (Crowder, 2010, p. 330). Somando mais de um milhão de homens, é o número de soldados africanos que foram recrutados durante a Guerra para completar os efetivos. A França era a única que dispunha de fortes contingentes militares em território colonial quando dada a abertura das hostilidades.

Ocorreram diversos movimentos de retomada dos territórios por parte dos africanos. Nos exemplos das revoltas dos Borgawa e dos Holli-Ije, no Daomé francês, e dos diversos grupos Igbo da província de Owerri, o levante Egba em 1918, ambos na Nigéria, observa-se claramente um desejo da retomada de poder e do território a partir das organizações internas africanas. Em Madagáscar, quinhentos africanos, em sua maior parte intelectuais, foram presos no final de 1915 acusados de “constituir uma sociedade secreta, organizada com o objetivo de expulsar os franceses e restabelecer um governo malgaxe” (Heseltine, 1971, p. 158 *apud* Crowder, 2010, p. 335).

A guerra, em muitos territórios africanos, favoreceu o desenvolvimento de uma mentalidade crítica diante do poder colonial instituído. A experiência mútua nos *fronts* de guerra entre africanos e europeus questionou diversos pressupostos racistas. O soldado de origem africana pôde compreender as limitações do soldado europeu, assim como o bom desempenho dos africanos em combate pôs em dúvida as máximas racialistas sobre os ditos indivíduos superiores brancos.

De fato, sargentos africanos foram encarregados de ensinar a voluntários europeus técnicas da guerra moderna. Tornava-se evidente que os europeus não sabiam de tudo. De volta à sua terra, soldados e carregadores difundiram essa nova imagem do homem

branco; isso explica, em grande parte, a confiança e a segurança reveladas pelos indígenas do Quênia na década de 1920 (Ogot (org.), 1974, p. 265 Crowder, 2010, p. 344).

A Grande Guerra construiu um efeito dúbio. Enterrou em grande medida tentativas africanas de recuperar o domínio do período pré-colonial, assim como produziu também uma maior quantidade e intensidade de reivindicações progressistas, resultantes da chamada africanização dos quadros nos postos da administração colonial.

Os colonos europeus em território africano também conseguiram das metrópoles importantes vantagens. As comunidades brancas, com seus privilégios, especialmente sobre as terras, deram origem a conflitos de contornos raciais específicos que foram percebidos posteriormente durante o trabalho de campo de Georges Balandier (1993) através daquilo que definiu como a situação colonial nos anos 50 e 60.

Os Estados da Europa visaram preparar a sociedade para aceitar esse tipo de vida sacrificante, o governo e a mídia se aliaram na construção de uma propaganda que incentivava a mobilização psicológica, erguendo o moral, a confiança e o nacionalismo.

Dois importantes psicólogos que marcaram esta área de conhecimento e até hoje figuram em sua cátedra, sendo um alemão e outro austro-húngaro/ austríaco, Ernst Jünger e Sigmund Freud, que produziram tratados a respeito dessa grande guerra. Esse momento pode ser definido como permeado pelo espírito do progresso, de acordo com o autor:

Esses dois fenômenos, a guerra mundial e a revolução mundial, estão entrelaçados um com o outro de modo muitíssimo mais estreito do que parece à primeira vista. Eles são os dois lados de um só acontecimento de tipo cósmico, dependentes um do outro em relação a muitas coisas, tanto no que concerne ao modo como surgiram, quanto no que concerne ao modo como eclodiram (Jünger, 2002, p. 190-191).

O autor descreve o processo de transformação social da passagem das monarquias para os regimes parlamentaristas, disponíveis no século XX, o que inclui o desaparecimento da casta guerreira e a conscrição geral para o serviço militar. A emergência da sociedade individualista fez surgir consequente e contraditoriamente um constrangimento das liberdades individuais. Para ele, a mobilização total é consumada por ela mesma, na guerra e na paz, a expressão da reivindicação compulsória a qual submete as pessoas à vida da época das “massas e das máquinas”. Isto é, toda a sociedade estava engajada na construção do Estado, em resultância no fazer da guerra, guerra essa organizada em termos de formação de exército de trabalho, “armando até a medula, até o mais fino nervo da vida” (Jünger, 2002, p. 196), cujo alvo é tudo que é vivo.

Após a revolução industrial, a guerra passa a ser dos trabalhadores. Um imenso arsenal de guerra foi construído e reconstruído com trabalhadores fazendo de as costuras das roupas até escavações de trincheiras.

Dos soldados propriamente ditos aos trabalhadores em situação análoga à escravidão de origens diversas, nas grandes indústrias de gases mortais. Porém, assim como Stevenson, Jünger não acreditava que a parte técnica seria capaz de explicar integralmente o fenômeno da Grande Guerra. Criticando o método materialista, o fenômeno da prontidão, a ordem “cultural”, como chama, ou seja, a capacidade de conquistar massas gigantescas, foi a grande vencedora mesmo nos países que tiveram seu aparelho estatal completamente destruído pela guerra. Entre vencedores e vencidos, foram as monarquias e os impérios que sucumbiram, dando lugar a uma nova sociedade de estrutura progressista.

Neste ponto, Freud está de acordo: A missão do antropólogo se tornara, à época, definir o outro como inferior, a do psiquiatra, diagnosticar alguma perturbação mental no adversário, a do cientista, extrair armas da indústria, a fim de exterminar o inimigo (2010). Toda a sociedade estava engajada no fazer da guerra de modo a criar a sensação nos indivíduos que a falta de envolvimento neste acontecimento, geraria uma sensação de não-lugar.

O progresso, tal qual abordado em Jünger, levou a um desenvolvimento bélico tecnológico jamais visto e que não explica por si só a crueldade aplicada no *front*. A injustiça se torna uma virtude de Estado, o monopólio sendo capaz de praticá-la a um nível que traria desonra a qualquer indivíduo ao mesmo tempo em que lhe cobra total lealdade através do patriotismo (Jünger, 2002).

A desilusão, descrita por Freud, na qual pessoas diante tamanho horror praticado pelas civilizações europeias autoproclamadas as mais evoluídas da humanidade, se tornou terreno frutífero da derrota e ascensão da razão. O psicanalista apela por compaixão aos combatentes, diretos e indiretos, argumentando em pungência dos impulsos instintivos, ao mesmo tempo que tinha convicção na retomada de controle pelo poder da coação social. O impulso é como aquilo que escapa, apenas momentaneamente, porque o inato não está em posição de superioridade à cultura; são facetas humanas que convivem, natureza e cultura, inconsciente e consciente.

Finalmente, Freud chega no que chama de hipocrisia. Se admite o comportamento hipócrita como algo semelhante ao comportamento cultural, em seguida, compreende que as supostas sociedades civilizadas requerem um nível muito mais alto de insinceridade e, por isso, aqueles homens brancos ocidentais não haviam iludido a ninguém quanto ao lugar tão baixo que puderam chegar, mas desiludiram todo o mundo do lugar tão alto que eles estabeleceram para si mesmos.

A ideia de uma Europa unida, coerente e civilizada, até a atualidade, vigora na retórica da União Europeia, uma “geografia moral”. Como uma profunda política identitária, tem sido demonstrado, como existem os mapas imperiais e mapas mentais. O primeiro fora construído pelos grandes impérios que se ergueram já no século XVIII, definindo “o Ocidente e o resto”, o segundo seria reflexo de uma espécie de representação grupal dividida entre “o eu e o outro”. Essas seriam práticas discursivas estruturantes do poder desenvolvidas na Europa (Böröcz, 2005; Boatca, 2010).

Em suas *Considerações sobre a guerra e a morte*, de 1915, Sigmund Freud lamenta a transgressão de todos os limites e fronteiras erguidas pelo direito internacional. Destruindo todos os supostos laços comunitários, “ela (a guerra) trouxe também à luz o fenômeno quase inconcebível, de que os povos civilizados se conhecem e se entendem tão pouco que um deles pode voltar-se com ódio e repulsa contra o outro” (Freud, 2010, p. 124).

O conceito de cultura aparece em Freud como uma exterioridade, no qual todos os instintos e tendências estariam sob jugo da coação externa. É como uma aptidão. O homem civilizado aqui é sinônimo de pessoa educada. É aquele que, através da cultura, conseguiu subjugar de maneira vitoriosa seus impulsos instintivos. Agora, a cultura ocidental é um lar para os hipócritas. O palco moral do mundo agora é mundialmente questionado pela sua própria posição.

O período entre Guerras pode ser visto como uma internação em UTI da “cultura europeia”. As diferentes reações ao escravismo e a colonização em toda América, mais especificamente, tomam contornos de expressão intelectual e artística. Ao fim da Primeira Grande Guerra, Woodrow Wilson e Vladimir Lênin (representante da revolucionária Rússia) lançam seus manifestos cujo conceito de autodeterminação dos povos é uma peça-chave, sendo tradicionalmente referido como novo princípio do paradigma de relações internacionais que diz respeito à África, se delineando mais claramente ao fim da Segunda Grande Guerra.

O tema a ser abordado mais adiante possui diversos entrelaçamentos com o chamado nacionalismo africano. Como demonstrado anteriormente, raça, cultura, civilização, nação e nacionalismo são conceitos intercambiáveis, a depender do discurso proferido na história da Europa, possuindo um papel ideológico-imaginativo duplo: produzir uma narrativa interna de unidade, ao mesmo tempo em que estabelece diferenças sutis com o outro próximo, e produzir um imaginário sobre povos a partir da elaboração de uma diferença com o outro distante em termos civilizacionais. Sendo apropriado por diversas linhas de movimentos anticolonialistas, produzindo alternativas inscritas sob os mesmos signos, virados de cabeça para baixo. Pela especialidade de seus contornos, foi destacado um capítulo específico para tratar do assunto.

O objetivo é explorar discursos cuja ações são mais perenes e passíveis de serem mensurados, via análise de crenças. Nesse sentido, é necessário rubricar, antes que continue a exposição a despeito da exploração de toda uma retórica eurocêntrica dominante, onde os internacionalistas são quase unânimes no entendimento de que os organismos de cooperação, foram extremamente frágeis e não consolidaram práticas sistemáticas de ação, à época evocada até aqui. Não obstante, a mesma realidade era vista no continente africano ao ponto que hoje os especialistas em História da África possuem dificuldade de mensurar os objetivos concretos da colonização, cuja ação frequentemente desorganizada, não raramente, desrespeitava as leis formais instituídas. A faceta, visivelmente mais organizada da ação colonial, foi o sistema tributário. Sendo o serviço que mais contribuiu para a burocratização da administração colonialista, não tardando a ser responsável pelo aparecimento de uma nova elite colonial composta por burocratas (Betts, 2010, p. 369). Rubrica-se, assim, a compreensão do Estado instrumento, seja pela adoção de alguns princípios do mesmo em territórios que não gozavam do mesmo *status* ou seja quando implantado em África pelas novas lideranças pós-coloniais.

1.3 Raça negra e cultura

É uma tarefa árdua organizar as respostas a um tipo específico de opressão que se caracterizou em caráter global. O racismo científico, faceta moderna do racismo, como quase toda lógica de dominação, produziu um número significativo de reações que, sistematicamente, foram excluídas deste trabalho por motivos diversos. Sendo dois deles a área científica de inserção do mesmo e suas limitações metodológicas. Textos escritos a partir de atores diretamente envolvidos são mais controláveis.

Dada a altura do início do século XX, já é possível ver o princípio da queda do entendimento de cultura como civilização-processo, para cultura enquanto dado civilizacional e de erudição. Cultura aparece como os bens/dons adquiridos e enquanto bens que adquirem a possibilidade de serem compartilhados/ensinados. As dúvidas sobre as incapacidades inatas dos outros distantes começam a ser postas em questão pelos brancos, especialmente com o advento da técnica etnográfica de Franz Boas e Malinowski, e o trabalho sobre a arte africana de Leo Frobenius e Maurice Delafosse. A antropologia que havia estabelecido métodos de análise das sociedades a partir de objetos materiais tentando extrair deles significados que poderiam ser universalizados, deixando o legado sobre o estudo da ação transformativa humana, sobre sua capacidade e conhecimento de manipular bronze em estátuas, por exemplo. Neste sentido, o

trabalho de arte ganha alguns destaques, especialmente a arte letrada da literatura que passa a ser vista como um elemento de ligação entre culturas bárbaras e civilizadas. A escrita aparece como uma sofisticação do pensamento. Ao mesmo tempo, é necessário dar os devidos créditos ao crescimento exponencial do setor livreiro na Europa desde o advento da imprensa (Febvre; Martin, 1992).

Na pintura, especialmente entre os cubistas, fauvistas e expressionistas como Picasso, Braque e Léger, essa nova arte negra tinha inspiração. Esses artistas brancos estavam refletindo sobre as possíveis convergências entre a arte ocidental e a africana. O jazz chegava aos parisienses e o próprio choro através dos Oito Batutas sob liderança de Pixinguinha tocou por seis meses na capital francesa no ano de 1922. É possível observar um fascínio crescente sobre as línguas africanas e compilados de poemas africanos que começaram a aparecer no mercado editorial. Isto impactou especialmente as sociedades pós-coloniais das Américas, que tinham contingentes populacionais maiores entre negros e indígenas, com convivência mais direta.

O movimento *Négritude* é um exemplar da época. Foi idealizado fora do continente africano, tomando corpo e significação mundial a partir da França. Existe um consenso a respeito de que um dos primeiros marcos do movimento foi a revista *Légitime Défense* (Legítima Defesa) publicada em 1932 que proclamava uma identidade racial para o intelectual, liberdade de estilo literário frente aos propostos pela literatura “oficial” e um verdadeiro manifesto anti-dominação colonial e cultural.

Em 1934, *L'étudiant Noir* (o Estudante Negro), nas palavras de Léon Damas, propõe uma indistinção com base em nacionalidades, uma afirmação de bases raciais que sobreporia essas últimas como forma de resistência e uma alternativa ao mundo assimilacionista especialmente proposto pela França.

O movimento *Négritude* é uma resposta figurada principalmente por Léon Damas (Guiana Francesa), Aimé Césaire (Martinica) e Leopold Sédar Senghor (Senegal). Rosânia Nascimento (2016) tem um interessante trabalho a respeito da contribuição feminina ao *Négritude*. Através dos nomes de Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal, originadas da Martinica, assim como Aimé Césaire e Franz Fanon, reconhece as dificuldades no rastreamento da produção intelectual e artísticas, das mesmas e outras, inserindo a pergunta de por que o movimento tomou uma tônica masculina e seu nascimento foi atribuído a tríade Césaire-Senghor-Damas.

As bases do movimento *Négritude* estariam mais bem delineadas em 1935, em artigo escrito por Leopold Senghor, *L'Humanisme et nous: 'René Maran'*, publicado pela revista *L'Étudiant Noir*. Ele apresenta o “humanismo negro” a partir de uma mistura do que chamou,

habilidades estéticas e sensoriais negras, com saber e técnicas europeias. Senghor buscava estabelecer um lugar para o negro na modernidade através da fundação e valorização de uma cultura negra, reinterpretando e sintetizando o “verdadeiro humanismo”; o papel do negro estava em salvar a própria cultura ocidental cujo “mundo moderno esqueceu – e é uma das causas da crise actual da civilização – é que o desabrochar da pessoa exige uma orientação para além do individualismo (...)” (Senghor, 2011, p. 85 *apud* Dos Reis, 2014).

Senghor e Césaire eram potentes críticos do colonialismo e do racismo instaurados nas sociedades europeias, sendo assim, o movimento *Négritude* está inscrito no que se chama de arte engajada, que seria o centro de toda estrutura de intervenção política. A tônica a respeito de uma raiz única, uma “terra mãe” de todos os povos negros, uma psicologia negra, são apontadas como elementos principais para libertação cultural e política dessas populações, representando a valorização de uma escrita literária, principalmente da poesia, sendo uma das primeiras tentativas de elaboração de uma teoria escrita africana em termos modernos. Essas características, artísticas ou psicológicas, do negro-africano estavam representadas pela *Négritude* (Durão, 2016).

Em toda literatura a respeito do tema *Négritude*, a ideia de tomada de consciência aparece como eixo fundamental. A contradição colocada pelo jamaicano radicado nos Estados Unidos, Claude McKay, em seu livro *Banjo*, de 1929, é absorvida por Senghor e Césaire. A obra retrata uma espécie de luta psicológica interna dos negros, cujos os eixos em sua origem africana e numa existência civilizada, foi solvida através do autoconhecimento, representada por uma escrita negra original; caminho de conciliação e de uma situação de emergência de um “novo negro”.

Já Carlos Moore, no prefácio do livro “Discurso sobre a Negritude” de Césaire (2010) argumenta que o conceito de *Négritude* surgiu do momento de encontro entre estes três intelectuais, mas que sua formalização enquanto conceito e existência formal está no livro *Caderno de retorno ao país Natal*, de 1939. Esse retorno concreto seria ao país de origem, a Martinica, mas também um retorno místico à Mãe África, um retorno espiritual e afetivo. Moore destaca que Césaire atribui a origem do movimento à Revolução Haitiana, o próprio poeta reconhece em seu discurso as influências do movimento estadunidense Renascimento Negro. Assim, a definição de Moore (2010, p. 17) sobre o movimento *Négritude* é: um pan-africanismo cultural. Por sua vez, Césaire (2010, p. 110) define a *Négritude* como uma revolta ao reducionismo europeu, reabilitando os valores africanos pelos próprios africanos, provocando um re-enraizamento, ou seja, estabelecendo o direito à diferença.

Em adição a contribuição desses autores, Finch III e Nascimento (2009) descrevem o cenário haitiano pré e pós-independência, com o pioneirismo enquanto primeira nação negra independente na modernidade, e como uma espécie de mito fundante que influenciou populações negras pelo mundo. O vitorioso Haiti também produziu intelectuais de envergadura como Pompée-Valentin (1814); Louis-Joseph Janvier, com seu livro “A igualdade das raças” (1884), Hannibal Prince em “Sobre a reabilitação da raça negra na república do Haiti” (1900), todos antecipando a discussão sobre colonialismo.

Césaire identificou-se especialmente com o surrealismo. Produzindo manifestos que pregavam a condenação da civilização cristã e ocidental, o racionalismo e o individualismo, a ideologia burguesa, o martinicano, teve contato com Baudelaire, Rimbaud, Lautréamont e especialmente Breton que identificou pessoalmente sua poesia e sua qualidade enquanto poeta (Figueiredo, 1998, p. 31).

Senghor e Césaire também se tornaram políticos em seus respectivos países. O primeiro alcançou a presidência do Senegal e o segundo o cargo de prefeito em Fort-de-France na Martinica. Senghor fez um movimento contrário à sua própria trajetória, que desde 1940 na qual abria mão do uso da palavra *Négritude* para se definir enquanto *Nègre Nouveau*. Esta postura coincidiu com sua aproximação ao partido marxista francês S.F.I.O. (*Section française de l'Internationale Ouvrière* – Seção Francesa da Internacional Operária) que em 1920 se mostrou favorável a uma adesão à III Internacional e criam a S.F.I.C. (*Section française de l'Internationale communiste* – Seção Francesa da Internacional Comunista). Com a fundação do Bloco Democrático Senegalês em 1948, que se transformou em União Progressista Senegalesa, partido pelo qual Senghor alcançou o mais alto cargo do poder executivo, após uma ruptura com seu adversário Lamine Gueyè, o presidente desenvolveu o conceito de socialismo africano e consagrou seu retorno à *Négritude* argumentando que seus críticos de esquerda estavam igualmente a serviço de “Imperialismos na luta pela dominação do mundo” (Senghor, 1971b, p. 17-18 *apud* Durão, 2016). Nitidamente, Senghor estava debatendo os efeitos da Guerra Fria nos países na periferia do Ocidente.

Essa é uma visão que se assemelha com a interpretação de Bobby Seale, membro fundador do Black Panthers Party, movimento legendário afro-estadunidense dos anos 60, sobre a estrutura e ação da URSS. Recentemente em sua página pessoal no site Facebook, Seale relatou sua visita aos países escandinavos juntamente com Ray Massia Hewitt em janeiro de 1969, e o momento em que, durante a entrevista, criticou o partido russo, Stálin e explanou sua interpretação sobre a ação comunitária. Seale compreendia o controle da economia por parte do Estado como uma antítese do capitalismo monopolista e corporativista; como extremos

antitéticos, ambos fascistas, Seale, como um dialético, entendeu que a síntese desse movimento estava no empoderamento real das pessoas através do controle comunitário. Para ele, ditadura do proletariado era sinônimo de ditadura stalinista, por seu perfil centralizador na figura do Estado, e a solução que elegeu para o problema, representou o controle de propriedade e de negócios locais por pessoas reais organizadas em uma comunidade constitucional-democrática.

Por mais que Senghor não tenha evoluído para níveis tão apologéticos anti-Estado, Senghor e Seale concordaram que os novos tipos de dominação estavam organizados em figuras tanto de direita, como de esquerda.

Em certa medida, Senghor expressou um governo conservador, no que tange a conservação de estruturas de poder no Senegal, e o próprio brasileiro Abdias Nascimento denunciou os “desvios assimilacionistas” que a *Négritude* senghoriana havia tomado (Moore, 2002); talvez por sua própria francofilia, Senghor demonstrava uma ambiguidade evidente.

A *Négritude* também deve sua ascensão ao movimento Renascimento Negro e suas três vertentes: *Black Renaissance*, *Harlem Renaissance* e *New Negro*, nos Estados Unidos, ao Negrismo cubano e o Indigenismo Haitiano. Foram acontecimentos histórico-culturais de alto impacto para as comunidades negras na diáspora e da África, que viviam ou passavam pelo território europeu. Uma das principais estratégias de sobrevivência e demarcação dessa nova personalidade africana foi a linguagem; o cunho fortemente cultural, no sentido de artístico, do movimento fez florescer uma arte que buscava resgatar os valores africanos em negação à universalização do tipo humano europeu.

O início e o fim da Segunda Grande Guerra serviram como confirmação da barbárie da civilização. Bombardeios e a chamada guerra aérea foram os elementos cruciais desse conflito. Muito se diz dos crimes de guerra cometidos pelos alemães, mas muito pouco ou quase nada sobre as ações dos Aliados. A guerra de bombardeio foi a guerra escancarada. Elaine Scarry (1985) escreveu que as vítimas da guerra não são o sacrifício a ser feito no altar da objetivada paz, mas são o caminho e o objetivo em si mesmo.

Nos dados oficiais do governo alemão, em 400 mil voos, 1 milhão de toneladas de bombas foram despejadas em zonas inimigas somente pela Royal Air Force. São raros e esparsos os depoimentos de alemães sobreviventes desse período, uma espécie de tabu, um acordo tácito e válido impediu a revelação do tamanho da destruição moral e material que se encontravam as cidades da Alemanha.

Os ataques de 1943, organizados pela Inglaterra e Estados Unidos, contra a cidade de Hamburgo foram chamados de “Operação Gomohrra”; o objetivo era incinerá-la por completo.

10 mil toneladas de bombas incendiárias foram jogadas sobre zonas residenciais. O fogo atingiu cerca de 2 mil metros de altura, as correntes de ar atingiram velocidade de furacões pela velocidade em que o fogo arrebatava o oxigênio. Um incêndio de três horas criou uma fumaça de chumbo que chegou a 8 mil metros de altura e que durou dias.

Em 1941, o *Führer* chega ao ápice do poder, após dominar grande parte de todo continente europeu. Voltando-se para África e Ásia, deixando os britânicos a sua própria sorte em suas ilhas, Churchill, o primeiro ministro inglês, chegou a declarar em carta ao Lord Beaverbrook que somente havia um jeito de convencer a Hitler de voltar ao confronto direto: organizando um ataque devastador de extermínio, contendo bombas de alto efeito, contra a população civil alemã. Chegou-se a cogitar o disparo de estacas com ponta de ferro contra os agricultores e assim parar a colheita das safras.

Quando as atenções dos nazistas se voltaram para os soviéticos, em apenas um dia, do ano de 1941, mais de mil aviões russos haviam sido destruídos, o que significava um quarto de todo seu efetivo aéreo. Ao tomar as cidades de Kobryn e de Pruzhany, situadas na zona fortificada, em Moscou, foi criado um conselho de evacuação, organizando o desmantelamento, a transferência e a reconstrução de mais de 1.500 fábricas de armamento e de outras unidades industriais da Rússia Ocidental e da Ucrânia para locais seguros ao leste. Em cidades distantes como Sverdlovsk, Kurgan e Chelyabinsk, na Sibéria, os Urais, longe de qualquer combate possível e provável e nas cidades do Cazaquistão foram realocadas as indústrias demonstrando o tamanho da importância da indústria bélica.

Neste mesmo contexto, os russos puseram em combate pela primeira vez o Katyusha. Um novo lançador de foguetes múltiplo disparava 320 foguetes em 25 segundos. A arma causou grandes estragos às forças alemãs nos meses seguintes.

O controle aéreo do tráfego tendo há pouco tempo, se desenvolvido pela associação de trabalho entre americanos e ingleses, foi uma das tecnologias de informação mais importantes. Localizar, perseguir e destruir, se tornaram ações chaves organizadas a partir de fotos aéreas dos inimigos de suas armas. A análise técnica do sistema de armas dos inimigos, a relatoria de seus agentes, analistas dispostos trabalhando em cima de uma grande quantidade de dados foram determinantes nos serviços de inteligência e contra inteligência especialmente dos britânicos.

A Batalha do Atlântico, especificamente, foi definida por Kennedy (2014) como a guerra dos cientistas. Nesse contexto, o *B-Dienst* foi desenvolvido; a inteligência de sinais passou à frente da humana e foi muito importante para o trabalho exercido nos submarinos. A entrada dos EUA na guerra trouxe inúmeras novidades tecnológicas, como os aviões Very Long

Range, o VLR, com grande capacidade de autonomia. Em 1943, o VLR Liberator conseguiu dar cobertura a um comboio, a 2 quilômetros de distância de sua base.

Os jatos já atingindo 12 mil metros de altitude e mais de 200 km/h foram uma das últimas invenções alemães, mesmo que tardia, no campo da aviação. Igualmente, entre o mais alto sigilo, na Universidade de Chicago, o cientista italiano emigrado Enrico Fermi iniciou um processo que produziria a primeira reação nuclear em corrente auto sustentada. Tudo estava a postos para a busca e o tratamento do urânio necessário à confecção de uma bomba atômica. No Natal de 1944, as primeiras balas de urânio irradiadas estavam prontas em Hanford, nos Estados Unidos, e, um mês mais tarde, o primeiro plutônio de acondicionamento estava pronto. Era início de 1945 quando alguns documentos alemães apreendidos em Strasburg confirmaram que a fábrica Auer, em Oranienburg, ao norte de Berlim, ocupava-se do tratamento de urânio para a produção de energia nuclear e em julho do mesmo ano, através de Klaus Fuchs, os cientistas nucleares russos já conheciam as experiências americanas, para a construção de uma bomba atômica.

Antes, os nazistas já estavam tentando produzi-la através da água pesada. Não se pode esquecer que três anos antes o napalm havia sido desenvolvido pelos estadunidenses. A partir da mistura de ácidos naftênicos e palmítico, adicionando-os ao ingrediente clássico, a gasolina, o chamado fogo líquido, foi testado pela primeira vez em bombardeios contra Berlim e depois em Tóquio, onde causou pânico em massa após a tempestade de fogo que desintegrou mais de 100.000 pessoas. Napalm, mesmo sem fogo, atinge a temperatura ao ar livre de 800°C.

Já a chamada bomba nuclear, pesando apenas cerca de onze a doze quilos, podia provocar a mesma explosão que 1.800 toneladas de TNT. A partir de uma tecnologia atômica que somente se tornou possível pela descoberta do átomo, Hiroshima e Nagasaki se tornaram os alvos dessas armas, matando mais de 200 mil pessoas em um único ataque.

Acredito que um dos trabalhos sintetizadores da percepção dos africanos e da diáspora, a esse gigantesco conflito, foi o trabalho de Césaire, chamado *Discurso sobre o colonialismo* (1978). Logo nos parágrafos iniciais ele questiona: “a Europa é indefensável”, e então segue:

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem ‘como é curioso! é o nazismo, isso passa!’ E aguardam e esperam; e guardam em si próprias a verdade - que é uma barbárie, mas uma barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries, que é o nazismo, sim, mas que antes de serem suas vítimas foram cúmplices (...) legitimaram-no porque até só se tinha aplicado a povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele. (...) Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerianismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que trás em si um Hitler que ignora, (...) que Hitler é seu demônio (...) que no fundo que não em Hitler *não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime*

do homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas e que até aqui só os árabes da Argélia, os *coolies* da Índia e os negros da África estavam subordinados (1978, p. 13; 18, grifo do meu).

A invasão de Mussolini à Etiópia é acompanhada com atenção pelo mundo todo, e a derrota do governo fascista italiano é amplamente comemorada, sendo o imperador até mesmo transformado em deidade; um grande símbolo do renascimento africano.

Na virada da Segunda Grande Guerra, a *Négritude* também teve uma virada militante e se tornou instrumento a serviço da liberação dos países africanos do jugo do império ocidental, chegando ao seu auge nos anos de 1960, inclusive no Brasil. Tomando contornos mais específicos no que diz respeito à atividade da sociedade civil e abrindo-se a possibilidade de maior participação popular na vida política, sua ênfase nitidamente racialista entrou em choque com alguns dos novos nacionalismos africanos e com interesses das elites responsáveis por conduzir as independências das novas nações africanas ao lidar com a figura do colono.

Os debates a respeito de uma *African personality* aos poucos, caminharam em função dos nacionalismos de Estado. Mário Pinto de Andrade, já no ano de 1958, definiu que os intelectuais negro-africanos (uma característica extensiva à diáspora, e para intelectuais tinham uma relação direta com o mundo das letras) possuíam duas preocupações centrais: a primeira no plano das relações entre cultura e poder, especificamente sobre o sufocamento das “culturas típicas” africanas, e em segundo plano as “possibilidades duma renascença dos valores culturais negros e sua integração ao patrimônio universal” que somente seria possível atrás das lutas de libertação nacional (Andrade, 2000, p. 42-43).

Alguns valores políticos formavam um corpo coerente no sistema colonial. Em todo debate sobre a ocupação europeia no continente africano a partir do século XIX, costumava-se ter uma concordância sobre o sistema de administração com gestão indireta através de diversos tratados com lideranças locais. O colonizador possuía dois mandatos, um civilizatório e outro exploratório (Betts, 2010; Uzoigwe, 2010; Mwanzi, 2010) e entre os países chamados assimilacionistas, propriamente França e Portugal, a imposição desses valores era mais visível e foi, inclusive, a ação específica desses países com suas intenções de administração direta que aceleraram a chamada partilha da África entre os anos 1876 e 1880 (Zi-Zerbo, Mazrui, Wondji, Boahen, 2010).

Assim, no período pós-guerra, configurou-se de maneira mais latente a afirmação das reivindicações africanas em favor da autonomia e da independência, utilizando-se dos valores do pluralismo e do nacionalismo que se apresentavam em caminhos duplos. Os valores do

nacionalismo eram quase invariavelmente indissociáveis dos chamados valores da *unidade* africana (grifo meu).

As palavras a seguir dos autores sintetizam bem o espírito deste capítulo:

Enfim, devemos abordar o tema, simultaneamente, o mais vago, o mais ambíguo mas, igualmente, o mais fundamental do nacionalismo africano: aquele concernente à ‘raça’ e à ‘civilização’. Segundo René Pléven, homem de Estado francês, ‘colonizar, isto consiste em estender a sua civilização no espaço’. A colonização, ato eminentemente econômico, eraportanto também um fenômeno cultural e, por conseguinte, a descolonização deveria assumir uma dimensão de combate cultural. Era preciso operar uma arbitragem entre os valores do patrimônio autóctone e os princípios culturais veiculados pelos colonizadores (Zi-Zerbo, Mazrui, Wondji, Boahen, 2010, p. 576).

Destarte, o projeto de uma civilização universal fora “tomada de assalto” através da expressão do que se chamaria, civilização negro-africana, sendo um dos movimentos fundamentais de interligação deste “povo mundial”, América e África.

Neste capítulo, abordamos as análises sobre a articulação entre as ideias de cultura, raça, civilização e nação. Por vezes explorados como conceitos, que de maneira geral, formaram um quadro informativo dos usos públicos dos mesmos no cenário global, sem intenção de ir a fundo ao debate conceitual. Concluimos que a construção de um ideal mitificado de Europa também produziu um mito de África. A apropriação desse mito contribuiu para produção de respostas em mesmo nível, melhor exploradas, a partir do capítulo três.

Por fim, as Grandes Guerras e suas catástrofes foram forças impulsionadoras do questionamento do lugar construído para povos e raças em determinada hierarquia. Porém, o progresso tecnológico acabou por assegurar o lugar de Europa e Estados Unidos ao mesmo tempo em que motivou as dúvidas sobre sua liderança. Assim, percebe-se que há uma vitória do projeto universalizante de organização do mundo ao mesmo tempo em que se buscou negá-lo. As mesmas ideias, viradas ao avesso, formularam a tônica da resposta dos povos racializados, através do movimento *Négritude* e sua virada cultural, bem como da consagração do Estado nacional e do fenômeno internacional, sacralizado por estas fronteiras e hierarquias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O progresso das escolas e das universidades dá a medida do avanço do nacionalismo, assim como as escolas e especialmente as universidades se tornaram seus paladinos mais conscientes (Hobsbawm, 2012, p. 142).

Neste capítulo revisaremos algumas obras que se tornaram fundamentais para o entendimento do fenômeno do nacionalismo, a fim de alcançar a explicação do recorte específico proposto, que é o nacionalismo africano. Nesse sentido, a revisão de literatura irá se estruturar de forma, com que se configure em argumento, e não apenas em uma exposição de biblioteca (Rudestam, Newton, 2014).

África, assim como Europa ou América, não se constitui exclusivamente como espaços geográficos delimitados por fronteiras ou oceanos. Falar de qualquer continente quer dizer expor múltiplos significados ideológicos, idealizados e culturais que cria e recria noções de pertencimento/ não-pertencimento. O esforço será demonstrar como a imaginação intelectual trabalhou este continente em articulação com a construção de novos Estados modernos, mas ao invés de utilizar o recorte temporal pós 1950, será necessário recuar alguns anos para explicar como os debates nos círculos intelectuais e revolucionários foram importantemente construídos, em relação ao que foi chamado de Atlântico negro.

A primeira questão posta é que boa parte dos movimentos nacionalistas africanos são lidos, quase exclusivamente, em sua relação com os colonizadores europeus; suas possíveis conexões com a história pré-colonial ou com o próprio movimento de conflito milenar com os árabes, comumente são abordadas de maneira rasa, sua conexão com a diáspora é estabelecida fragmentadamente. A hipótese é ser possível organizar de maneira cumulativa a produção intelectual dos africanos continentais e da diáspora, e que isso ajuda a clarificar diversas demandas, construídas por atores políticos, no contexto das emergências dos novos Estados africanos.

Assim, a revisão de literatura será estruturada em três sentidos: primeiro resgatar possíveis significados do nacionalismo, segundo rumando a um caminho possível para definir uma teoria política historicamente informada, chamada de pan-africanismo e, em terceiro, demonstrar o papel do intelectual no desenvolvimento de uma “modernidade africana”, se assim podemos chamar.

Estudar o nacionalismo não é uma tarefa simples. Além de ser um fenômeno multidimensional, ele envolve múltiplos fatores de cunho sociológico; o nacionalismo de

Estado não é o mesmo que o nacionalismo dos movimentos populares, assim como não se desenvolveu de maneira uniforme em todos os cantos do globo. A tese de Anderson (2008) é basicamente que o nacionalismo deve ser visto como parte do desenvolvimento de uma espécie de “senso de si em sociedade” que não ficou localizado na Europa e muito menos foi replicado em uma atitude meramente copista por outras comunidades.

Basicamente o texto de Benedict Anderson gira em torno do crescimento exponencial de novas tecnologias da informação através do que chama de capitalismo tipográfico ou capitalismo editorial. Dessa maneira, o autor sugere uma leitura culturalista do nacionalismo, associando-o a outros grandes sistemas culturais, a comunidade religiosa e o reino dinástico. A correlação entre essas duas categorias é notória, mas os aspectos relacionais que Anderson chama atenção são mais sutis que as noções sobre a sustentação do poder. Eles são três: 1- A coincidência do desenvolvimento do Iluminismo e do racionalismo, eclipsando domínio da fé, ordenando o mundo em um mesmo período em que o nacionalismo se desenvolve; 2- Pela maneira como a ideia do Herói de guerra se reconfigurou, a partir de um discurso sobre a morte, que era assunto da religião, assim, os cemitérios com os nomes e fotos dos mortos em combate, nomes de desconhecidos, e túmulos vazios, simbolizando sua presença, que para a maioria era absolutamente desconhecida, como um fenômeno da noção de comunidade no anonimato; 3- A comunidade criada a partir dos signos da escrita, das línguas sacras e das grandes religiões.

Dois de três destes elementos relacionam-se diretamente com o letramento de tais populações e sugerem questões a respeito do papel das elites no desenvolvimento do nacionalismo, herdeiras originais do direito à leitura.

Quais são os efeitos psíquicos e sociais causados pela imprensa? Essa pergunta suscita várias outras questões. Porém, é necessário distinguir o alcance social da escrita manufatura da escrita impressa. Fala-se de uma sociedade que era organizada, primordialmente, pela tradição oral, na qual o segundo recurso comunicativo mais utilizado eram as imagens. A invenção da imprensa de tipos móveis, que gerou uma redução significativa no custo dos livros, coincidiu com a crescente alfabetização da população europeia, iniciando assim um novo ciclo de transformações culturais.

Quando o capitalismo tipográfico impõe-se, tornando a cultura oral secundária e a maioria da sociedade ocidental letrada, os questionamentos sobre as implicações culturais gerados pela modalidade impressa se fazem presentes. Quando fala-se de cultura letrada, ainda amplia-se muito o escopo do debate e isso suscita uma enorme quantidade de variáveis históricas e sociais que incluem: as condições e instrumentos para alfabetização, tecnologias disponíveis, a infraestrutura de ensino, o papel das instituições religiosas e suas variabilidades

territoriais, já que os monges copistas detiam o privilégio da leitura e da escrita originalmente (e após a Reforma Protestante, era comum o estímulo de leitura da bíblia), as tensões entre a língua sacra e as vernaculares, os papéis de gênero na divisão ao acesso à educação, o próprio desenvolvimento do conceito de educação, etc.

Nessa perspectiva, utilizar a divisão consagrada em territórios nacionais modernos dizendo que se busca uma análise no país x ou y ainda parece insuficiente e, mais do que isso, é anacrônico. Se há um ponto de partida nos estudos sobre nacionalismo é que seus movimentos são anteriores às nações erguidas, alimentadas por essa “consciência”. Estuda-se aqui o desenvolvimento do nacionalismo cujo marco temporal é o fim do século XVIII; utilizar fronteiras que são obsoletas geográfica e politicamente, acrescenta menos do que a sua facilidade sugere. Se o mapa mundial alterou-se nos últimos cinquenta anos, não há dúvida de que o fenômeno estudado foi um dos principais protagonistas na ascensão de novas comunidades imaginadas soberanas. Algumas destas, atualmente, não existem mais, outras tiveram suas fronteiras devastadas ou alteradas por motivos diversos, dentre os quais podemos citar a ocorrência de duas guerras mundiais. É óbvio que não se está propondo uma análise de um fenômeno que possa ser visto à margem das fronteiras territoriais, daquilo que chama-se de Estado nacional. Porém, tão pouco pode ser limitado, tendo em vista que o nacionalismo também alimenta os diversos separatismos, bem sucedidos ou não. Desconsiderar estes últimos pode levar o pesquisador a cometer o erro de reduzir a compreensão do fenômeno em si, sugerindo conclusões errôneas, como relacioná-lo exclusivamente a uma espécie de tecnologia de dominação do Estado.

Para o desenvolvimento, foram separadas, em primeiro lugar, as questões metodológicas e, em segundo a revisão de literatura. Koselleck (2006), Skinner (1988) e Bevir (2008) compartilham de vários pontos de vista. Os três desenvolveram seu trabalho acadêmico em teoria da história à luz daquilo que se costuma chamar de virada linguística, movimento que seria responsável por reformular todo conhecimento na grande área das ciências humanas. Todos rejeitam o epifenomenalismo, retirando do debate quaisquer noções que põem a linguagem como um fenômeno que reflete a realidade material, desta forma, colocando em destaque uma reflexão sobre a percepção e noção do tempo, dando lugar, inclusive, à contingência na transformação e criação de conceitos. Além disso, propuseram novas questões teóricas e metodológicas da história do pensamento social e intelectual.

A questão proposta, e que nos interessa, é que depois das profundas críticas elaboradas pelos autores supracitados, revisaram-se de maneira intensa a real capacidade da historiografia de produzir conhecimento objetivo sobre a realidade baseada em texto escrito. Neste sentido,

evitando rumar a este caminho espinhoso e complexo, a escolha é por refletir a existência de uma categoria de humanos organizados ao redor da língua escrita como comunicação base responde a questões metodológicas que expliquem a ordem social e ao mesmo tempo, o conteúdo de obras produzidas em si mesmo.

Falar de eruditos/intelectuais no contexto de desenvolvimento do nacionalismo requer alguns outros cuidados. De fato, as grandes massas desta parte do globo eram quase totalmente analfabetas nos anos seguintes à Revolução Francesa, marco temporal importante da modernidade eurocêntrica. Por conseguinte, torna-se impossível equacionar de maneira simplista nacionalismo com alfabetização, como lembra Hobsbawm (2012), o que torna urgente a definição de intelectual que está sendo mobilizada aqui.

O trabalho de Benedict Anderson (2008) e sua abordagem culturalista, diverge significativamente dos trabalhos de outros autores. Em seu argumento sobre o cenário da emergência do nacionalismo, o autor busca definir uma ideia de comunidade no anonimato. Isto é, a emergência da noção de sociedade, que surge aliada a novas noções de temporalidade, mobilizando grupos de pessoas que cresciam a cada ano, a pensarem em si mesmas enquanto parte constituinte de alguma entidade que não está corporificada individualmente. Este tema é bastante debatido na sociologia e na emergência dessa ciência. De Conde de Saint-Simon à Émile Durkheim, e sua definição de fatos sociais como coisas, e também na própria filosofia, com atenção para o trabalho desenvolvido por Hegel, que muitos localizam como a fonte paradigmática de compreensão da história como ciência, existe um complexo de ideias que buscavam refletir homens socialmente localizados.

Esse caldo cultural, segundo Anderson, não é genuinamente europeu. Ao destacar o papel dos jornais americanos e dos funcionários peregrinos catalogados entre 1760 e 1830, o autor reforça as tensões entre diversos grupos dentro do aparelho administrativo colonial. Como o próprio nome sugere, as chamadas elites criolas, brancos nascidos fora da Europa, muitos mestiços passaram a organizar suas insatisfações políticas diante da subalternidade, dada à metrópole; um poder político duplicado que utiliza como critério de diferenciação entre pessoas o local de nascimento, ou seja, um território. Assim, a organização das novas resistências ao poder colonial teria uma forma nacionalista de ação política, o que implica uma visão coletiva de si específica (2008, p. 106).

Nesse sentido, o que diferenciaria as experiências do nacionalismo americano para o europeu seriam dois traços históricos: o primeiro que diz respeito a um debate e um lugar da língua enquanto propriedade privada de um povo, dimensão esta que não se formulava enquanto questão nos casos, tanto estadunidense, quanto do restante da América colonizada pela

Espanha, e o segundo é um modelo de Estado visível, especialmente popularizado após a Revolução Francesa, que se sustentava com características de conflitos do tipo a “antiguidade versus a modernidade”. Aqui a nação aparece como um “objeto de uma aspiração consciente... uma invenção sem patente... copiada por mãos muito diversas e às vezes inesperadas” (Anderson, 2008, p. 107).

Neste ponto do debate, a divisão elaborada por Hobsbawm em “Nações e Nacionalismo” (1990), é especialmente didática.

Segundo Hobsbawm, existe um problema primário, que não há meios de informar e distinguir, *a priori*, nações de outras entidades. Não existem critérios claros que digam quais das variadas comunidades humanas merecem tal título e outras não. As tentativas mais objetivistas de estabelecer critérios de distinção, a partir de coisas como a língua, território comum, etnia e traços culturais, são insuficientes, pois frequentemente membros componentes de tais categorias não possuem aspirações nacionalistas; assim como alguns grupamentos que respondem aos critérios de definição, também não seriam nações. Além disso, esses critérios distintivos são mutáveis e ambíguos, de forma que não ajudariam a explicar o fenômeno (1990, p. 14-15).

Na outra ponta, as definições subjetivistas, levando em consideração critérios de disposição coletiva e/ou individual, ou seja, se considerar dentro de uma nacionalidade subordina todas as outras possibilidades de pertencimento humano, e se torna um argumento tautológico. Além do mais, como enfatiza o autor, este argumento sugere apenas um guia *a posteriori* e leva a crer que basta a vontade de ser uma nação para sê-lo (1990, p. 16-17).

Assim, sua posição se resume em: é necessário haver uma congruência entre unidade política e nacional, ou seja, um dever político, como definido por Gellner; a nação é o Estado-nacional, só há sentido na análise do fenômeno do nacionalismo a partir de seu relacionamento com um território politizado especificamente; o nacionalismo precede a nação e são os Estados que formam as nações; seu quarto ponto merece uma citação direta:

A questão nacional (...) está na intersecção da política, da tecnologia e da transformação nacional. As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial (...), como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico (Hobsbawm, 1990, p. 19).

A Nação, em Hobsbawm, aparece como fenômeno dual, construído essencialmente pelo alto, mas que não pode ser compreendido sem análise daqueles que estão abaixo. Mesmo divergindo da análise de Anderson, Hobsbawm concorda com os pontos que dizem respeito tanto ao papel do capitalismo tipográfico como divulgador de uma nova forma de tecnologia da

comunicação, quanto pelo papel das comunidades letradas, raras em todo continente europeu e americano. Sendo assim, um lugar quase essencialmente das classes médias altas e da elite. Sendo este papel, de divulgador, e não como ato manifesto, de uma percepção de realidade. O que chama de desenvolvimento tecnológico não se restringe à fábrica.

O ponto de Hobsbawm é que as ideologias oficiais de Estado e movimentos nacionalistas não servem como guias para aquilo que está na mente de seus cidadãos e seguidores, e que não se poderia presumir que a identificação nacional suprima outras formas de identificação social para a maioria das pessoas. Então, sobre os movimentos nacionais, Hobsbawm segue a divisão de Miroslav Hroch (1985), na qual parte-se do princípio que a consciência nacional não se desenvolve de maneira igual entre grupos e regiões sociais de um país. Sendo assim, eles seguiram três fases: a primeira diz respeito ao cultural, ao literário e folclórico, a segunda reflete as campanhas políticas em prol da nacionalização, e a terceira e a que mais interessa ao autor egípcio, são os programas nacionalistas adquirindo sustentação de massas. Em todos os três níveis, é notório que se está falando da participação direta e indireta de uma elite intelectual letrada.

Em outro momento, uma pergunta formulada por Hobsbawm, mais uma vez ajuda a iluminar o nosso tema destacado: "Certamente a língua era de importância crucial para eruditos como Heródoto. Seria um critério igualmente importante de identidade grega para um beócio ou tessaliano médio?" (1990, p. 75)

A questão lançada em meio ao seu capítulo, Protonacionalismo Popular, visa debater o extrapolamento de conhecimentos produzidos pela história e por outras áreas de conhecimento da área de Humanas, que protagonizam documentos escritos, e visões de mundo de pessoas dotadas das letras que não necessariamente compartilham dos mesmos entendimentos dos analfabetos. Ou seja, é evidente que não são mundos inteiramente separados, mas é profundamente ilegítimo equalizá-los em razão do lugar hierárquico da escrita nestas sociedades.

O exemplo de Heródoto é especialmente interessante não apenas pelo paralelismo elaborado com grupos modernos, mas também porque, à sua época, os filósofos gregos se permitiam manipular diretamente a palavra. Como sabe-se, o próprio Platão, reconhecido filósofo proponente da metafísica cujos herdeiros ocidentais ainda estão em cena, era famoso por sua "invenção" de palavras a fim de exprimir conceitos ou ideias-verdade que a própria língua por si mesma não necessariamente seria capaz de refletir. O papel reflexivo da filosofia grega perpassa, em muitos níveis, não apenas pelo domínio das letras, afinal o próprio Sócrates

acreditava ser a escrita, uma espécie de degeneração do conhecimento, e também, em sua capacidade de poder deformá-las, com o perdão do adjetivo.

Fica perceptível que a função deste capítulo é basicamente a problematização. Hobsbawm elenca dois tipos de protonacionalismos, isto é, sentimentos de vínculos coletivos reais que podem ser mobilizados por movimentos nacionalistas, ou pelo Estado: o do tipo popular de categoria supralocal, como a adoração de um santo de origem específica, mas que serve de conexão com o universo católico, estabelecido pelo relacionamento e vocabulário de grupos seletos, ligados ao Estado e suas instituições. A questão para o autor é que não existe nenhum tipo de extensão necessária entre tais realidades com a organização política territorial chamada de nação, pois duvida fortemente da força de unificação generalizada das chamadas línguas nacionais, e esta se define como um elemento semiartificial, cuja a importância se restringe aos letrados, por quais a língua impressa normatizada, tinha valor na comunicação administrativa, no debate público e na composição literária.

O autor também chama a atenção para a frequência da resistência de pessoas que falavam línguas do mesmo grupo linguístico de se unirem em razão exclusiva deste motivo. A língua não se configurava enquanto padrão para afinidades necessárias, tendo em vista a própria instituição do casamento, e o padrão da exogamia. Então, por quais motivos as línguas nacionais se tornaram elementos importantes no protonacionalismo de segundo tipo?

Nesta altura, Hobsbawm concorda com Anderson. Existem pelo menos três justificações para a eleição da língua nacional e sua influência *a posteriori* sobre a grande massa, ainda a ser alfabetizada. A primeira é que se criou uma comunidade de elite, podendo coincidir com um território vernacular próprio, funcionando como uma espécie de projeto piloto daquilo que poderia se tornar uma nação. Anderson compreende a burguesia como a primeira classe a construir solidariedade em bases imaginadas. A heterogeneidade do padrão de surgimento da classe burguesa é um dado que Anderson (2008) não ignora, porém, isto não serviu de restrição para uma “consciência de si”, se escolhermos utilizar a linguagem marxista. O autor vai além e afirma que para o melhor entendimento de seu surgimento, a burguesia deve ser vista em relação ao capitalismo tipográfico.

Esta parte é especialmente confusa diante do fato que Anderson enxerga nos movimentos independentistas das Américas o germe dos movimentos nacionais que se desenvolveram. Todos eles menos graças às difusões das ideias liberais neste território e mais pela ação de funcionários da administração local, distribuídos em espécies de sub-regiões do território colonial espanhol, que posteriormente se fragmentaram em repúblicas. Onde estava a burguesia nacional do Peru ou da Venezuela? A sua lógica argumentativa ao redor dos

capitalistas precisaria não apenas explicar os produtores dos livros em línguas vernaculares, mas também quem os escrevia e quem os consumia. De acordo com o autor, os consumidores potenciais variaram significativamente de caso para caso, não se concretizando plenamente entre os comerciantes, as nobrezas e profissionais liberais, contudo, a alfabetização estava realmente disponível para um público mais variado que esse? Duvido que sim. Isto requer, inclusive, que se dominasse as nuances gramaticais. Além do mais, Anderson descartou a possibilidade de que clientes fossem políglotas, coisa que não era tão incomum nos círculos de eruditos-intelectuais.

A segunda razão envolve uma ilusão de fixidez gerada pela língua impressa. A ideia de que as letras são uma espécie de continuidade das palavras, porém, muito mais seguras por seu caráter eterno impresso e por sua natureza “reconstruída” a partir de gramáticas. O terceiro motivo é que, via de regra, a língua das classes dominantes transformou-se na língua real dos Estados modernos, através da educação pública.

A reconstituição linguística de Hobsbawm aponta alguns possíveis usos aplicados à palavra nação, e afirma que sua origem vernacular provém das línguas românicas, e assim como todas as outras, introduziram-na no vocabulário. Seu ponto é que a nação aparece como designação de grupos fechados e que variam de significado a depender de quem fala. De acordo com o autor, eram raras as associações entre nação e um território, este era o entendimento inglês e francês do termo. Neste sentido, o autor acredita que o melhor meio de explorar a ideia seja explorar o conceito.

Ao observar a produção liberal do século XIX em busca de uma precisão conceitual, ou mesmo alguns acordos sobre o termo, Hobsbawm conclui que a nação não aparecia como uma noção fechada. O debate inicial ao redor do tema elaborado pela economia política clássica dedicava suas linhas ao debate das funções dos governos e dos Estados, mas do ponto de vista da crítica, já que a maior unidade individual relevante para eles era a empresa. Neste sentido, o autor chama atenção para as práticas econômicas da época e demonstra que independentemente da capacidade dos autores clássicos abordarem este conceito, a nação já estava na ordem do dia. Uma realidade inegável e o que haveria de ser feito era a construção de critérios de legitimação destes organismos.

O acúmulo gerado em adição das ideias de economistas de fora das grandes potências identificadas à época, França e Inglaterra, muito mais animados com a ideia de economia nacional, sendo adicionado o conceito crítico: “A nação deveria ter o tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento” (Hobsbawm, 1990, p. 42). Assim, o princípio

da nacionalidade deveria ser aplicado a um número de pessoas específicas, capazes de “encher” um território apto a ter uma economia auto sustentável.

Outro ponto relevante entre os teóricos liberais é que as nações faziam parte de uma etapa do desenvolvimento humano; a evolução social humana foi entendida como um dado observável estabelecido em uma escala de unidades sociais que iam da família até o nível global. Desse modo, nacionalizar-se fazia parte do critério para ascensão de um outro patamar e de uma outra categoria de humanos. O que restava para os diferentes micro grupos étnicos era a aspiração de serem anexados, aderindo às leis do progresso, como se alguns povos fossem destinados a serem nações integrais e outros não. Então, Hobsbawm conclui sua recapitulação das teorias liberais registradas entre os anos de 1830 e 1870 definindo três critérios gerais para classificação de nações: pertencer a um Estado histórico, a elite cultural estabelecida pelo tempo, e capacidade de conquista. Este último item, como frisa o autor, era a prova darwiniana de sucesso da existência coletiva de um povo, significando o progresso de espécies sociais mediante o evolucionismo disposto na época.

Por sua vez, o trabalho de Gellner (1983; 1996) propõe um modelo dicotômico de grandes blocos sociais, cujo centro da análise é o papel da cultura e da estrutura política disponível. Estes blocos são as sociedades agro-letrada e a industrial avançada, definidos pelo autor de maneira materialista, centralizados nos modelos de produção disponíveis em cada sociedade. Enraizados em economias próprias, já evidentes na nomenclatura, o autor chama a atenção para os padrões distintos deste relacionamento, que perpassam por cinco estágios que permitiram a emergência do nacionalismo.

Para os fins deste trabalho, é interessante frisar que a alfabetização em período pré-moderno de um grupo posicionado em lugar superior na hierarquia social produziu uma cultura que lhe é própria, e que, em larga medida, se interessava pela heterogeneidade de grupos para os fins de dominação específicos e disponíveis naquele momento. Segundo Gellner (1983), o papel de uma cultura homogeneizada é uma drástica diferença proposta pelo Estado nacional moderno, assumindo para si, tal prerrogativa, especialmente com o desenvolvimento da ideia de educação para o público.

Nesse período transitório do século XVIII, conforme argumenta Gellner (1983), diversos movimentos de cunho nacionalistas surgiram, a fim de questionar, e até mesmo derrubar a lógica da antiga ordem dominante e seu argumento sobre uma diversidade cultural infinita e matizada. Seus argumentos visavam demonstrar e estabelecer a necessidade de uma única cultura ao redor de um único Estado. Segundo estes intelectuais, o papel do Estado era

proteger as novas nações que despertavam, dada a violência da competição por territórios dos reinos organizados em unidades políticas.

É interessante notar que no mesmo período em que as ditas “teorias de governo” surgiram, a questão da nação não era levantada. A preocupação com o exercício do poder político não perpassa necessariamente pelos limites territoriais ou pela natureza dessas unidades políticas. Os teóricos estavam preocupados com os atores envolvidos no processo, quais princípios os organizaria e quais categorias seriam idealmente mobilizadas, a fim de alcançar este objetivo e então, paravam por aí.

Nesse cenário, a nação aparece como uma resposta para a questão do exercício do poder político no avançar nos fins do século XIX, por aquilo que foi classificado como nacionalismo.

As sociedades multiculturais e pluralistas, assim, vão sendo politicamente pouco toleradas. A nova ordem proposta pauta-se na homogeneidade de grupos. No entendimento de Gellner, os agentes envolvidos na fabricação de nações desempenharam papéis de educadores e propagandistas, sendo essenciais. As estratégias foram diversas, a depender do lugar em que os nacionalismos se desenvolveram. Ora exploravam um caráter universalista racional, ora eram românticos idílicos, defensores das “almas camponesas” escolhendo uma cultural local e popular que fosse capaz de comunicar símbolos mais generalizantes, lapidando, padronizando e normatizando-a, através de um extenso trabalho etnográfico (Gellner, 1996).

Gellner contrapõe o modelo francês com os desenvolvidos no Leste europeu. Ao relembrar Ernest Renan, o autor reitera que a base da memória nacional é a amnésia, “No Leste, eles se lembram do que nunca ocorreu; no Oeste, esquecem-se do que de fato aconteceu” (1996, p. 147). Este esforço acabava criando artificialmente memórias e consciências através da exaltação de glórias do passado, e responsabilizam-se por gerar uma espécie de autoconsciência nessas novas nações, que agora poderiam ser vendidas como alguma prova de distinção com os outros, mas de igualdade interna. A relação teórica entre nação e nacionalismo, no entendimento do autor, é um movimento consciente, no qual pela primeira vez na história da humanidade uma cultura superior torna-se a cultura difundida e operacional. De acordo com o autor, cultura superior pode ser definida como:

Um sistema de ideias ordeiro e padronizado, servido e imposto por um corpo de letrados com a ajuda da escrita. Falando em termos gerais, diz o silogismo: o trabalho se tornou semântico e requer uma comunicação impessoal e livre do contexto entre indivíduos que são membros de uma grande massa (Gellner, 1996, p. 116).

Sua legitimidade provém da possibilidade de garantia do crescimento econômico e da condição de proteção da cultura, identificada com a linguagem padrão de um grupo específico de pessoas; convertendo-se o Estado em protetor, não mais de uma fé, mas de uma cultura.

De um olhar apressado, pode-se concluir que Gellner e Hobsbawm compreendiam a questão cultural a partir de matrizes distintas, porém, o que ocorre é que ambos percebem um discurso dominante homogeneizante; do contrário o fenômeno dos Estados multinacionais ideologicamente construídos. Isto é, Estados que se colocam publicamente, a partir de suas múltiplas origens, seriam um fenômeno corriqueiro dada a sua realidade. O que lhes difere qualitativamente é que o debate proposto por Hobsbawm, neste ponto, é exclusivamente teórico.

Apesar do entendimento de Gellner de que o nacionalismo é um movimento e uma doutrina extremamente problemáticos, é necessário levar em consideração outras variáveis que estavam em cena e envolviam um projeto, que foi chamado de Humanismo. Fora que este processo de “equalização de homens”, respondia também a outras ordens sociais, inclusive de dimensão religiosa. A religião cristã, apesar de estruturada ao redor de um poder político hierarquizado, já promovia noções e sentidos de igualdade entre pessoas, pelo artifício da conversão. Este é um outro assunto, porém, não se pode deixar de citá-lo. Não estava em jogo apenas o entendimento e criação de nações, mas de povos, e até mesmo, da noção de pessoa.

Assim, observou-se que o nacionalismo é um fenômeno social que aparece, ora como gerado, ora como “capturado” pelos intelectuais-eruditos, que se dedicavam a debater tanto a natureza humana como as qualidades e características específicas de pessoas localizadas em um contexto cultural. A linguagem escrita ocupou um lugar cabal, tanto na produção como nas respostas que estes intelectuais produziam sobre si mesmos e sobre as formas de governo, que acreditavam ser as mais adequadas, impactando sobre as percepções de identidade locais e anteriores.

Foi possível explorar as diferentes interpretações sobre o nacionalismo de forma não a evidenciar suas diferenças, mas a construir um argumento, capaz de responder algumas perguntas. Ao considerarmos a hipótese de Anderson sobre o lugar da construção das consciências, a partir do pontapé do capitalismo tipográfico, foram os capitalistas que criaram no mercado consumidor, a ideia de pertencerem a uma comunidade imaginada. Porém, sem debater profundamente, quem eram seus consumidores. Assim como alerta Hobsbawm (1990) para as dificuldades técnicas de uma explicação plausível, para o grau de aderência das massas a ideias tão teóricas, como a de nação e de progresso. Ambos os autores não questionam porquê um grupo específico de pessoas, achavam importante imprimir (literalmente) suas ideias e seus

contos, em um mundo dominado pela cultura oral; neste sentido, o papel da erudição e do conhecimento científico geral parece subestimado, mesmo diante do fato de que grande parte das tecnologias associadas ao poder, suas fórmulas republicanas e formas de governo, são construções formais e teóricas, literalmente, saídas da cabeça de alguém, e não herdadas de qualquer ancestral vivo ou morto. É óbvio que as variações culturais influem nas criações e nos resultados, mas como Weber alertou, a dominação racional-burocrática não possui precedentes ou correspondentes na cultura geral da sociedade, ela possui origens históricas.

Nesse sentido, a lamentação de Anderson e Hobsbawm sobre a inexistência de grandes teóricos do nacionalismo e sua busca por uma teoria coerente, baseados em um apanhado de palavras, demonstram uma abordagem um tanto quanto problemática, mas justificável em Anderson, já que seu argumento é que a *língua impressa* [grifo meu] forjou o nacionalismo, porém em Hobsbawm nem tanto. Skinner chamou isso de mitologia da coerência, cuja função do intelectual é extrair coerência de onde possivelmente não tenha, em busca de uma mensagem que possa ser extraída e comunicada de forma melhor, que o próprio autor:

Há, primeiro, a suposição de que deve ser algo apropriado ignorar, (...) as afirmações de intenção que os próprios autores fazem sobre o que estão escrevendo, ou mesmo desconsiderar obras completas que podem prejudicar a coerência de seu sistema de pensamento (Skinner, 2017, p. 374).

Assim, dá-se vida a outra mitologia, a mitologia da doutrina, o que parece ser mais claro ainda em Hobsbawm, em sua tentativa de reconstituição de uma teoria liberal do nacionalismo. Tomando diversas formas, as mais comuns apontadas por Skinner, são a transformação em um corpo doutrinário de ideias, que foram originalmente dispersas, cujos efeitos geram alguns absurdos, como a individualização do pensamento e a criação de uma espécie de linhagem. Sigo perguntando o que o nacionalismo tem a ver com o liberalismo.

É evidente que há interações entre sociedade e Estado, raízes históricas e contextuais que nenhum observador é capaz de ignorar e que não podem ser ignoradas. Também é óbvio que, fundamentalmente, existe uma variação de modelos modernos, mesmo que limitados, dado o tamanho da suposta, variabilidade cultural humana, porém, em sua forma geral de organização política, constitucional e legalista, o cerne de seu fundamento é a dominação com base no conhecimento, racional, calculável e especializado (Weber, 1999, p. 147).

Parece-me, então, de acordo com os autores, que a revolução tecnológica capitalista estava presente de início ao fim no desenvolvimento do nacionalismo e que suas fórmulas teóricas foram extraídas dessa realidade econômico-cultural e causal, mas que, ao mesmo tempo, os discursos e colocações teóricas dos próprios nacionalistas não eram capazes de

compreender isto, sendo assim, não servem de mapa para quase absolutamente nada, em matéria de história. As conexões estabelecidas por seus entusiastas são falseáveis, pois a realidade do nacionalismo não era aquela discursada. Não tenho dúvidas do absurdo dessa conclusão. Uma realidade que se manifesta, mas que os atores envolvidos não têm compreensão. A não ser os historiadores, que excluíam sistematicamente o que tais atores diziam em favorecimento de mitologias e conclusões que somente poderiam ser apreciadas pelos especialistas.

O que quero dizer é que a reconstituição do nacionalismo e suas bases, pelos historiadores supracitados, está excessivamente centrada no olhar a partir das unidades territoriais, mesmo que admitam que foram geradas posteriormente à emergência do fenômeno e, que ao mesmo tempo, não é possível fazer uma ligação necessária entre as duas coisas, isto é, a emergência do Estado-nação e os movimentos nacionalistas. Os unificadores não foram os nacionalistas, esta tarefa é imputada à burguesia, inicialmente, e aos diplomatas. Os militares aparecem pouco, afinal são subordinados, desde a origem moderna, ao poder político. Eles esquecem que a pacificação das elites guerreiras é um fenômeno observado nas sociedades de cortes, sendo uma das variáveis que permitiu o advento dos exércitos regulares.

Neste ponto do argumento, fica evidenciado em todos os autores especialistas supracitados o papel que uma elite letrada ocupou no desenvolvimento do próprio Estado-nação. Contudo, as três fases do nacionalismo apontadas por Anderson, isto é, o de origem “popular” (um popular que não foi definido em momento algum do texto), o nacionalismo oficial (uma versão capturada pelos aristocratas e reinos dinásticos) e a última onda, cujo clímax foi a Segunda Guerra Mundial, o autor confere pouco espaço para os intelectuais da época, preferindo dar peso aos leitores-consumidores indigentes de jornais e romances, afinal sua abordagem é culturalista. O que acontece é que a produção científica e intelectual era restrita, não apenas pela natureza do debate, mas porque os grupamentos letrados em si mesmos, eram restritos, nesse sentido, especialmente, a Europa com seus intelectuais das letras, não pode ser tão pormenorizada.

Nas duas principais fases identificadas por Hobsbawm, pré e pós wilsoniana, a primeira caracterizada pela doutrina do ponto crítico, geradora de Impérios, e a segunda pela norma de autodeterminação dos povos, multiplicadora de nações, os intelectuais não aparecem em segundo plano diante ao evidente peso dado pelo autor às grandes estruturas políticas e seus dirigentes. Esses atores são sistematicamente excluídos sob a desculpa de cumprirem o papel de uma “mitologia programática” (Hobsbawm, 1990, p. 125).

Entendo que, para eles, dificilmente uma parcela tão reduzida da sociedade teria condições de influenciar diretamente uma gama tão ampla da sociedade, mas aparentemente,

Hobsbawm e Anderson estariam convencidos da natureza liberal e burguesa do nacionalismo, e então reduzem repetidamente a participação destes intelectuais, que frequentemente tinham um relacionamento direto com a camada aristocrática da sociedade, a fim de fortalecer seu argumento sobre a ação e gerência da burguesia sobre a sociedade.

Esta premissa é tão forte que é possível concluir do trabalho de Anderson que a ação da burguesia gerou novas consciências, inclusive as de classe. O que o distancia da abordagem marxista é o método, e apenas isso.

Assim, o desenvolvimento do discurso nacionalista passou por diversas fases, chegando a seu ponto culminante, lapidado através do tripé; um povo, um território e uma língua.

Nos centraremos agora, falando menos do trabalho intelectual ao redor da categorização de Estado-nação, e mais da produção científica dos especialistas das letras europeias que contribuíram com a conexão, diante da última coisa que faltava para eficácia do discurso no elemento popular, as línguas locais. Esta recapitulação tem função de contextualizar o debate nacionalista da época. O que os nacionalistas diziam não estava tão distante do que a produção intelectual da época tinha a dizer, afinal, quem escrevia sistematicamente?

2.1 O que a racionalidade científica tem a dizer sobre isso?

Em 1789, a Revolução Francesa foi um acontecimento desestruturante do Antigo Regime, inaugurando características peculiares. Este evento modificou estruturas sociais da época, pela qual tem sido atribuída por grande parte dos historiadores enquanto responsável por uma nova configuração política, sendo um fenômeno ímpar que também buscava incessantemente destruir os resquícios daquilo que havia anteriormente. A supressão de livros, símbolos e monumentos funcionava como uma espécie de símbolo de ruptura radical, cujo maior talvez seja a elaboração e instituição de um novo calendário, no qual o marco inicial era a proclamação da República Francesa.

As línguas nacionais são uma grande novidade da modernidade europeia que não surgiu aleatoriamente. Antes, com o advento do absolutismo, a centralização do poder e a criação de uma espécie de funcionalismo público, foi necessária a eleição de uma língua comum para a comunicação de documentos. Outro evento concomitante foi o desenvolvimento da indústria tipográfica, já sendo citado neste trabalho, assim como o papel decadente (e longínquo) do lugar da Igreja na vida das pessoas gerando, em consequência, a desvalorização do latim.

A passagem da cultura oral para o privilégio da língua na forma escrita como importante meio de comunicação aconteceu de forma paulatina e ditando mudanças importantes na psique das pessoas, bem como em sua própria percepção de tempo, como já demonstrou Walter Benjamin.

Em tal altura, o debate passa do nacionalismo para o desenvolvimento da nação. Todos os autores citados estão de acordo de que as nações são objeto de aspiração consciente. O nacionalismo de Estado, por assim dizer, diz respeito a uma criação difícil de ser datada, mas que certamente foi inventada, isto é, racionalizada, diferentemente da emergência do nacionalismo, a despeito das diversas interpretações do fenômeno. Assim, a nação foi primeiramente imaginada e posteriormente “modelada, adaptada e transformada” (Anderson, 2008, p. 199).

O trabalho da filologia foi fundamental no desenvolvimento da ideia, de que existe uma correlação entre povos e línguas. Não é uma construção natural nas quais as línguas são propriedades privadas de povos. Sendo assim, filologia:

(...) é uma ciência, perfeitamente caracterizada, com seu objeto formal nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas. O objeto da Filologia é a forma de língua atestada por documentos escritos (Melo, 1975, p. 22).

Os trabalhos responsáveis por esta modernização no campo de estudos se deram a partir da conquista de europeus sobre outras áreas do mundo para além do conhecido, fomentando a imaginação controladora destes intelectuais sobre os outros, com base em dados concretos (outros nem tanto) oriundos de investigações científicas pioneiras. Em grande parte, sua imaginação sobre os outros distantes, geograficamente, ajudou a criar a própria noção de Europa e de europeus. O trabalho de William Jones, por exemplo, de 1786 permitiu compreender a antiguidade da sociedade indiana.

Vejamos bem, o argumento de que a Europa vivia em uma espécie de isolamento geográfico e cultural foi quebrado pela descoberta das Américas e pelo início do processo de colonização africana, é falso. Levar este argumento a sério é uma mera questão de crença. A Europa peninsular estava em contato frequente com o norte da África, foram 800 anos de dominação árabe, cujos membros dos seus exércitos vinham de lugares tão longínquos, como a atual Tanzânia, o Império Romano produziu moedas com figuras negróides estampadas, os gregos relataram seus relacionamentos com pessoas do moderno Sudão do Sul e da Etiópia, existindo traduções de textos de Aristóteles, em árabe, circulando pelo Iraque e pela África Ocidental desde o século XVI são noticiadas visitas diplomáticas (e outras nem tanto assim) do

reino do Kongo à Portugal. E o que falar da existência do Império Otomano desde o século XIII?

Existem diversas tentativas de neutralizar a ação dos eruditos/intelectuais a uma suposta curiosidade científica, assim como se esforça em isolar as tensões raciais das fundações dos nacionalismos modernos. É curioso como Ernest Renan aparece como um consagrado teórico do nacionalismo territorial francês e seu trabalho sobre a hierarquização das raças é simplesmente deixado de lado.

A concepção de filologia vigente, pelo menos ao redor do século XIX, é de caráter globalizante, pois acredita-se ser a língua uma espécie de emanção de toda forma de pensamento particular humano. Dessa maneira, esta área do conhecimento mantinha uma forte interrelação com várias outras ciências, nas quais a amplitude da compreensão do texto, em quaisquer tempos de produção ou seu suporte, envolvem conhecimentos da geografia, da literatura e da história da sociedade, produzindo determinados textos. Posteriormente a filologia também tratou de estabelecer conexões com a diplomacia, a numismática, e heráldica, a exegese e até mesmo a hermenêutica. Como uma espécie de antropologia pré-moderna, a ampla compreensão do conceito de filologia não pode prescindir do texto escrito como base fundamental, e da transdisciplinaridade como marca característica (Ximenes, 2012).

Neste sentido, quando os historiadores do nacionalismo reservam importantes páginas de seus escritos a debater o papel elementar das línguas vernaculares na construção do Estado-nação, não é possível isolar o que os estudos e as criações destas línguas implicaram para outras ciências. É necessário contextualizar suas ações e efeitos.

Nesse sentido, William Jones é apresentado no livro de Edward Said, chamado “Orientalismo: A Invenção do Oriente pelo Ocidente” (2007) como um dos primeiros especialistas, em Índia de origem britânica. Ele tentou descobrir os verdadeiros significados expostos nos textos sânscritos a partir da aplicação dos antigos métodos filológicos, utilizados para o estudo do latim e do grego, descobrindo uma antiguidade anterior à Grécia e à Judeia. Said o descreveu como um agente imperialista que não estava envolvido de forma substancial com a interpretação de ideias estrangeiras. Para Said (2007), na criação do Oriente, o outro Oriental foi projetado através de estruturas binárias relacionais, do tipo materialismo contra espiritualismo, indivíduo contra comunidade, masculino contra feminino, Ocidente e Oriente. Estruturas binárias estas que chegaram a ser universalizadas por antropólogos paradigmáticos como Lévi Strauss.

Um fenômeno cultural defendido como muito importante para o desenvolvimento da comunidade imaginada em Anderson é o romantismo. Nos fins do século XVIII, propunha todo

um conjunto de posições em oposição ao racionalismo iluminista que encontrava fortes anunciadores em James Mill e Bentham. Alguns autores apontam que a recepção desses novos estudos sobre essas “novas sociedades” encontrou eco entre os romancistas. Toda uma nova onda de traduções de culturas, através do estudo das línguas e suas literaturas, especialmente o persa e o hindu, que logo formaram os primeiros especialistas em orientalismo. Sir William Jones escreveu “A Grammar of the Persian Language”, em 1771, N. B. Halhed responsável pelo “A Code of Gentoo Laws de 1776”, John Richardson produziu o “A Dictionary of English, Persian and Arabic, 1780”, Charles Wilkins em “The Bhagvet Geeta” de 1785 e H. T. “Colebrooke em Digest of Hindu Law” de 1798, figuram entre os autores que produziram mais conhecimento significativo sobre a Índia, com especial atenção ao trabalho de Jones que mais ecoou na Europa Ocidental e entre os britânicos.

Jones traduziu obras indianas de literatura e chegou a compor hinos às divindades hindus. Trabalhou como juiz para o Império Britânico na colônia de Bengala, e logo em seguida fundou a Royal Asiatic Society em 1784. Também projetou uma compilação de uma súmula das leis hindus e seus estudos em filologia, que o levaram a identificar o sânscrito como a raiz das línguas europeias, ele projetou tornar a Índia compreensível aos leitores ingleses, localizados na metrópole e “regenerar as fontes de inspiração da poesia europeia ao proporcionar novos e antiquíssimos materiais agora desvendados pela sua tradução” (Ferreira, 2010, p. 18).

Em Londres, no ano de 1790, foi editado “Sacontala; or, the Fatal Ring: an Indian Drama”, obra traduzida de Kalidasa que constituiu um importante acontecimento para a difusão do orientalismo na Europa sendo recebido por personalidades como Novalis, Goethe, Schiller e Herder. A valorização da sensibilidade e da imaginação como faculdade criadora, misturado a um saudosismo do passado perpassa por uma consciência de diversidade humana e o assentamento da noção de condicionamento manifestada pela história, são algumas características deste romantismo.

O contestamento dessa ideia não tardou a se manifestar, com especial atenção à obra produzida por James Mill sobre a Índia. Formulado por Bentham e adotado por Mill, o utilitarismo inglês explorou o conceito hobbesiano de estado de natureza, os princípios de dor e prazer e a ideia de maximização de felicidade e minimização do sofrimento, a fim de sintetizar o princípio de utilidade. Assim, pressupõe-se a homogeneidade da natureza humana e a defesa da razão como princípios capazes de desfazer apegos irracionais a costumes e tradições longevas. Este utilitarismo reivindicava a aplicabilidade universal deste último através de um

aparato legalista simples, racional e concreto, capaz de garantir tal felicidade, ao maior número de pessoas possíveis.

O grau de espalhamento entre as grandes escolas e correntes do pensamento pela Europa, se dá, inclusive, pelo fato da grande maioria das unidades terem sido criadas no mesmo período. Não por acaso, o fundador da filologia indiana na Alemanha, Friedrich Schlegel, teve suas primeiras aulas de sânscrito com Alexander Hamilton, primo de seu homônimo, e o primeiro secretário do Tesouro estadunidense. A França, na ocasião do fechamento de suas fronteiras e o ordenamento de Napoleão durante o evento chamado Bloqueio Continental, para que todos os ingleses não saíssem de seu território até o fim da querela entre os países. Seu irmão, August, que ocupou a primeira cadeira de professor de sânscrito alemão na Universidade de Bonn, criada em 1818, teve aulas com um francês, A. L. Chèzy (que também aprendeu com Hamilton), o primeiro professor da língua indiana na *College de France*, assim como Franz Bopp, nomeado posteriormente o fundador da filologia moderna comparada, criador do método histórico-comparativo e o “descobridor” do que chama-se de Indo-europeu.

A expedição napoleônica ao Egito contribuiu ainda mais para esta pluralização da consciência científica da diversidade. Em 1835, Jean Champollion traduziu uma série de hieróglifos entalhados na chamada Pedra Roseta.

Jean-François Champollion também publicou um livro: *“L’Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l’Histoire de l’Égypte avant l’invasion de Cambyse”* (1814) (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises). “Conhecer o país por ele mesmo” era um dos principais objetivos do livro, e além do estudo das línguas antigas, a descrição geográfica ocupava lugar metodológico importante. Um trabalho pioneiro, sem dúvida, que utilizava dos princípios da história, os quais o próprio Champollion havia desenvolvido em sua tese continua, muito moderna: é possível produzir conhecimentos localizados. Mas que só eram traduzíveis pelo olhar da ciência.

No que diz respeito à instrução pública, a educação era quase integralmente controlada por congregações religiosas ligadas à Igreja Católica. Durante o período revolucionário, foi totalmente remodelada. Émile Durkheim, além de ser um dos fundadores da sociologia institucional observou, à época, que os revolucionários tinham urgência em construir um sistema de ensino completamente novo, que correspondesse aos anseios dessa nova sociedade, ou seja, havia um projeto nacional em desenvolvimento (2002, p. 275).

“Antigo Regime” é o termo comumente utilizado para caracterizar tudo o que precedeu à Revolução. Em outubro de 1791:

quando a Assembleia Legislativa instaurou, na França, um Comitê de Instrução Pública encarregado de empregar racionalidade nas agendas reformistas, as primeiras ações visando tais objetivos começaram a ganhar contorno. Composto, inicialmente, de vinte e quatro membros, dentre os quais destacavam-se numerosos eruditos reconhecidos, tais como o marquês de Condorcet (1743-1794) e Pierre Claude François Daunou (1761-1840), uma série de questões foi colocada em pauta por este órgão: da liberdade e do monopólio estatal à gratuidade e à laicidade educacional, passando pela sua obrigatoriedade, pelos graus de estudos, pelos programas e métodos a serem adotados, abordando a relação entre o ensino e a pesquisa, e assim por diante (Mayeur, 2004, p. 30 *apud* Cabral, 2020, p. 24).

A grande novidade institucional identificada por Durkheim naquele contexto foram as chamadas escolas centrais, concebidas em 1792 por Condorcet. De acordo com o sociólogo francês, estas instituições formaram, de maneira basilar, a primeira experiência francesa de um ensino secundário, pautado principalmente no aprendizado e ensino das ciências e da natureza. Dividido em três ciclos, cuja faixa etária era o corte, a instrução era inteiramente laica, e seus objetos eram a história natural, latim, e às vezes as línguas modernas. O ensino de latim tinha um objetivo: “era destinado não a aprender realmente a língua, mas sobretudo a fornecer um elemento de comparação de natureza a fazer compreender melhor a língua nacional” (Durkheim, 2002, p. 280).

Com duração de aproximadamente oito anos, logo após a aplicação do Golpe de Napoleão Bonaparte, em 9 de novembro de 1799, a instalação do novo regime do Consulado, que durou até 1804, as vinte e oito autoridades consulares, chamadas também de imperiais, reorganizaram de maneira mais definitiva o sistema educacional francês, a fim de desfazer o que havia sido implantado. Reaproximando as instituições de Estado do papado e mantendo sob controle estatal, a racionalização do processo administrativo e da educação.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo foi a “Lei geral sobre a Instrução Pública”, desenvolvida por Antoine François de Fourcroy, na qual o ensino público abarcou três níveis de ensino, criando os liceus, que deveriam substituir de maneira paulatina as escolas centrais. Agora o ensino de francês e latim era obrigatório, junto com a geografia, história e outras línguas antigas.

A Universidade Imperial, criada pela lei de 10 de maio de 1806, poderia ser definida como “uma corporação nacional de matriz laica, a qual detinha o monopólio da organização do ensino, do funcionamento dos estabelecimentos por todo o território francês, bem como da concessão dos títulos de estudos” (Brambilla, 2009).

Suas diretrizes organizacionais eram:

Art. 1º. – O ensino público, em todo o Império, é confiado exclusivamente à Universidade. Art. 2º. – Nenhuma escola e nenhum estabelecimento de instrução pode ser organizado à margem da Universidade Imperial, sem a autorização de seu chefe. Art. 3º. – Ninguém pode abrir uma escola ou ensinar publicamente sem ser membro da Universidade Imperial e graduado por uma de suas faculdades [...] (França, 1808, tradução minha).

A idealização de cinco espécies de faculdades, pelo governo, a saber: direito; teologia; medicina; matemática; física e letras. Teve por objetivo, formar profissionais liberais e certificar professores para o ensino secundário, repartindo as instituições, através de seus objetivos imediatos. Então, as inovações científicas ficaram a cargo de escolas especiais, as chamadas politécnicas, o Collège de France e as academias mais eruditas.

Como é sabido, este padrão de divisão da educação, foi seguido por quase toda a Europa moderna, cujo grande objetivo era a formação e administração de uma sociedade nacionalizada. Escolhi aqui, citar os exemplos de traduções e parte de seus relacionamentos entre a França e Inglaterra, pois tais tornaram-se o exemplo paradigmático de Estado-nação moderno, inclusive por seus sistemas educacionais.

A esta altura, os trabalhos de sociologia parecem explicar melhor os nacionalismos, de alguns historiadores, com destaque para o livro *A Sociedade de Corte* (ano) de Norbert Elias. O prefácio do livro já deixa algumas pistas, comparando os espaços da sociedade de corte com os movimentos dos nacionalistas alemães

A caracterização do “grupo central carismático” como lugar de uma possível promoção social, sua definição como grupo necessariamente unificado em torno de um objetivo comum (a tomada do poder), a insistência quanto à importância da autoridade e da iniciativa individuais do líder, que não dispõe de nenhum aparelho de dominação fora de seu próprio grupo: inúmeros vestígios que podem dar conta do nacional-socialismo em seu período de ascensão. Assim como a corte de Luís XIV é um lugar privilegiado para se reconhecer as propriedades genéricas das sociedades de corte, também parece que Elias identificou implicitamente no partido hitlerista aquelas que caracterizam a dominação de qualquer líder carismático “quando o observamos durante seu período de ascensão” — a situação da Alemanha no início dos anos 30. (...) Sob o título “Sobre a noção de que pode haver um Estado sem conflitos estruturais”, afirma que as concorrências e tensões existentes no Estado hitlerista constituem um mecanismo necessário à perpetuação do poder ditatorial — e não, como pensam frequentemente os historiadores, um sinal de sua incoerência ou o indício de seu fracasso. Instalando-se no poder, o líder carismático deve, ao mesmo tempo, manter uma unidade ideal, consolidada na fase de ascensão e transferida do grupo de seus fiéis para a nação inteira, e usar rivalidades efetivas que perpassam o círculo dirigente que governa o Estado. Trata-se, portanto, de distinguir bem a ideologia unificadora da

ditadura e sua realidade social, que perpetua necessariamente os conflitos entre aqueles que a exercem (Chartier, 2001, p. 12).

Gellner e Elias têm visões semelhantes, diria inclusive que Gellner se aproxima bastante das ideias de Bourdieu. O sistema de educação universal é o responsável pelo condicionamento da comunicação, que consequentemente, condiciona o trabalho. Nesse sentido, “não é a língua materna que importa, mas a língua do jardim de infância” (Gellner, 1981, p. 77). A educação na sociedade industrializada que, para o autor, pode ser bem entendida, enquanto sinônimo para produção de pessoas individualizadas, modela a massa nos termos dos valores da cultura superior, fruto do trabalho dos eruditos-intelectuais, nacionalizando-as. Estar culturalmente apto é determinante para o sucesso dos indivíduos, e isto está intimamente relacionado com o domínio da então, língua eleita.

No que diz respeito aos nacionalismos de origem e os de massa, Gellner contrapõe-se à ideia de que o nazismo seria uma espécie de descontinuidade ao pensamento europeu.

A mescla particular de elementos - o repúdio do universalismo, a valorização da cultura, da coesão e da implacabilidade competitiva, da disciplina e da hierarquia, e não da anarquia do mercado na sociedade, além de alguns outros temas -, tudo isso, é claro, está longe de ser a síntese da tradição intelectual europeia, mas tampouco fica fora dela. Em seu naturalismo, é uma extensão do Iluminismo, e, em seu coletivismo e seu culto à idiossincrasia, faz parte da reação romântica a ele (1997, p. 131).

Pouco nos importa quem estava certo. A fortaleza e a fraqueza do argumento de Gellner, é que ele apenas explica a Europa. E os outros? A minha insistência em localizar o lugar dos eruditos/intelectuais nacionalistas, tem dois motivos simples: esta dissertação não se dedica a estudar a emergência do Estado-nação, mas as dinâmicas dos discursos nacionalistas, e fornecer instrumentos para pensar, que em um jogo de influências, se pressupõe mutualidade, mesmo entre agentes desiguais. Se admitimos uma interdependência entre humanos, na colcha social, é lógico que o movimento da Europa em relação ao restante do mundo, não é unilateral.

2.2 Os políticos, a América e as classes sociais

Como foi dito nos trabalhos acima citados, os autores dedicam muitas linhas para se debruçar sobre a produção de época (séculos XVIII e XIX) a fim de racionalizar os movimentos nacionalistas, a partir de uma relação que explique histórica e culturalmente, a existência dos Estados modernos. O processo de desenvolvimento do capitalismo não é descartado de nenhum

deles, e nem seria possível. Em suas abordagens, os nacionalismos do século XX, são menos explorados e aparecem enquanto objetos modulares, que costumam explorar os últimos 150 anos de experiências nacionais anteriores, e mais uma vez, o capitalismo aparece como agente central, mobilizador de reações anti-imperialistas.

Como estes novos nacionalismos surgidos na fase do nacionalismo oficial, como chama Anderson, o racismo colonial foi um elemento importante na consolidação da relação entre a legitimidade dinástica e a comunidade nacional. Os outros distantes ocupavam um lugar importante nas relações étnicas e de classe internas, pois se os lordes ingleses eram superiores aos demais ingleses, por exemplo, havia outros nativos dos territórios extra marinhos submetidos que certamente eram inferiores a estes; funcionando como uma espécie de extrapolamento mundial das hierarquias de privilégios aristocráticas. Essa lógica permitia que pequeno-burgueses e burgueses se passassem por aristocratas, exceto em sua terra natal (2008, p. 210).

A maioria da população alfabetizada da Europa estava acostumada a olhar suas línguas (mesmo as vernaculares) como elementos de civilização. Anderson fornece alguns exemplos de envaidecidos burgueses holandeses que se orgulhavam de falar francês em ambiente doméstico, assim como a aristocracia alemã, e aponta como o alemão era a língua da cultura de sofisticação da Rússia ocidental e parte do território tcheco. Nesse sentido, começa-se a operar internamente uma disputa entre vernáculos “não civilizados”, das línguas vernaculares superiores. Neste período, meados do século XVIII, a língua oficial ainda não se impunha como instrumento de Estado, e a solução desenvolvida tanto no Velho, quanto no Novo Mundo, foi a “história quebra-cabeças”, montada a partir de certos enredos (2008, p. 269).

Passeando pelos exemplos que qualificaram enquanto pioneiros nas Américas, os movimentos independentistas da América latinizada, até a Declaração de Independência estadunidense de 1776, o autor demonstra como as ideias de continuidade ou herança pertencem aos nacionalistas de segunda geração, plenamente identificados nos anos 1830. Estes nacionalistas se sentiam aptos a falar pelos mortos, como que em uma atitude de naturalização das mortes, enquanto necessárias para a construção do novo. No entendimento de Anderson, um mexicano que fala em nome das sociedades pré-colombianas massacradas toma um tom de mortes justificáveis, como espécies de fratricídios tranquilizadores (2008, p. 278).

O que Anderson chama atenção na história dos nacionalismos criolos é que as novas repúblicas, surgidas de movimentos nacionalistas, possuíam Estados fracos, descentralizados e com poucas ambições pedagógicas, ao mesmo tempo que a imagem de fraternidade aparecia desde muito cedo. O paradoxo é o surgimento deste tipo de consciência em sociedades

imensamente desiguais, permeadas de conflitos raciais, regionais e de classe. Apesar da exclusão sistemática dos países do Caribe, em especial, do Haiti, o autor traz alguns apontamentos importantes sobre o impacto da América no restante do mundo. A interpretação é que o mundo bárbaro teria impulsionado diversos nacionalismos populares. Seguindo o exemplo do Atlântico, começou-se a separar as comunidades nacionais “inferiores”, submetidas aos reinos dinásticos, assim na época de Renan, os novos Estados-nacionais não possuíam ideologicamente nada de novo.

Hobsbawm não confere o mesmo lugar às Américas, mas também identifica os anos de 1830 como especialmente significativos pela entrada, em cena política, de cada nação, um Estado, chamado por ele, de princípio de Mazzini (1990, p. 125). Nessa fase, junto com o reconhecimento internacional da maioria das independências americanas e a urgência de novos Estados europeus, havia uma grande mobilidade global de gente. Os anos entre 1880 e 1914, marcam, para o autor, uma nova fase do nacionalismo. O princípio de autodeterminação dos povos levantou novamente o debate sobre questões étnicas, nas quais as nações sem Estados históricos passaram a questionar e a reafirmar outras formas de pertencimento, em base linguística e étnica, com mais peso para a última, dada a realidade de que as línguas ainda não haviam se fixado plenamente em todos os lugares, enquanto pertencentes a povos específicos ou seus territórios. Este não era um problema exclusivo dos Império Otomano e o Austro-húngaro, relembra Hobsbawm, ele afetou toda a Europa.

Outra questão que o autor pontua como importante, além das duas últimas, é o crescimento da importância da raça nas ciências sociais, reverberando em outras áreas de conhecimento. A velha discussão que limitava os humanos em poucas raças passava a aproximar pessoas pelo tom de pele. Nórdicos, arianos, semitas, etc. Raça e língua passaram a ser confundidos, e por consequência e aproximação, raça e nação, começaram a ser operacionalizados enquanto sinônimos. Assim, todas as mudanças políticas e sociais envolviam questões nacionais, em grande medida, criando um grande espaço para integração pública do assunto, pois o processo da democratização da política se dava no mesmo tempo-espaço.

Assim, Hobsbawm discorda da visão da língua ser a base da consciência nacional desta fase, parecendo mais com um artefato cultural gerado, um elemento político-ideológico, uma engenharia social, cujo significado simbólico (com apoio da administração e educação pública) prevalecia sobre seu uso real. Aos mais pobres, serviam apenas para lhes lembrar de sua ignorância e ausência de poder (já que as línguas nacionais eleitas tinham relação com a cultura superior erudita). Também haveriam mais vantagens em aprender uma língua de grande circulação do que as locais, colocando-as em dinâmicas sociais mais amplas. Sendo assim, para

o autor, o desaparecimento de antigas línguas se deve menos à supressão linguística e mais a uma questão prática cotidiana. Da mesma forma, como apontado anteriormente, não há evidência alguma, de que as famílias preferissem que seus filhos fossem educados em sua própria língua.

Hobsbawm também não identifica na aristocracia e na burguesia grande entusiasmo ao redor do nacionalismo linguístico, preferindo localizar neste cenário as classes médias, principalmente envolvidas com o serviço público. Ao dar razão às falas socialistas sobre a associação entre pequena-burguesia e nacionalismo, o autor localiza nessa classe os principais compradores desse “linguismo”, por lhes favorecer, na competição por empregos melhores, assim como achavam uma fonte de autoestima e de identificação mútua. O autor usa o exemplo belga e sua relação com o francês. As classes médias flamengas tinham que ser bilíngues se quisessem acessar as vagas direcionadas aos que tinham melhor escolaridade, assim, esse extrato social não via uma ameaça crescente a sua língua, mas ao seu status; a aderência a um nacionalismo vernacular, então produzia significados duplos de identidade/pertencimento que essas classes não experienciaram, assim como lhes garantiria privilégio competitivo nos trabalhos ligados a administração pública.

Anderson, basicamente, conclui seu argumento sem passar por quase nenhuma experiência de independência africana. Figurando-as como uma reação anti-imperialista, localizando-as quase exclusivamente aos levantes, a partir das divisões coloniais. Nesses lugares, o autor chama atenção para criação de uma consciência nacional a partir de três instituições: o censo, o mapa e o museu. Dedicando um capítulo à apresentação dessa experiência nos países asiáticos, o próprio autor duvida do caráter generalizável destas categorias, já que seus conhecimentos se resumem aos países asiáticos.

Hobsbawm segue localizando que não havia nenhum elemento de ligação entre as populações locais antes as divisões impostas pelos colonizadores. Os movimentos nacionalistas africanos e asiáticos não se concentrariam nas lutas contra um estrangeiro imperialista, mas contra o novo Estado nacional, dando ênfase a antigas linhas de pertencimento, as quais os nacionalismos linguísticos e étnicos poderiam estar em rotas diferentes, e se desenvolvendo independentemente do poder dos novos Estados nacionais (1990, p. 190). No próximo capítulo, debateremos melhor esta ideia e seu equívoco.

Sendo possível concluir, em linhas gerais, que alguns dos principais autores e debatedores do nacionalismo flexionam este movimento, e têm consciência do desenvolvimento do capitalismo, seja ele o topográfico, seja em versão avançada industrial. As ideologias ocupam um espaço importante, porém reduzido dado o entendimento de que os

nacionalismos bem sucedidos. No entendimento dos autores, foram aqueles que ergueram Estados nacionais. Correlacionando nacionalismo à classe, especialmente para explicar suas fases finais que tomam características de massa, Hobsbawm chama atenção para o fato da identidade de trabalhador ter sido construída concomitantemente com a nova divisão internacional do trabalho, em um cenário em que os nacionalismos se construíram também a partir do internacionalismo, em um “casamento indissolúvel” (Anderson, 2008, p. 281). No próximo capítulo me dedico a analisar os processos de desenvolvimento do nacionalismo africano, considerando evidente que a bibliografia tradicional pouco se dedicou a este debate.

3. NACIONALISMOS DE EXPRESSÃO PAN-AFRICANA

Como foi possível perceber na revisão de literatura, o nacionalismo é uma espécie de produtor e/ou criador de identidade cuja origem é localizada nos idos do século XVIII. Enquanto discurso, não possui características próprias que o ponha em relação de superioridade ou inferioridade, frente a outras formas de identificação. Enquanto prática política, no entendimento dos vários especialistas no tema, o seu critério de definição se daria a partir de sua relação com o Estado moderno.

Nesse sentido, tanto na leitura materialista quanto marxista e na culturalista aborda, a ligação entre os movimentos nacionalistas e o Estado são as práticas capitalistas, sejam as mais antigas, como no caso de Anderson, sejam as mais recentes com características industriais, no caso de Gellner e Hobsbawm. Não à toa, o debate a respeito da experiência no continente africano quase sempre se confina nas estruturas pós-coloniais, lidas como inquestionavelmente capitalistas; inclusive, algumas das importantes lideranças nacionais debateram a existência ou não da luta de classes na África, como Kwame Nkrumah e Julius Nyerere. As ideologias marxistas tiveram profundo eco nas produções intelectuais dos líderes africanos do século XX, dado o cenário de Guerra Fria e da divisão nada virtual do mundo, em blocos de interesse, especialmente no que diz respeito à expansão das influências estadunidenses e soviéticas. Porém, não nos ateremos a este enfoque.

Gostaria de iniciar o debate, em linhas gerais, com um recorte histórico anterior, começando com no século XIX e suas implicações, tanto no continente africano, quanto em sua diáspora, com objetivo de produzir uma teoria que seja historicamente informada. Neste sentido, essa reconstituição não tem efeito nem objetivo de racionalizar linearmente, fatos ocorridos, mas sim de reconduzir à história mundial a história africana, que atualmente é setorizada e repetidamente menosprezada, bem como refletir as referências teóricas explicitadas pelos intelectuais africanos emergentes do século passado.

Neste capítulo, retratarei a modernidade negra e como o recrudescimento da escravidão e seu processo de abolição nas Américas e na África Ocidental contribuiu para a articulação de uma elite intelectual negra global, ao redor de uma identidade propositiva organizada pelo signo da África, a partir dos dilemas políticos propostos pela Grã-Bretanha.

Além da questão temporal, é necessário evidenciar que este trabalho almeja reconstituir ideias e ideias de contornos pan-africanos, com ênfase nas redes intelectuais. Sendo este um trabalho de ciência política, e não de história, decidi elaborar este capítulo de forma a situar o

leitor no universo político e social que germinaram tais ideias. Espera-se que ao final deste capítulo seja possível definir satisfatoriamente o pan-africanismo em termos teóricos, a fim de auxiliar na contextualização de obras como as de Julius Nyerere e Mário Pinto de Andrade, a seguir.

Ainda acrescento o adendo que muito foi produzido a respeito do “ideal pan-africanista”. Há diversos especialistas do tema, em diversas áreas do conhecimento, porém, não coube no recorte espacial e limite de tempo nesta dissertação. Acredito também que a opção por produzir com minhas palavras este esboço não trará prejuízos ao trabalho. Neste sentido, por minhas limitações e objetivos diante da pesquisa, também compreendo que o tema não se esgota aqui, possuindo muitas outras nuances a serem exploradas, que podem ser percebidas a partir deste trabalho

Sendo possível identificar diversas formas de auto inscrição africanas, entretanto, aquilo que se chama pan-africanismo desenvolveu-se a partir das teorias de raça e racismo, protagonizadas nas Américas, especialmente no que Elisa Larkin chamou de triângulo pan-africano, envolvendo Estados Unidos, Europa Ocidental e parte do Caribe (Nascimento, 2002, p. 162).

Hobsbawm identifica o nacionalismo que se desenvolveu no século XIX, como o fim da Era das Revoluções. Seu início foi durante os conflitos político-legais, dirigidos contra proprietários e camponeses tradicionais. Obstáculos para o desenvolvimento da ideologia burguesa de que as terras são propriedades privadas. Como é possível observar, o historiador estendeu os conflitos originários da Europa para a grande extensão do território americano, à exceção de Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos. Em sua leitura eurocêntrica, para variar, as condições para imposição de uma minoria racional não estavam presentes nesses lugares, especialmente porque sua leitura marxista conjuga trabalho livre em oposição a escravidão (Hobsbawm, 2012).

Neste sentido, a modernidade é comumente lida a partir dos conflitos que eclodiram da falência do feudalismo e da emergência do modo de produção capitalista. Este tipo de entendimento é especialmente informado por teorias liberais e seus desdobramentos em Europa, porém é impreciso e reflexo da típica tentativa de dobrar a realidade dentro da teoria. A modernidade se desenvolveu lado a lado ao escravismo e as *plantations*, assim como a economia escravocrata não era alheia ao desenvolvimento industrial (Kaye, 2009; Gorender, 1978). O paradigma americano desafiou e ainda desafia grande parte das teorias advindas da Europa, e quase sempre funciona de teste de pertinência às grandes afirmativas, e é exatamente por isso que se transforma em uma variável isolada, principalmente a América Latina. Para

efeitos deste trabalho, o lugar das Américas é central na produção de novas comunidades imaginadas do mundo moderno, especialmente da própria África.

Visando o objetivo de compreender a emergência do nacionalismo negro e lhe conferir lugar ao lado dos discursos nacionalistas tradicionais/intelectuais, bem como suas consequências captadas e transformadas pelo pan-africanismo, o conceito de segunda escravidão é especialmente elucidativo. Neste contexto e nestes lugares, a escravidão moderniza-se e possui efeitos diretos em modos de resistência localizados.

Como bem identificou Kaye (2009, p. 630), “as transformações culturais dos escravos que definiram a diáspora africana, desde o início da escravidão colonial, persistiram em diferentes formas, sob novas condições ao longo do século XIX”. Estas transformações possuem relação com o desenvolvimento próprio das dinâmicas do capitalismo, e como veremos a seguir, classes médias negras alfabetizadas foram capazes de adaptarem-nas aos critérios modernos e às necessidades particulares dos grupos envolvidos. Estes são alguns dos elementos presentes nos escritos de intelectuais negros, inscritos no que se chama de nacionalismo negro (termo cunhado e elaborado por Martin Delany): universalismo, racionalismo, igualitarismo, adaptação a nova ordem tecnocrata-industrial, emergência de uma classe média politicamente interessada, internacionalismo. Tudo isso não foi desenvolvido de maneira alheia aos pertencimentos territoriais; algumas vezes, com contornos explicitamente revolucionários, e outras vezes não.

Anderson e Hobsbawm concordam que patriotismo e racismo não são elementos que se originam um do outro. Ambos localizam o racismo como um fenômeno de classe, tendo em vista que seu potencial organizador moderno de pessoas se desenvolveu durante o nacionalismo oficial, como chamou o autor nascido na China (Anderson, 2008), um fenômeno intelectualmente protagonizado por uma elite de origem aristocrática, sendo uma espécie de manifestação de sentimento que justifica tecnologias de dominação internas e não guerras entre nações.

O autor, interrelacionando a questão do império com o racismo, este último como elemento solda da fundação da legitimidade dinástica e sua superioridade inata, que se estenderia para os seus territórios ultramarinos, argumenta que, como nas sociedades coloniais, o racismo (e o próprio *nation-ness* ou “políticas russificantes”) permitiu as elites locais se passarem por uma aristocracia local, exercendo uma chamada solidariedade branca transnacional (2008, p. 210; 213). Em poucas páginas, talvez em dez, o autor localiza as tensões raciais postas, especialmente nas Américas, como um problema de uma elite ligada às burocracias e menos aos elementos constitutivos da comunidade imaginada nacional. Este é um

dos capítulos menos rigorosamente trabalhados pelo autor, que basicamente não debate os desdobramentos da raça no interior das nações europeias, mesmo que aponte seu elo de ligação com o imperialismo.

Hobsbawm, seguindo mais ou menos a mesma linha, apresenta um debate um pouco mais complexo, no qual o século XIX aparece como um período histórico perturbador. Os diversos nacionalismos que ganham características absolutamente diversas surgem em lugares que até então apenas possuíam interesses folclóricos; a chamada linha wilsoniana de autodeterminação dos povos, como já foi dito, suscitou na visão do autor, o desenvolvimento do nacionalismo étnico. Mesmo citando alguns exemplos extra europeus, etnia e raça, aparecem como sinônimos, Hobsbawm não se dedica a debater o elemento das relações raciais neste período, na verdade o reduz, chegando a dar exemplos sobre a concentração negra em determinados locais dos Estados Unidos e sua relação com o voto, sendo pouco influente no que diz respeito ao nacionalismo.

A questão pertinente levantada por ele é: “não está claro quando sentimentos anti-imperialistas ganham contornos nacionais” (Hobsbawm, 1990, p. 127). Porém, também não se identificou quais são os elementos possíveis de destacar no nacionalismo, que o diferencie de quaisquer outras identidades coletivas. Nesse sentido, o nacionalismo negro é capaz de informar o nacionalismo de modo geral? Infelizmente, não serei capaz de responder essa pergunta satisfatoriamente, pois a questão que norteia esse trabalho visa menos definir os processos de desenvolvimento do nacionalismo africano, de modo geral, e mais compreender qual é o papel dos intelectuais nesse ínterim. Mas gostaria de deixar aqui como destaque especial com o intuito de chamar atenção para o conhecimento produzido fora da métrica tradicional.

Até aqui já passamos por uma breve revisão de literatura, a exposição de usos políticos e intelectuais dos conceitos de raça, civilização, nação, nacionalismo e cultura. Agora, nosso foco se concentra na elaboração de um esboço para uma teoria geral do pan-africanismo. O próximo passo será explorar as obras de duas importantes lideranças, construindo-se enquanto pensadores e políticos do seu tempo.

Os desafios de produzir uma teoria historicamente informada são múltiplos. Segundo Bevir:

O significado histórico (ou hermenêutico) está sempre conectado às crenças de determinado indivíduo. (...) Assim, todo historiador interessado em textos como registros de crenças expressas deve primeiramente situar a crença expressa por determinado indivíduo na rede de crenças (*web of beliefs*) desposada por tal indivíduo. Ancorado no holismo semântico, (...) as crenças expressas não podem ser compreendidas separadamente, uma a uma, ou cotejando-se cada uma delas com os ‘fatos puros’. ‘(...) O holismo semântico começa rejeitando a experiência pura e

termina insistindo em que as crenças só confrontam a realidade como redes interligadas' (Bevir, 2008, p. 127 *apud* Silva, 2009).

Neste sentido, o capítulo anterior sobre os usos de determinados conceitos nos informa sobre suas apropriações por outros agentes, identificados como negros em um cenário sobreposto que coincide o crescimento da escravidão e o seu fim. Assim, assumo como primeiro passo o Atlântico Negro como uma unidade de análise única, como sugerida por Paul Gilroy (2001), de forma que ela é especialmente útil no decifrar do objeto de estudo proposto por dois motivos.

Em primeiro lugar, se sua proposta, que é evidentemente transnacional, parece antagônica às ideias nacionais, cabe lembrar que nem todo nacionalismo se desenvolveu a partir de uma identidade territorial, assim como as aclamadas fronteiras nacionais quase nunca coincidem com as fronteiras étnicas culturalmente atribuídas. Dessa maneira, tal característica não se configura como antagônica à história do nacionalismo de forma geral, e cabe ressaltar que não pretendo fazer como os historiadores do nacionalismo anteriormente citados, e definir o fenômeno independentemente da maneira como é compreendido pelos agentes; admito a posição dos mesmos e este é o principal motivo de acolher o Atlântico como tal.

Em segundo lugar, como um trabalho que preza se referenciar e contribuir com a História Intelectual e das ideias, a modernidade negra acompanha o conceito de diáspora. Então, a intenção não é produzir ou reproduzir formas de compreensão da realidade ampla vivenciada nas Américas, mas como esta geografia e suas condições de trabalho produziram uma subjetividade específica e que, de alguma maneira, parece dialogar com alguns pontos considerados centrais para os historiadores especialistas em nacionalismo.

Também seguirei a sugestão de Durão, rompendo com a métrica tradicional da historiografia especialista em pan-africanismo, centrada nas personalidades. Busco novas reflexões sobre este conceito, ao mesmo tempo que demonstro “uma rede intelectual que fez uso dos meios literários afro-americanos e africanos na busca por mais representação e por sua identidade cultural-racial” (2018, p. 214).

3.1 O termo pan-africanismo

Formalmente, costuma-se atribuir a origem do pan-africanismo ao ano de 1900, a partir da Conferência Pan-africana organizada em Londres por Henry Sylvester Williams, de Trinidad. Após este, seguiram-se quatro outros congressos organizados por William Eduard

Burghardt Du Bois, um estadunidense. Du Bois proferiu “Comunicação as Nações do Mundo”, iniciando seu discurso com a frase “O problema do século XX é o problema da linha de cor” (Du Bois, 1999, p. 64 *apud* Nascimento, 2008, p. 169). Qual o significado disso? DuBois estava chamando atenção para o risco da juridicização da categoria raça e a institucionalização da discriminação racial. Também significa afirmar uma história comum partilhada por pessoas de cor preta, sendo também uma resposta direta às tentativas colonialistas de desintegração das possibilidades de resistência ao sistema vigente, que se dariam a partir da coesão deste povo, o africano e seus descendentes.

No ano de 1919, a relevância do congresso deve-se à apresentação da “Carta de Direitos Humanos para o Africano” direcionada aos aliados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial, refletindo o caráter necessariamente internacionalista do movimento. Focado na experiência dos africanos no mundo, a preocupação do pan-africanismo está em fornecer meios políticos de sobrevivência, dignidade e independência de pessoas e países africanos e estabelecer laços de solidariedade com a diáspora africana (Nascimento, 2002).

Por mais que os documentos oriundos dos primeiros congressos pan-africanos não demonstrem nenhuma forma de ruptura absoluta, e sempre evoquem o “bom senso civilizado” da rainha da Inglaterra, apelando a uma consciência humana, como alerta Elisa Nascimento (2008, p. 169-170), as proposições extrapolavam problemas localizados e demonstravam preocupação com a situação do continente africano, reforçando as necessidades dos nativos e pedindo a abolição da escravidão (2008, p. 171). Tal solidariedade internacional organizada a partir de congressos possa ser apontada como inédita.

O problema proposto em 1919 pelos congressistas e seus desdobramentos gerados a partir das negociações de Paz do pós-Guerra tinham como alvo o próprio sentido da colonização. Então, o espaço oportunizado pela própria Liga das Nações era visto como promissor. Este entendimento mudou na Conferência de 1921. O sentido de civilização nesse período, por mais que estivesse racialmente demarcado, colocava no centro da problemática a educação e não mais a origem. Nesse sentido, levar os valores civilizatórios para África deveria cumprir seu destino de pôr fim “à linha de cor”, ou seja, as hierarquias raciais estabelecidas e a escravização. Este foi o trabalho de uma vida inteira de DuBois.

Outros dois nomes que são associados ao desenvolvimento do nacionalismo negro, potencializando as ideias pan-africanistas, são Edward Blyden e Marcus Garvey. A lista é bem maior, mas nos ateremos em linhas gerais a esses. Nascidos no século XIX, são oriundos das Américas. Algo possibilitou que nesse período fosse verificado o nascimento de uma intelectualidade negro-africana, nos moldes europeus, seja em termos qualitativos, como

quantitativos, isto é, por sua qualificação formal e pelo aumento no quadro de integrantes. A herança comum desta comunidade eram “as condenações do racismo europeu e da escravidão negra, e de certa identificação de si mesmos (como negros) e da África como comunidade imaginada” (Barbosa, 2020, p. 17). No âmbito oficial ou não, as ideias pan-africanistas originalmente estão diretamente vinculadas à ideia de raça.

Nesse ponto, é necessário rubricar uma questão de ordem conceitual. Não há registro anterior ao ano de 1900 da palavra pan-africanismo. Isto tem dado margem a diversas contendas a respeito da legitimidade da palavra. Acredita-se que o alargamento do conceito para movimentos que eram organizações concorrentes às agendas de Sylvester Williams e DuBois, como é o caso da *Universal Negro Improvement Association & African Communities League* ou UNIA-ACL (que abordaremos a seguir), foi promovido originalmente pelo historiador John Henrik Clark, pioneiro dos estudos africanos nos Estados Unidos. Porém, esta não é uma mera questão nominalista ou de uma mitologia da doutrina. O pan-africanismo, em origem, definitivamente não se trata de um corpo doutrinário coeso. Sua coesão, se assim podemos dizer, se dá ao redor da defesa unilateral de valores e não de métodos.

É preciso ressaltar, ainda, que o nome pan-africanismo emergiu no mesmo contexto que o pan-arabismo, pangermanismo, pan-eslavismo, sendo todos diretamente citados por intelectuais negros contemporâneos. Este conceito teve um grande peso político para os pensadores negros do século XX, como força catalisadora de uma grande realização que estava por vir, uma espécie de “revanche sobre a história” (Betí; Tobner, 2007, p. 188). E desenvolvendo-se no mesmo período do “nacionalismo oficial”, seu caráter polissêmico é característico das formas de nacionalismo análogas da época, imbricando os conceitos de raça, cultura, civilização, nação e nacionalidade. Ainda reitero que o mesmo romantismo que varreu os nacionalismos europeus ecoava em outras partes do globo. As novas descobertas filológicas e antropológicas que animavam os artistas entusiastas do exótico na Europa também alimentavam a imaginação dessa nova classe de intelectuais negros sobre a África. O reencontro do Estado francês pós-revolucionário com a Igreja também alimentou as novas missões evangelizadoras no continente africano. Fator esse que é lido como um dos responsáveis pelo desenvolvimento da intelectualidade negro-africana; a consolidação do missionarismo cristão (também saído das Américas), assim como o lugar de expressão da diáspora africana, foram suas catapultas (2007, p. 16). A grande questão diferenciadora está ao redor do Estado.

Longe de ser uma unanimidade, na realidade, longe de ser uma característica definidora dos ideais pan-africanistas, um “Estado negro” nesse período não aparece unanimemente como uma solução protetora da sua unidade política natural, e mesmo que os discursos e os escritos

se desenvolvessem a exemplo do que os germanos ou italianos quisessem pra si, uma questão numérica, tornam as ideias discrepantes entre si. África é um continente inteiro de gente, e seus filhos estavam dispersos em toda parte do planeta.

Observando a predominância anglófona desses primeiros intelectuais modernos africanos, pode-se sugerir duas coisas: havia um nacionalismo próprio, fraco ou que simplesmente não existia, nas chamadas Índias Ocidentais Britânicas, cuja parte do território, até os dias atuais, é considerado território ultramarino britânico, o que não gerava um problema consciente de pertencimento por parte destes autores e uma reflexão sobre o papel do Estado consequentemente, ou a identidade destes movimentos também pode ser identificada com os chamados movimentos nacionalistas revolucionários, localizados por Hobsbawm, na dita Era das Revoluções, cujas características do povo-nação não são critérios linguísticos, étnicos, territoriais ou religiosos, mas sim a representação de um interesse comum (nesse caso, o antirracismo, antidiscriminação, antiescravidão) contra interesses particulares, “o bem comum contra o privilégio” (1990, p. 32).

A vontade de humanizar os negros, de integrar sua civilização a civilização humana de modo geral é a principal tônica discursiva encontrada nos escritos desses intelectuais do Atlântico. Nesse sentido, é ímpar afirmar que a ideologia do abolicionismo não é de inspiração africana, mas europeia e “visava os meios negreiros e escravagistas do mercado Atlântico”, ignorando sistematicamente o tráfico transaariano (Daget, 2010, p. 78). Gilroy identificou isso como

Esforçar-se por ser ao mesmo tempo europeu e negro requer algumas formas específicas de dupla consciencia. Ao dizer isto não pretendo sugerir que assumir uma ou ambas identidades inacabadas esvazie necessariamente os recursos subjetivos de um determinado indivíduo. Entretanto, onde os discursos racista, nacionalista ou etnicamente absolutista orquestram relações políticas de modo que essas identidades pareçam ser mutuamente exclusivas, ocupar o espaço entre elas ou tentar demonstrar sua continuidade tem sido encarado como um ato provocador e mesmopositor de insubordinação política (2001, p. 33-34).

3.2 African Personality

Edward Blyden (1832-1912), originário das Ilhas Virgens, mas que viveu a maior parte da vida, na Libéria, Serra Leoa e Nigéria, é tido como um dos pioneiros do nacionalismo africano, e um dos primeiros homens negros a elaborar sobre os benefícios de uma estrutura política moderna, em prol, ao continente africano. Tinha um grande projeto de iniciar um autogoverno, a partir do apoio imperial, especialmente inglês. Inicialmente, seu projeto

englobava a regeneração da raça negra, de modo geral, depois passou a defender o lugar da Libéria e Serra Leoa como espaços princípio de uma espécie de federação, que englobaria toda África Ocidental.

Conforme Barbosa (2020) cita, Blyden foi um dos poucos autores da época a perceber valores civilizatórios africanos e dinamizá-los, a fim de construir uma modernidade autenticamente africana. A ideia de autenticidade é realmente latente em seus trabalhos e talvez sua maior contribuição para os nacionalismos africanos seja seu conceito, *African personality*. Para Blyden, existiam raças imperialistas e raças espiritualistas, como as caucasianas e como os negros e judeus. Este autor defendeu que por mais que todos compusessem a mesma humanidade, os caminhos históricos a serem perseguidos por cada uma são diferentes. As bases dessa personalidade africana são: família, vida coletiva, uso comum da terra e da água, regulação das funções sociais (2020, p. 23). Recuperar as potencialidades da personalidade africana, para ele, significava recuperar uma autonomia psicológica e o desenvolvimento de uma educação original, na qual os africanos criariam seus próprios esquemas de compreensão, e dominação dos dados sociais e históricos (Mudimbe, 2019, p. 206).

Como pastor cristão, em seu panorama nacionalista, curiosamente incluía o árabe como língua necessária a ser incluída no currículo das escolas, promovendo longos elogios a unidade cultural desenvolvida pelo islã, demonstrando uma preocupação com as populações no interior do país, que não falavam inglês, a fim de realizar um “intercâmbio inteligente”. Antecipando a leitura de Anderson sobre o papel da cultura escrita no desenvolvimento da comunidade imaginada, o islã havia posto os povos africanos sob uma mesma inspiração através de “linguagem, letras e livros”, criando uma unidade política e uma comunidade cultural (Blyden, 1888, p. 198).

Blyden era um crítico da permanente confusão entre a aderência aos valores morais cristãos e costumes socioculturais europeus, coisa que pessoas como George Liele, o fundador das Igrejas Batistas nos Estados Unidos e na Jamaica, no fim do século XVIII, recorrentemente fazia. Ao mesmo tempo que colocavam-se sob o signo da África, os movimentos negros sentiam a necessidade de afirmação identitária, com base em suas próprias tradições e origens. Estas igrejas defendiam valores ocidentais calvinistas, próprios da teologia puritana, como a super valorização do indivíduo e do trabalho e a ideia de disposição pública, ou seja, dispor-se para contribuir para a sociedade. Assim, em última instância, essas ações inovadoras, além de favorecer o desenvolvimento de uma identidade comunitária própria, que neste trabalho chamo de Atlântico negro, também fovereciam a ação interessada da Grã-Bretanha e dos setores liberais do norte dos Estados Unidos.

Em contraposição à ideia de civilização, o negro, e especialmente o africano, ocupavam o lugar do bárbaro tanto na ciência quanto no imaginário social da época. Blyden teceu uma poderosa crítica à tradição europeia sem formular, necessariamente, uma oposição científica; como define Mudimbe (2019), sua filosofia era do tipo relativista das culturas e, já em 1869, comparava as condições das pessoas na África e na Europa, no momento inicial da colonização, não conseguindo estabelecer graus de diferenças hierarquizáveis entre elas.

Desse modo, sem refutar a ideia da primitividade africana, o caribenho propunha uma ideia de que o africano possuía uma autenticidade incompreendida, que somente poderia ser corretamente analisada a partir do exame dos costumes africanos, pela lente dos africanos.

Mudimbe, ao terminar sua análise sobre a filosofia política de Blyden, a define em três considerações principais que são: A comunidade organizada básica sob liderança muçulmana; o conceito de nação africana; a ideia de unidade do continente (2019, p. 194-195). A primeira delas se constrói a partir de um argumento sociológico da cultura. O islã, diferentemente do cristianismo, não confundiu traços culturais de povos, com unidade da fé, como os cristãos (especialmente anglo-saxões) fizeram e fazem. As individualidades étnicas e tradicionais eram respeitadas, segundo ele, ao mesmo tempo que produziam uma consciência de unidade política através de uma linguagem padrão. Além disso, Blyden observou que dentro da comunidade dinástica muçulmana existe uma espécie de liberdade que pode ser vista entre os mais variados grupos que adotam essa fé, inexistindo barreiras tribais, étnicas ou raciais para acesso às diversas esferas da organização política. Até mesmo a escravidão entre os muçulmanos era vista como mais benéfica, pelo seu único critério baseado na fé.

A segunda delas, a exemplo de seus pares românticos, é basicamente um conceito de individualidade racial, que ganha contornos culturais, porém com vieses mais democratizantes, sem hierarquias de distinção com base em raça.

Por fim, a terceira delas e a que mais nos importa é seu entendimento de que a unidade africana somente será alcançada quando observada a relação da África com a Europa e com os Estados Unidos, afirmando “a história política dos Estados Unidos é a história do negro. A história comercial e agrícola de quase todo Estados Unidos é a história do negro” (Blyden, 1978, p. 476-477). Isto é, há uma necessidade de que toda gente negra refletisse sua condição no mundo ocidental e fizesse as pazes com suas origens. A diáspora deve compreender a si mesma como exilada, e trabalhar na reconstrução do continente.

Antes de darmos prosseguimento à exposição e interposição das ideias desses atores políticos, o século XIX precisa ser contextualizado geograficamente, em sentidos anteriormente apontados, nos contextos da diáspora e da África Ocidental. Dois fenômenos

específicos precisam ser levados em consideração: o da segunda escravidão e o crescimento dos movimentos de Jihad.

3.3 A segunda escravidão

A “segunda escravidão”, como foi cunhado pelo historiador Dale Tomich, é um conceito de valor heurístico, chamando atenção para o caráter variável da escravidão na economia mundial do século XIX. Resistindo a tentação da historiografia dominante, de tomar o processo de transição para formas capitalistas de trabalho modernas, o historiador chama atenção para a formação e reformulação das relações escravistas “dentro do processo histórico da economia capitalista mundial” (Tomich, 2011, p. 82). O autor unifica através desse conceito as experiências históricas da República dos Estados Unidos América, do Império do Brasil e da colônia espanhola de Cuba, para demonstrar como o chamado século das lutas anti-escravistas se combinaram com a realidade do apogeu, da escravidão negra no Atlântico, no sentido qualitativo e quantitativo, tanto em relação do número absoluto de escravos transferidos para as *plantations* americanas, como do valor retirado da exploração do trabalho escravocrata.

A necessidade do aumento constante da produtividade sobre mão de obra escrava, diante do risco de se ver excluído do esquema do mercado mundial, foi fruto das modificações que se desenvolveram no século da industrialização. Ao mesmo tempo que as regiões produtoras de propriedade britânica e francesa nas Américas foram colapsando, chegando ao limite máximo de produção, abriu-se novas oportunidades econômicas para regiões que até então apareciam como periferia econômica. Frente a esse maior aparecimento, os destinos desses três países se entrelaçaram estreitamente. Suas respectivas especializações na produção em larga escala de açúcar, café e algodão remodelaram suas economias em um jogo de condicionamentos mútuos.

Com o comércio mundial centralizado, e os problemas de produtividade em suas colônias, a Grã-Bretanha passou a se concentrar mais na aquisição de mercadorias baratas, independentemente das relações de trabalho que as produzia, o que retirou o peso do escravo, enquanto mercadoria em si mesma. Essa mudança estrutural contribuiu com a eficácia do movimento antiescravidão em seu território, ao mesmo tempo que intensificou a produção escrava em outras partes do globo (Tomich, 2011).

Tomich chama atenção para a ampla modernização, ocorrida nesses territórios com novos maquinários, que facilitaram a colheita e separação do algodão, assim como o crescimento das malhas ferroviárias que escoavam toda esta mercadoria com mais facilidade,

além de ampliar horizontalmente as zonas de cultivo, já que sua distância não era um problema, inclusive, em razão da disposição da mão de obra, capaz de dar conta de um determinado território.

A pergunta que se segue é em que nível as relações econômicas são politicamente relevantes. Diante disso, excluirei os detalhes das reações e relações estabelecidas diretamente com Brasil e Cuba, pois neste contexto internacional de relações de poder e na elaboração dessa comunidade negra imaginada, tais países menos importam.

Segundo Marquese e Parron (2011), foi decisivo colocar o problema da escravidão no centro do relacionamento anglo-americano, durante a Guerra de 1812, que contribuiu indiretamente para a Crise do Missouri. A Grã-Bretanha intensificou seu protagonismo mundial enquanto nação antiescravista a partir dos anos de 1830. Ocorreu uma radicalização do movimento antiescravista neste país (com a agenda da libertação gradual, sendo abandonada em favor do favorecimento da emancipação imediata); houve também a abolição da escravidão nas Índias Ocidentais (com o início do processo de aprendizagem, aprovado em agosto de 1833) e a Sociedade Americana Antiescravista, que foi fundada em dezembro de 1833, gerando reações dentro dos Estados. Com uma aliança política formal entre abolicionistas estadunidenses e britânicos, o feixe de forças antiescravistas intensificou, na década de 1840, o poder do bloco escravista na União. A Carolina do Sul ocupou sua vanguarda e, no período *antebellum*, chegou a considerar a Grã-Bretanha como inimiga da nação americana.

Cabe lembrar que a presença de africanos escravizados no continente Europeu é historicamente documentada (além do período da invasão árabe na Península Ibérica) a partir do século XV. Entre os anos de 1450 e 1500, estima-se que Portugal exportou entre setecentos e novecentos escravos africanos por ano e aproximadamente cem mil escravos estavam presentes, nos anos iniciais do século XVII, em Portugal e nas Ilhas Madeiras, sob domínio português. E em 1468, a Coroa Portuguesa já desenhava institucionalmente o monopólio sobre o comércio de escravizados no sul do Rio Senegal. Na Espanha, havia confrarias religiosas de negros livres nas cidades de Barcelona, em 1455, Valência, em 1472 e Sevilha, em 1475. Entre seus objetivos estavam a compra e a alforria de escravos bem como a compra de terrenos para sepultamento de negros. Uma particularidade destas comunidades era o fato de serem compostas majoritariamente por homens, ou seja, não se renovavam, eram mantidas pela constante chegada de novos membros.

Na Grã-Bretanha, os jornais de Londres, Bristol e Liverpool, publicaram anúncios vendendo escravos e também faziam solicitações para que fugitivos retornassem. A atividade de caçadores de escravos especializou-se especialmente em um cenário em que africanos

desprovinham de qualquer proteção legal ou estatuto social. No ano de 1556, Elizabeth I considerou que havia “mouriscos” demais em seu país e que era necessário devolvê-los para a África.

Na Grã-Bretanha, o processo foi ambíguo. Ao mesmo tempo que uma das soluções cunhadas para “os problemas dos negros” consistiu na experiência de transferência de pessoas para Serra Leoa, após a decisão do juiz de Lord Mansfield de 1772, se estabelecia a ilegalidade da obrigação dos escravos deixarem o país, como demanda de seus donos. Lembrando que nos idos do século XVIII, era comum a prática de fazendeiros das Antilhas, que ao visitar seu país de origem, levassem africanos para assumirem funções de serviços de modo geral, prática esta replicada entre os oficiais das Forças Armadas britânicas. Uma importante comunidade negra constituiu-se em Londres, graças a esta medida judicial e ao fluxo de africanos alforriados por terem combatido, junto aos ingleses, contra as forças independentistas americanas.

As tentativas de reinstalar africanos na África foram diversas. Os abolicionistas esperavam que a lógica do trabalho livre ajudaria a difundir o cristianismo, desenvolvendo uma economia de tipo ocidental, gerando uma contribuição ao fim do tráfico de escravizados. Então, em 1787, cerca de quatrocentos africanos livres foram enviados à Serra Leoa (Harris, 2010).

Nos casos dos três países do Atlântico envolvidos na manutenção da escravidão:

As instituições desenhadas colocaram o poder de decisão sobre o futuro do sistema escravista ao alcance dos proprietários, numa clara tentativa de se obter o que pode ser chamado de governabilidade da escravidão. Só que, é claro, as formas específicas desses arranjos acabaram sendo condicionadas pela cultura política, pela composição social e pela estrutura de governo de cada região. Nos Estados Unidos tentou-se congelar a iniciativa do Congresso, visto como instância dividida por representar uma sociedade escravista (Sul) e uma sociedade não-escravista (Norte); em Cuba, concentraram-se os poderes nas mãos de uma figura militar radicada no seio do senhorio local e, portanto, sujeita a sua constante influência; no Brasil, o poder decisório foi deslocado de um Executivo inicialmente fortalecido pela Carta de 1824 para o Legislativo, percebido como instância representativa dos interesses de uma sociedade plenamente escravista (Harris, 2020, p. 104).

Com a emancipação definitiva, em 1838, e a formação da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, expressando claramente sua plataforma internacionalista, em 1839, concretizaram-se os laços entre os abolicionistas dos dois lados do Atlântico. Em 1840, na cidade londrina, os participantes da primeira *World Anti-Slavery Convention* subscreveram integralmente, a então, política militar e diplomática de Lord Palmerston, agressivamente desenhada contra o tráfico transatlântico, especificamente para o Brasil e Cuba. Defenderam a aplicação do princípio do solo livre como instrumento de pressão. Em resposta ao evento, os autores chamam a atenção para o trabalho dos historiadores Gerald Horne e Edward Rugemer,

que examinaram a promoção de esforços do Executivo estadunidense e seus agentes, durante a administração do presidente John Tyler (1841-1845) para construir uma frente única com Brasil e Espanha/Cuba, com o objetivo de enfrentar a Grã-Bretanha e suas ações antiescravistas.

Na metade do século XIX, o Sul dos Estados Unidos já havia se tornado um modelo demográfico e político. Em discurso, os saquaremas (componentes do Partido da Ordem do Império brasileiro) não viam antagonismo algum entre escravidão e modernidade e enxergavam na permanência da escravidão negra, a condição para o Brasil inscrever-se nela. Discursos na imprensa e no Parlamento referiam-se ao sucesso estadunidense, em combinar sua população escravizada sem necessariamente o uso do tráfico, de gentes transatlântico, utilizando de medidas de aprimoramento na gestão da força de trabalho. No Conselho de Estado do Império do Brasil, como lembram os autores, os estadistas elogiaram o chamado Compromisso de 1850, costurado no país do Norte depois que a aceitação da Califórnia como estado livre, foi atenuada com medidas que beneficiaram os sulistas, incluindo uma lei mais dura de devolução de escravizados fugitivos e o delineamento de uma fronteira ocidental mais segura para o Texas (Harris, 2020, p. 109).

Não é à toa que alguns dos importantes nomes negros e reconhecidos militantes antiescravistas que emergiram no século XIX nos Estados Unidos, tiveram uma vida mais ou menos marcada pela ação de filantropos brancos. Os casos de DuBois e Frederick Douglass são alguns deles.

Já no outro lado do Atlântico, no mesmo período caracterizado como a Era das Revoluções, sendo negligenciado por Hobsbawm em seus estudos sobre as transformações da época, em uma leitura restrita à Europa ocidental, os eventos como os movimentos do *jihad* na África Ocidental foram subestimados enquanto seu papel e impacto na formação do mundo moderno.

3.4 As Jihad na África Ocidental

Como dito anteriormente, não serei capaz de tecer maiores conexões entre o desenvolvimento do nacionalismo negro e suas implicações com o mundo moderno de maneira geral, mas segundo Lovejoy (2014), apesar da importância das Revoluções europeias deste período, a Industrial na Grã-Bretanha e a Francesa, Hobsbawm estava equivocado ao defender que “os estados islâmicos estavam tão agitados com crises; a África estava exposta à conquista direta” durante o período narrado (Hobsbawm, 1996, p. 3 *apud* Lovejoy, 2014, p. 24). Suas

observações estavam limitadas ao Egito, ao Império Otomano e as partes islamizadas da Índia. A África não estava aberta à “conquista direta”, como incansavelmente todos os historiadores envolvidos nos livros da História Geral da África afirmam.

O bloqueio promovido pelos britânicos da costa ocidental africana após o ano 1808 pode ter abalado as organizações políticas locais no litoral da África, porém seu impacto no interior era praticamente nulo. E na leitura de Lovejoy, o bloqueio reforçou os objetivos do movimento do jihad islâmico em isolar o interior do continente africano do mundo Atlântico, fazendo manutenção da instituição da Escravidão na África Ocidental. Isolando seu argumento principal que diz respeito sobre o envolvimento, relação e impacto das jihad na diáspora africana neste período (tese essa que os historiadores brasileiros discordam), o que nos interessa é a instituição e as relações estabelecidas a partir do Califado de Sokoto (atual Nigéria) instaurado no ano de 1804.

No histórico da região, um dos primeiros Estados declaradamente muçulmanos da região foi Fuuta Bundu, localizado no vale superior do rio Senegal, datando do final do século XVII. Logo após, outra jihad resultou no estabelecimento de Fuuta Toro e posteriormente o Fuuta Jallon, todos instituídos através de movimentos jihadistas. Por volta de 1780, o Sudão Ocidental foi dominado pelos Estados do tipo Fuuta muçulmanos que estavam conectados através de uma ideologia comum, promovidas pela circulação de professores e eruditos muçulmanos de origem fulani dentro destes espaços. Esses movimentos, como define Lovejoy (2014), eram revolucionários, levando ao colapso os estados anteriormente estabelecidos e remodelando o mapa político da África Ocidental. Nessa altura, o historiador os define como respostas aos problemas associados *ancien régime* na África Ocidental e do comércio de escravizados do mundo atlântico cujo objetivo era proteger os devotos da fé islâmica deste destino.

Estabelecendo um comércio de troca de goma, painço, arroz e cativos por armas, tecidos, conhaque e outros produtos europeus, os governantes locais passaram a depender desses bens, muitas vezes também ficando presos em relações de dívida. Existem inúmeros trabalhos falando especificamente desse endividamento e do desenvolvimento de uma economia baseada em golpes e especulação nesse período, mas não abordarei essa bibliografia aqui. Endividados, eles se voltaram para a escravidão de seus próprios súditos muçulmanos, algo que se tornou necessário para manter o poder. A consequência imediata para a população de Futa Toro foi que o Denyanke Satigi e seus vizinhos aumentaram pilhagens e ataques a cidades, e sequestro de muçulmanos para lutar contra inimigos, alimentando o comércio de escravizados transatlântico.

Os muçulmanos comuns se uniram aos clérigos que, por sua vez, violaram as normas de neutralidade política estabelecidas e pegaram em armas. Tradicionalmente, naquela região, as comunidades clericais muçulmanas permaneciam à distância do poder administrativo, o considerando espaço inviolável.

Lovejoy (2014) elabora uma conexão da história do Califado de Sokoto com os esforços da Grã-Bretanha em pôr termo ao tráfico de escravizados. Relembrando as negociações diplomáticas entre Hugh Clapperton e o califa Muhammad Bello na década de 1820, o historiador elabora uma comparação com o fenômeno antiescravista (especificamente de pessoas nascidas livres e muçulmanas) dentro do próprio califado.

Houve um crescimento da militância islâmica durante os séculos XVIII e XIX se configurando como ponto de partida de uma ruptura radical dos relacionamentos de poder estabelecido. Colocados à margem da disputa do poder político, esses novos militantes eruditos são os responsáveis pela expansão do Islã para o interior da África Ocidental por terem se retirado dos centros urbanos maiores e se estabelecendo na periferia, como em Katsina, em vilas localizadas a uma distância de 15 quilômetros. Nesses lugares, foi possível desfrutar de grande liberdade de pensamento e compartilhá-lo com novos fiéis. Foi dali que saíram os partidários do jihad de Usman dan Fodio.

De acordo com Cairus (2002, p. 130), B.G. Martin relatava que Usman dan Fodio cresceu em um ambiente impregnado de erudição e intelectualidade. Instruído por meio do *Qur'an*, da gramática árabe, da jurisprudência maliki e das tradições proféticas por seus tios que eram *ulamã* islâmicos, ou seja, letrados, pertencentes a uma comunidade conhecida como torodbe. Os torodbe eram um grupo heterogêneo formado por diversas famílias étnicas do Sudão Ocidental e Central. Esta sociedade era composta por pessoas fulbe, wolof, mande, haussa, berbere, descendentes de escravos e indivíduos de castas. Porém, havia uma predominância fulbe; sua língua comum era o fulfulde, ordenavam-se ao redor da endogamia e permaneciam em migração constante. Em toda a região a palavra “torodbe” era sinônimo de fulbe, o que é um fato demonstrativo de que a leitura étnica no continente africano não é tão simples (Batan, 2010, p. 624).

Posteriormente, Usman iria aperfeiçoar seus conhecimentos com mestres tuaregues, entre eles Jibril bin Umar Al-Aqdasi, iniciando-se em diversas confrarias sufistas, como a Qadiriyya, a Khalawatiyya e a Shadhiliyya (ou Shazuliyya). Seu filho se tornou o fundador do Califado de Sokoto.

O movimento de reforma islâmica na África Ocidental deu origem ao maior Estado unitário africano no século XIX [ou seja, o Califado de Sokoto]. [O movimento] inspirou uma produção literária de grande quantidade e com maior aprendizagem do que qualquer outro movimento já visto ao sul do Saara. Ele [o movimento] estabeleceu as condições para a geração de uma das economias indígenas mais produtivas na África Ocidental no final do século XIX. Na verdade, o movimento é tão central para a história da África Ocidental como é, por exemplo, a Revolução Francesa para a Europa (Last, 1982, p. 1 *apud* Lovejoy, 2014, p. 32).

Conforme especialistas, diversos movimentos nacionalistas surgiram nessa região a partir dos anos de 1870. Além disso, segundo Boahen, é dentro desse nacionalismo africano emergente que o pan-africanismo deve ser inserido, mesmo que possua influências externas (1981, p. 151). Seu ponto é alicerçado na visão de associação Estado e Nação.

Segundo Last (2010, p. 651), as reformas muçulmanas iam em um sentido muito claro na implantação de um sistema político distinto. Os líderes religiosos denunciavam os antigos governantes como falsos fiéis, inclusive pela mescla e manutenção de diversos elementos das “comunidades tradicionais”. Então o rei foi substituído por um *emir* perdendo sua sacralidade. Sua autoridade não vinha mais da organização política hereditária, mas do próprio Alá, o critério de sua eleição era sua fé. O emir era *primus inter pares*; os escravos do palácio tinham como atribuição apenas o serviço dedicado à pessoa do *emir*, o lugar da rainha-mãe e da rainha-irmã (característicos das sociedades africanas da região) foram abolidos. Há uma inegável secularização a partir da ruptura com a tradição, ao mesmo tempo que havia o critério da fé.

O *emir* fazia parte do mundo político; a *sharia*, como interpretada pela escola *maliki*, devia reger as relações individuais e públicas. Uma administração restrita foi estabelecida a fim de limitar e tratar os processos políticos, evitando os desvios das regras escritas por regras não escritas. O objetivo era, sem dúvida nenhuma, restringir o papel do palácio do rei, que agora só poderia ser muçulmano mesmo que tivesse fundado em rituais e crenças tradicionais. Sua aceitação tinha por objetivo reduzir a ambiguidade do poder, concentrando-o na fé islâmica.

O melhor ideólogo do projeto dos reformistas foi Abdullahi dan Fodio, sua obra “*Diya’ alhukkam*” foi destinada ao esclarecimento da comunidade de Kano com a nova constituição.

Cabe ressaltar também que, segundo Philips (2011), no califado de Sokoto existia uma instituição nominado *ribāt*. Uma espécie de povoado fortificado cujas paredes estavam alinhadas com Meca. Esse tipo de construção já havia muito tempo antes da ascensão de Sokoto, porém as suas características de desenvolvimento estão ligadas a ele. Seu líder, Mohammed Bello, desenhou o *ribāt* com objetivo de organizar assentamentos militares capazes de defender suas rotas comerciais e fronteiras; ele ofereceu diversas vantagens fiscais de forma a incentivar a permanência nesses locais que também serviriam como centro de produção artesanal para expansão da economia.

A respeito de seus moradores, o califa pretendia estabelecer pastores Fulani, sedentarizando-os e os incorporando à sociedade Hausa, articulado pelo alinhamento religioso ao redor da sua leitura do Islã e da *jihad*: “O ribāṭ ajudou a ascender a uma nova cultura islâmica hausa-fulani híbrida que veio para dominar o Sudão central” (Philips, 2011, p. 1).

Esta seria a marca do reinado do califa e aqui estão presentes elementos culturais caracterizados ao redor do reino dinástico e da comunidade religiosa desenhados por Anderson; aqui é possível observar um protonacionalismo que se desenvolveu sem recursos culturais marcadamente europeus.

A questão mais relevante para nós é que os levantes muçulmanos contrários à escravização com fins no comércio transatlântico não geraram o fim da escravidão em si e nem um debate sobre a sua natureza, o contrário. Aconteceu uma enorme concentração de escravizados dentro dos territórios islamizados enquanto suas lideranças debatiam a jurisprudência islâmica e a ilegalidade da escravização de muçulmanos. A regulamentação da instituição escravidão estava na ordem do dia.

Na composição demográfica de diversas cidades desses Estados, a população escravizada compunha uma maioria e estes ocupavam cargos administrativos, militares e nas *plantations*. Assim, contribuindo com o debate a respeito da disformidade e da modernidade do estatuto escravocrata, o nacionalismo negro do tipo pan-africano (alimentado pelos nacionalismos africanos de fim de século) emergiu em um contexto de recrudescimento da escravidão nos dois lados do Atlântico ambos sob implicações diretas das ações político-econômicas da Grã-Bretanha. Ambos lugares se constituíram como espaços possíveis de uma imaginação ao redor de um senso de comunidade, tanto negra quanto africana. Negro-africana.

Minhas considerações no que tange ao século XIX encerram-se aqui. Agora, ao levar em consideração a figura de Marcus Garvey, desejo trazer para conta uma das maiores lideranças de massas vistas a sua época.

3.5 DuBois e Garvey: uma modernidade negra atlântica

Jamaicano de origem, seu *slogan* era “*Race first*”. Baseado em sua crença de que o movimento dos humanos se dava em padrões raciais, ele mobilizou pessoas negras a compreenderem a importância de fazer o mesmo.

Nascido em 1887, mudou-se para os Estados Unidos no ano de 1916. Não era um acadêmico ou intelectual, mas tornou-se um orador potente reconhecido pela mídia mundial,

incluindo o Brasil e as mídias dos movimentos sociais negros da época. A manchete do jornal Getulino dizia: “A raça negra e seu próximo congresso internacional: As várias correntes que se vão defrontar em torno do objetivo da África para os homens de cor. Interessantes declarações dos srs. René Maran e Diagne, dois importantes pretos franceses” (1924, p. 1).

Politicamente, Garvey enfatizava categorias morais de dignidade, autorrespeito e orgulho racial. Em concomitância aos demais membros, posteriormente ficou conhecido como Etiopismo, reformulou o culto cristão, reelaborando as representações de Jesus e dos Anjos e fundou a *African Orthodox Church*, onde quase todas as imagens refletiam a aparência de pessoas pretas, menos Satanás, que era representado enquanto homem branco. Dentro de sua organização, a UNIA, símbolos diacríticos foram criados, incluindo hino (chamado “Etiópia, Terra de nossos pais”) e a famosa bandeira RBG (*red, black and green*) que até hoje é utilizada pelos movimentos sociais negros estadunidenses e no Caribe, incluindo os últimos manifestos de rua contra a violência policial. Sua organização também possuía confrarias, como a *Universal African Legions*, compostas por homens negros, a *Universal African Motor Corps*, de mulheres, e a *Universal African Black Cross Nurses*, uma divisão inteiramente dedicada ao trabalho de enfermagem, nos mesmos moldes da Cruz Vermelha.

Como é possível observar, a palavra universal e mundial eram frequentes na organização e nas falas públicas de Garvey e seus correligionários. A ideia de globalização teve importante impacto em sua formação política, e em 1920, a UNIA contava com nada menos do que cinco milhões de negros afiliados, situados em quarenta países diferentes. É importante dizer que esta organização destinava-se exclusivamente às “pessoas de cor”, e um projeto diametralmente oposto ao encabeçado por DuBois nos congressos pan-africanistas, que contavam com homens brancos em sua maioria, até o ano de 1945.

Em sua crença de independência econômica, o jamaicano prezava pelo desenvolvimento econômico aos moldes industriais disponíveis na época. Conseguindo arrecadar cerca de dez milhões de reais. Comprou três navios a vapor e fundou a *Black Star Line*, que deveria ter linhas ligando os Estados Unidos, o Caribe e a África. Ele também possuía uma rede de mercearias, hotéis, lavanderias, uma chapelaria e etc.; todas essas lojas estavam dentro do *Negro Factories Corporation*, um conglomerado industrial que deveria estar espalhado por diversos cantos do globo.

O lugar desta organização no mundo deve-se em grande parte pelo seu jornal de grande circulação, lançado em 1918, *The Negro World*. Funcionando como eco de propaganda, o jornal difundiu o projeto e os valores de igualdade e democracia. Seu subtítulo era “um jornal dedicado aos interesses da raça negra”, chegou a ter tiragens com 60 mil exemplares.

Seu movimento de *Back to Africa* ficou amplamente exposto na IV Convenção Internacional dos Negros do Mundo, de 1924. Seu programa era conduzir os negros da diáspora de volta para seu lar natural e chegou a costurar possibilidades políticas de levar a cabo seu plano com a diplomacia liberiana. Porém, como lembra Durão (2018), seu projeto era pouco pragmático e não dedicava muitas linhas em descrever formas objetivas de “devolução” da massa dispersa de africanos, ao continente.

Entretanto, Garvey sempre atacava questões que envolviam linchamento, formulava demandas para os direitos civis, pedindo igualdade e liberdades democráticas; enfim, ele parecia estar mais conectado com a vida política doméstica americana, mesmo que sustentasse um discurso messiânico de retorno a terra prometida.

É evidente que haviam divergências grandiosas de método e de crenças nesse período sugerido, Garvey e DuBois (entre outros) trocaram farpas públicas, trabalhando politicamente em concorrência e um ambiente de animosidade. Mas o que é notório nos exemplos supracitados é a mobilização de elementos indiscutivelmente modernos em seus discursos e ações políticas.

A teoria da modernidade adotada por DuBois, elabora-se em relação com o conceito de progresso e do lugar (e perspectiva) do escravo neste mundo. Conforme define Gilroy, o sociólogo leva em consideração aspectos espaciais e temporais os quais o século XIX é apresentado com representação privilegiada da atuação de forças sociais singulares pelo seu potencial democrático que fora desfigurado pela supremacia branca. Por isso, a África não parecia tão sedutora quanto para outros atores políticos, aqui ela tem mais força moral (2001, p. 226).

DuBois sugere que a racionalidade burocrática não seria um caminho eficiente de definição e destrinchamento da instituição escravidão, pela ausência de documentação e por sua diferença de *modos*, assim as chamadas práticas culturais ganham mais relevância em seu trabalho. Há uma compreensão profunda no modo pelo qual a modernidade se estrutura em cumplicidade entre a racionalidade e a prática do terror supremacista branco, que enxerga no linchamento uma expressão.

Não entrarei no trabalho de DuBois mais profundamente, visto que o interessante aqui é seu conceito de dupla consciência. Em seu livro “Almas do povo negro”, de 1903, ele disse que o negro vivia uma dupla consciência, a comunal e a nacional.

É uma sensação peculiar essa dupla consciência, esse sentido de sempre olhar pra si próprio sob o olhar dos outros, de medir um sentimento através da métrica de um mundo que o contempla com divertido desprezo e pena. É sentir sempre a duplicidade,

ser americano, ser negro. Duas almas, dois pensamentos, dois embates irreconciliáveis, dois ideias conflitantes, um corpo negro impedido apenas por um obstinado esforço de bipartir-se. A história do negro americano é a história desse embate- o desejo de conseguir amadurecida autoconsciência, amalgamar sua dualidade em melhor e mais verdadeiro ser (Dubois, 2004, p. 39).

Parcela significativa do pensamento negro desenvolvia parte do argumento de uma unidade inata, fundamentada na ideia de raça (sociológica ou não) e, alerta Gilroy, há um motivo para essa visão de identidade racial, o signo da África e seus nacionalismos negros, respectivamente; importantes movimentos na condução e desenvolvimento da cultura política negra no período Imperialista (Gilroy, 2001 p. 238).

Portanto, é importante ressaltar que a elaboração básica de DuBois tem como premissa o romantismo alemão e sua principal dicotomia: cultura versus civilização, na qual o negro, possuindo uma essência de natureza cultural, chocava-se com a lógica materialista e secular da civilização ocidental. Em sua filosofia, o negro deveria assumir o seu lugar como patrimônio democrático da humanidade (Barbosa, 2020, p. 37). Assim, as novas redes de ativismo internacional lideradas por DuBois e outros configuraram-se ao redor de um projeto de “recivilizar o mundo”, os quais são notórios os apelos iluministas.

A modernidade e o viés nacionalista desta rede de intelectuais não pode ser ignorada.

4 PAN-AFRICANISMO NO SÉCULO XX, E O EXEMPLO DE MÁRIO PINTO DE ANDRADE

Quando falamos das elites letradas modernas, do continente africano, a primeira coisa que deve levar em consideração é o peso do conceito de civilização na formação das mesmas. Toda educação escolar perpassa por “civilizar indígenas”, e as qualificações para cidadania estavam frequentemente associadas ao sucesso na introdução daquele bárbaro/primitivo ao esquema colonial.

À cópia da pedagogia que se desenvolvia na Europa no século XVIII e XIX, as descobertas das ciências e suas ideologias políticas, o conhecimento escolar disponível, vinham em comum acordo com a política da comunidade internacional imperial que se erguia. Depois desses países terem se envolvido diretamente com o tráfico transatlântico de pessoas, e tido uma ação pontual e reduzida na costa africana, a ocupação dos territórios no continente passou a ter outro caráter. A ideia da colonização como missão civilizadora permeia a ação institucional dos países europeus no continente africano. Como afirma Chinua Achebe, nas linhas iniciais de seu livro: “A meu ver, é um grave crime qualquer pessoa se impor a outra, apropriar-se de sua terra e de sua história, e ainda agravar esse crime com a alegação de que a vítima é uma espécie de tutelado ou menor de idade que precisa de proteção” (2009, p. 17).

Nesse sentido, é mister compreender que a ocupação colonial se alinhava aos critérios do abolicionismo, se erigindo a partir do tripé cristianização, civilização e comércio (Daget, 2010). Em contraposição, o controle da ação dos colonos era extremamente reduzido, sendo frequente nos debates e sabatinas dos fóruns internacionais a cobrança de países pelas quebras de acordos diplomáticos em suas respectivas colônias. Não eram poucas as denúncias que envolviam o extermínio de populações inteiras, e a exploração do trabalho, muitas das quais vieram a público através do engajamento da mídia (mesmo que reduzida e concentrada nas zonas urbanas).

O processo civilizador, apesar das variáveis gerais, visava preparar os colonizados para lidar com o trabalho imposto nos moldes da divisão internacional do trabalho, no trato dos produtos coloniais e, algumas vezes, para o trabalho administrativo; a educação dos indígenas vinha nessa direção e era diferente da dispensada aos europeus, sendo logo percebido pelos nativos. Novas categorias foram compondo os estatutos de regulamentação das colônias africanas; criando novas clivagens sociais, comum além da diferenciação entre colono e

colonizado, também as distinções entre primitivo/selvagem e o assimilado, que distinguia africanos entre si pelo grau de entrosamento com os costumes europeus.

A título de exemplo, Nascimento (2013) demonstra como o caso angolano é particularmente complexo, onde criou-se uma subdivisão entre “classes médias” e elites urbanas. A partir da ação burocrática portuguesa no século XIX e início do XX, originalmente os crioulos que eram grupos locais, quase sempre mestiços que possuíam algum conhecimento das línguas e costumes locais, facilitaram a relação entre nativos e portugueses. Com o tempo, os “novos assimilados” chegaram à capital; eram pessoas pretas, educadas por missões evangelizadoras e oriundas da zona rural. O *status* de assimilado era classificado pelo Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas; na versão de 1931 seus significados são claros: para aquisição de cidadania o indivíduo precisa saber ler e escrever português, ser monogâmico, “viver à europeia” e ter seu próprio sustento. Esse movimento ocorreu, conforme esclarece o historiador, marcadamente a partir dos anos 1940, e em diferença com os “antigos assimilados”, que, mesmo sem formar um grupo coeso, envolveram-se na guerra civil de independência e em diversos conflitos com as elites locais.

Os esquemas do ensino religioso eram privilegiados e, como foi dito anteriormente, as missões religiosas passaram a ter um caráter mais sistemático a partir do século XIX. Como apenas os anos iniciais faziam parte da instrução formal da grande maioria dos planos educacionais africanos e da diáspora, o autodidatismo das elites era frequente, uma evidência que põe em questão uma relativa circulação de livros nesses territórios. Nesse período, alguns africanos saíam de seus países nativos para estudar na metrópole. Os relatos dos missionários envolvidos na educação colonial demonstram também um nível de entrosamento internacional.

A colonização inglesa colheu resultados muito perniciosos desta posição. Favoreceu de forma exagerada a formação de um número grande de pessoas com preparação e conhecimentos superiores às necessidades do seu ambiente, e chegou ao ponto de colocá-las politicamente no mesmo plano dos cidadãos da metrópole. (...) Muito pelo contrário, convém educar o indígena de maneira a torná-lo colaborador útil e consciente da obra colonial (Cayoll, 1931 *apud* Gaspierini, 1989, p. 13).

A ocupação britânica e estadunidense nos territórios de Serra Leoa e Libéria tornaram-se paradigmas para ação do gênio europeu no continente africano, mas insuficientes para os ideais abolicionistas. Em 1853, a Grã-Bretanha fez dos serra-leoneses súditos da Coroa, reconhecendo o lugar de uma sociedade crioula viável. Já a experiência liberiana foi marcada pela ação do empreendimento privado. O governo dos Estados Unidos não se envolveu diretamente, apenas estabeleceu um escritório, não colonial e temporário. Porém, a experiência

dos dois países no século XIX é mais documentada a partir de símbolos erigidos pelo imaginário intelectual sobre suas ações, do que com o processo do *nation-ness* no século XX.

Portanto, é possível perceber que tais representações da história são fundamentais no desenvolvimento e nos processos das relações sociais e das identidades, na medida em que elas determinam a legitimação e validade de atos de memória. Neste último capítulo, darei menos peso à história nacional do país de Mário Pinto de Andrade, Angola, e sua luta anticolonial, em favorecimento à história das ideias, reconstituindo das relações conceituais e os dilemas políticos disponíveis no século XX, articulados a ideias e movimentos pan-africanistas.

4.1 Enfim surge o modelo pan-africano

Como é demonstrável, a linguagem da missão civilizadora estava carregada de princípios racistas e, de modo geral, os novos intelectuais africanos da parte ocidental do continente e da diáspora americana estavam engajados na modernização da comunidade negra e seus símbolos. As ideias de progresso e civilização eram muito fortes no imaginário social da época e ganhou contornos específicos a partir dos lugares que as falas partem. Uma ideia de *new negro*, palavra essa que ficou conhecida como uma das marcas dos movimentos artísticos e culturais do *Harlem Renaissance*, demonstra como as imbricações entre cultura e política estavam disponíveis como soluções possíveis na construção de novas identidades positivas e de direitos.

A despeito da ausência de um corpo intelectual coeso ao redor de uma proposta de um “Estado negro”, é necessário rubricar que seus aparatos legais ainda estavam sendo desenhados, mesmo na Europa. O sentido do Estado nacional com contornos determinantemente delineados pelo direito internacional privado, definindo o elo de ligação entre indivíduo e Estado, estava em disputa, já que os critérios possíveis ainda não estavam plenamente fechados.

Antes, vivia-se em um mundo em que os países europeus possuíam territórios descontinuados. Mesmo que houvesse critérios legais que diferenciam a metrópole da colônia, a gerência de um Estado não estava territorialmente limitada. Na fase imperial (e da ascensão do Estado-nação), o sentido de soberania e dos sujeitos nacionais submetidos a ela passam a qualificar hierarquicamente os indivíduos. Talvez por isso Hobsbawm e Anderson localizem o problema do racismo como uma questão interna e até mesmo inerente ao *nation building* e não um fenômeno que justifique as relações entre Estados.

Em relação à África, o problema dessa afirmação é que retira o caráter racista da missão civilizadora, obliterando o plano analítico, as relações políticas pré-estabelecidas e os Estados ali estabelecidos. A ação imperialista pode não ser exclusivamente racista, mas também o é. Sendo conceitual e politicamente falso afirmar o contrário, quer partindo das alegações burocráticas das ações do conjunto de países europeus nas Américas, Ásia e África, quer na cultura política, desenvolvida nesses países, como em casos como a Namíbia, que “até ontem”, tinha um parlamento composto por 98% de brancos. Em relação à diáspora, tão logo as ideias de *Back to Africa* foram deixadas para trás. As populações negras passaram a integrar (de forma desigual) as massas dos Estados que compunham. Como foi abordado, essas não eram aspirações gerais das populações negras, mesmo os movimentos de massa protagonizados pela liderança de Marcus Garvey estavam politicamente mais ativos na política doméstica estadunidense que qualquer outra coisa.

Assim, os nacionalismos negros passaram a integrar movimentos artísticos e o grosso dos movimentos pelos direitos civis sob o pioneirismo estadunidense. Isto além do fato de pessoas negras terem se diluído em diversas frentes políticas, principalmente a partir dos sindicatos e órgãos de classe. Mas isto não surpreende. Conforme o próprio Hobsbawm demonstrou, o fenômeno da nacionalização de populações não acontece unidirecionalmente, ele passa por estágios distintos entre as diferentes classes da sociedade, assim como a identidade nacional não se manifesta necessariamente de maneira concorrente a outras formas de pertencimento.

Então, os movimentos pan-africanistas começam a se integrar a agendas de política doméstica em busca do alargamento dos direitos de cidadania. O paradigma garveyísta, historicamente oposto à agenda pan-africana oficial (a dos congressos), se fez presente em debate na Conferência Pan-Africana de 1919, sendo vencido por unanimidade, configurando uma divisão de águas por sua guinada mais conservadora, se afastando da agenda original de DuBois, referente à eliminação completa da escravidão e da “linha de cor”. Duas são as discordâncias centrais em linhas gerais, em relação ao garveyismo. Em primeiro lugar, elaborou-se uma diferença entre movimento de massas de um movimento intelectual e, em segundo lugar, parte relevante dos conferencistas acreditavam na cooperação entre raças. Gartien Candace (deputado de Guadalupe) expôs alguns motivos da exclusão de elementos pregados por Garvey dos ideais delineados pelo congresso:

Descartando as estreitas teorias de uma infinidade de negros que dizem ‘África aos africanos’, e que mostraria que todos os negros avançados, educados, retornam à África para criar no continente africano Estados Negros, com exclusão dos brancos, o

Congresso afirmou solenemente que sua razão de ser estava na cooperação das raças e sua estreita solidariedade, a fim de facilitar a evolução da raça negra, que só poderia evoluir graças à influência exercida sobre ela pela raça branca. Por nossa parte, afirmamos fortemente, ‘uma raça atrasada não pode avançar se voluntariamente se separa de outras raças’. Qualquer ramo separado do tronco da árvore é chamado a perecer! (Candace, 1921, p. 4, tradução nossa)

Uma maior crítica à questão colonial se inscreve ano a ano nas conferências e nas resoluções da Associação Pan-Africana resultante deste. Questionava-se sempre o sentido e a prática das sociedades coloniais e o conhecimento produzido a partir delas e, em 1921, propuseram à Liga das Nações um instituto autônomo, explicitamente independente das autoridades coloniais e metropolitanas, de avaliação da política colonial a fim de reconhecer possíveis quebras de direitos humanos.

A Associação Pan-Africana, resultante dos congressos, possuía um projeto próprio e pretendia configurar-se como uma escola de *intelligentsia* bem como um espaço produtor de conhecimento legítimo. Seu estatuto a definia enquanto *práxis*, no qual a associação “coleta informações e recebe proposições que estuda com o objetivo de empregá-las para fins práticos” (*Pan African Association*, 1921, p. 1, tradução nossa). O espaço dos congressos era pensado em termos institucionais e legais. As ideias sobre a burocracia e política institucional eram um marco diferencial deste para outros movimentos, não à toa representantes do governo francês, belga e demais eram convidados a comparecer e compareceram.

A promessa moderna que devia cumprir-se com a superação do problema estruturante da sociedade global, conceituado por DuBois, parece cada dia mais distante; a fé que se tinha nos governos imperiais pouco a pouco vem sendo deixada de lado e, em 1921, o sentimento independentista já estava presente entre os conferencistas e componentes da Associação Pan-Africana.

O mundo está na presença de duas contingências: primeiro e, naturalmente, a partilha completa da África entre dois ou três dos grandes poderes, com um poder de privilégios civis e sociais absolutamente igual para cidadãos pretos e brancos; ou se não, é possível o nascimento de um grande estado africano fundado na paz e a boa vontade, baseada na instrução geral, autônoma e soberana em sua política interna, a prática das artes, a liberdade do comércio e indústria que decorrem desde sua origem, como cogoverno do mundo na Sociedade dos Povos (*Resolutions du deuxième Congrès Pan-Africain: au monde*, 1921, tradução nossa).

Em 1923, as aspirações diplomáticas do movimento foram abandonadas de vez, mas não por desejo de seus organizadores, mas pela pouca adesão das contrapartes europeias e o próximo congresso realizou-se em Nova York, vinculado à organização de DuBois, a NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People*), em 1927.

Segundo Geiss (1974, p. 258), ao examinar o curso dos quatro congressos, o pan-africanismo dos conferencistas e associados estava pouco amadurecido. Sua visão geral, contrária a discriminação racial, não foi capaz de produzir um denominador comum capaz de unir os interesses políticos dispostos. Nem mesmo a descolonização era universal dentro deste movimento; as frações francesas, de tom mais conservador, estavam ao lado do projeto de assimilação. Porém, é preciso ser justo. Ao considerar como verdade que nunca houve um delineamento de coesão a partir do desenvolvimento dos congressos e conferências, seu projeto não era pensado nesses termos. DuBois não estava fundando um partido ou um Estado, muito menos seu propositos original Sylvester Williams, mas uma estrutura que se propunha a pensar a unidade negro-africana em um mundo de fragmentação, gerado pelo capitalismo e pela própria ação colonialista no continente africano.

Quando Geiss atribui ao romantismo de DuBois uma fraqueza na teorização racional e na liderança desses espaços, é possível perceber os elementos de crítica aos ideólogos nacionalistas que, via de regra, não eram grandes pensadores de seus elementos constitutivos. Na realidade, a abstração de todas essas identidades coletivas, por mais que se utilizem de história (e interpretações particularistas) para fundamentar-se, a unidade não é precedente, ela é o fim. DuBois parece consciente disso, pois:

[...] Esta Pan-Africa inclui a África, mas espiritualmente mais do que fisicamente; e, ao mesmo tempo, nesta escuridão exterior de pensamento e emoção, a própria África é sempre objetivo, centro e ideal vivo. (...) Certamente, o impulso à união veio e vem principalmente do exterior. A cristalização quase unânime da opinião pública mundial branca desencadeou, por suas próprias negações, em Pan-Africa um grande impulso em direção à unidade (DuBois, 1921, p. 1; 5).

Os elementos nacionalistas estão explícitos.

Os movimentos negros estavam atentos ao ordenamento do mundo. As duas Grandes Guerras produziram como produto final a quebra de vários paradigmas, inclusive o distanciamento entre cultura e política, no sentido de retirada do Estado da vida pública assim como o início da erosão do conceito de civilização e, em consequência, o de raça. Este também se tornou o problema dentro dos movimentos pan-africanistas.

A Conferência de 1945, realizada em Manchester, finalmente delineou o compromisso do movimento com a descolonização na África a partir dos Estados coloniais erigidos pela burocracia europeia. Os militantes negros da diáspora americana passaram a integrar as ações em direção às independências, pois passaram a conectar o sucesso dos países africanos aos seus, no sentido de compreensão de uma África consolidada, no imaginário destes intelectuais e militantes, como lar original, sob a forma de um internacionalismo socialista.

Desde o início do século XX, a radicalização de camadas negras era notória, em parte pelos efeitos gerados a partir da Revolução Russa de 1917, por outro lado, pelo crescimento expressivo dos partidos socialistas e as associações de classe em todo o globo. Sob liderança de George Padmore, o congresso pan-africanista de 1945, mudou de paradigma. Na realidade, ganhou um.

George Padmore, de Trinidad e Tobago tem uma história conhecida de militância nos quadros comunistas tanto nos Estados Unidos, como em Moscou, onde dirigiu o Escritório Negro do Profintern e edita o jornal *The Negro Worker*. Ao romper com o comunismo russo, entre 1933 e 1935, ele procura novas formas de militância política. O motivo da ruptura foi a dissolução do Comitê da União Internacional dos Trabalhadores Negros (*International Union Committee of Negro Workers*), órgão do Comintern, e pela alteração de posição oficial da URSS perante os impérios ocidentais da Grã-Bretanha e França colocando o problema da ascensão do fascismo alemão e italiano como questão prioritária passando, assim, a tolerar a questão colonial como forma de coexistência política.

Durante os anos 30, C. L. R. James era um dos membros da *Communist League*, uma corrente política que trabalhava na radicalização das camadas trabalhadoras e a transformação do *Independent Labour Party*, da Grã-Bretanha, em um partido político revolucionário. James era um dos membros mais ativos e reconhecidos pela produção literária que articulava as questões raciais e o capitalismo. Ele articulou a crise da Etiópia à questão colonial e ao marxismo conseguindo apoio dentro dos movimentos trotskista; assim, ele se posicionava duplamente nas críticas ao Estado Soviético que, então, estava sendo gerido por Stálin.

Nascimento (2002, p. 169) catalogou uma bibliografia diversificada que reflete as relações práticas entre militantes negros e os marxistas da época, traduzidas em livros diversos que foram editados a partir dos anos 60, período da descolonização, mas que são reflexo das relações estabelecidas entre os anos 20 e 30, indicando um acúmulo geracional dentro e fora do movimento pan-africanista. James Boggs, George Padmore, Richard Wright, C.R.L. James, Ronald Walters são citados em posições em que relatam seu desconforto, direta ou indiretamente, com os socialistas, especialmente este último que reclama do tratamento conferido ao negro que estaria em uma “degradação econômica, política, social e cultural, abaixo do nível das camadas mais exploradas das classes trabalhadoras” e que a luta negra possuiria uma “perspectiva política orgânica”, que não seria necessariamente dirigida pelo partido comunista ou pelo movimento operário organizado (James *apud* Nascimento, 2002, p. 187).

Outro negro marxista que denuncia o caráter racista dessas tentativas de homogeneização das classes trabalhadoras é Boggs; Nascimento se utiliza de duas passagens de seu livro *Black Power – A scientific concept whose time has come*, de 1968 (Boggs *apud* Nascimento, 2002, p. 182-183) para discutir a ideia de humanidade sem cor, amplamente difundida pelos setores marxistas e progressistas do mundo, assim como o compartilhamento de uma percepção sobre os trabalhadores brancos, que os conferia *status*, em semelhança da pequena burguesia da época de Marx. De acordo com Boggs (*apud* Nascimento, 2002), estes brancos pobres e outros que tiveram a oportunidade de algum tipo de ascensão social sistematicamente silenciaram as questões sobre o racismo a partir de uma relação de privilégio. Este seria o motivo central para esta posição, na qual os trabalhadores brancos eram beneficiados com a permanência da massa negra enquanto “trabalhadores desclassificados”.

A integração interpretada por Boggs (*apud* Nascimento, 2002) é definida como um guarda-chuva, que esconderia o caráter racista e antirrevolucionário de radicais americanos, que ao gerar colaboração entre raças, imobilizaria a luta de “negros oprimidos, contra os brancos opressores”. Tal interpretação traz a tônica central do debate de Nascimento a respeito dos marxistas. Em suas palavras: “o supremacismo branco é o mesmo em qualquer país onde a ‘civilização’ e o ‘humanismo’ europeu estejam presentes” (2002, p. 186). Existe um esforço do autor em demonstrar que o racismo é um problema mundial, problema esse continuamente operado por pessoas brancas independentemente de posição política ou de classe social.

Nascimento cita o trabalho de Wilson Record chamado “The Negro and the Communist Party”, de 1971, onde constam diversos depoimentos sobre a relação problemática entre pessoas e interesses pretos e africanos e o partido comunista, e também traz o depoimento de C. R. L. James (1971, p.185-186) em conversa com Padmore, no que seria a sua desilusão em relação ao partido comunista. James relata ter recebido de maneira surpresa, em sua residência em Londres, o amigo de infância com aparência descuidada, lhe contando que os líderes comunistas o pediram para direcionar sua propaganda ao ataque a Alemanha, Itália e Japão, deixando de lado suas críticas aos Estados Unidos, França e Inglaterra, os colocando como amigos do comunismo. Padmore retirou-se do partido se negando a dobrar-se diante do que chamavam de disciplina depois de ter argumentado que não poderia fazer tal coisa pela Inglaterra e França, que possuíam colônias africanas. Em seu argumento, os EUA eram reconhecidos à época como o país mais racista do mundo, contrariamente ao Japão, Itália e Alemanha que não estavam colonizando a África.

O autor brasileiro reitera a opinião de Ronald Walters, inscrita em seu livro *Marxist-Leninism and the black Revolution*, afirmando ser a mais perigosa lição da década de 1930, seja

a “esmagadora compreensão da traição e exploração da comunidade negra pela esquerda branca” (Nascimento, 2002, p. 26).

Antes de chegarmos nos amiúdes de 1945, o entre guerras foi um período fundamental no internacionalismo negro e nas definições descolonizadoras do mesmo.

A tentativa de invasão da Etiópia por parte de Mussolini em 1934 gerou um grande rebuliço público. Criaram-se vários comitês e iniciativas de suporte de cunho humanitário e propagandistas entre os Estados Unidos, Jamaica, Panamá, Barbados, Trinidad e Tobago em auxílio ao país africano. Essas iniciativas foram significativas dentro do escopo internacional, seduzindo a opinião pública para o problema africano e criando mais um elo militante entre a África e sua diáspora, especialmente entre a intelectualidade negra do período. Tanto George Padmore, quanto C.L.R. James estiveram à frente da criação de uma organização inserida no contexto de disputas pela soberania etíope, o *International African Friends of Ethiopia*, também conhecida como *International African Friends of Abyssinia*, que posteriormente deu origem ao *International African Service Bureau*, responsável pela produção de conhecimento anticolonial a partir de um ponto de vista que se auto nomeava internacional e africano.

A invasão da Etiópia reforçou as críticas às instâncias institucionais ocidentais e aumentou os debates sobre a soberania mundial e a necessidade de controle de políticas imperialistas. Para entendermos melhor o significado desses ocorridos e seus desdobramentos, é necessário ter em mente esta dimensão mítica que o cenário reviveu a partir das heranças religiosas deixadas pelo Etiopismo nas igrejas negras dos Estados Unidos e suas expressões culturais. A terra ancestral africana, relatada na bíblia, estava sendo atacada, ameaçada de sucumbir. Outra coisa importante a ser levada em consideração é o fato de a Etiópia ser membro da Liga das Nações, demonstrando as fragilidades e a inoperância do aparato institucional branco em frear avanços militares contra as populações africanas. A Itália estava invadindo um país soberano, resguardado por acordos internacionais. A tensão política também se instaurou entre os setores políticos no continente africano.

O teor racista do imperialismo começa a ressurgir nas críticas públicas em detrimento das construções anteriores que se baseavam na distinção entre bárbaros e civilizados. Esta dicotomia bárbaro/civilizado e o lugar da missão civilizatória do imperialismo europeu passaram a ser objetos de escrutínio público, transformando a Etiópia em uma espécie de terreno de consolidação dos interesses anticoloniais e pan-africanos, uma plataforma necessariamente internacionalista.

Essa passagem de compreensão da África enquanto paradigma (isto é, signo), para África enquanto pragmática (território) mudou o foco das lutas internacionais que ganharam

um cunho mais revolucionário, gerando uma reflexão mais profunda sobre o caráter moderno do continente africano, em suas próprias bases e realidades, e não mais enquanto um espaço vazio ou semivazio, passivo e aberto às engenharias intelectuais. Assim, a questão colonial é pautada por George Padmore e C.L.R. James (1936), na qual os pressupostos europeus não são eliminados, mas são categorizados de forma que as opiniões e pressupostos africanos tivessem uma relação moral e propositiva, contrária à exploração e ao imperialismo. Esse pensamento descolonizado teve uma ampla audiência e influência nas articulações políticas futuras sobre e para África. Novas lideranças assumiram o compromisso com o anticolonialismo de forma a compreendê-lo a partir de perspectivas interseccionais.

Eles seguiram apontando novos caminhos para a modernização do continente africano e os seus chamados costumes tribais; a ideia de progresso segue sendo um elemento fortíssimo nos discursos, produções intelectuais e práticas militantes, observando-se ainda o peso da cultura ocidental. Para George Padmore, o colonialismo funcionava enquanto uma força antimoderna, “um sistema de atraso social, retardando o desenvolvimento econômico da África, e o progresso cultural dos africanos” (Padmore, 1936, p. 387). Ambos produzem uma dialógica que busca ainda uma humanização das populações negro-africanas em termos de reprodução de práticas culturais particulares, mas também de projeção universalista. É interessante rubricar que essa guinada, reabrindo os caminhos para um debate mais institucional, tal qual DuBois já desejava com sua preocupação central com os legalismos ao redor da escravidão, que o mundo via surgir novas demandas por governos representativos onde o espaço público, já dotado de regulação e fiscalização, crescia em termos de burocracia e se consolidava enquanto sinônimo de estatal.

Debates e conceituações sobre formas de governo, gestão e governança entram em cena. Padmore chegou a definir que o seu ideal democrático enquanto um modelo parlamentar de inspiração soviética; todo este esforço vinha na direção de construir um “caminho do meio” para a África (Padmore, 1945).

Assim, a posição de que a modernidade africana só seria alcançada após o fim do racismo e do imperialismo, ganhava um novo “ismo” inimigo, o capitalismo. O congresso de 1945 é um recorte paradigmático na história do movimento, inclusive pela sua própria composição, agora majoritariamente negra. Segundo Abrahams: “Este Congresso, portanto, foi o mais representativo, ainda reunido por africanos e povos de ascendência africana, para planejar e trabalhar pela liquidação do imperialismo” (PadmoreA, 1947, p. 11, tradução nossa).

O congresso do ano de 1945 que recebeu nomes como, Sekou Touré, Julius Nyerere, Agostinho Neto, Maurice Bishop, Walter Rodney, René Depestre e, no entendimento de Moore,

esses e outros intelectuais já “havia transformado o pan-africanismo em uma correia de transmissão do comunismo” (2008, p. 240). O que acontece é que, conforme salienta Hobsbawm (2015, p. 134), a respeito do exemplo inglês no século XIX, “a fórmula mais importante para Marx para revolucionar a situação inglesa foi através da Irlanda, isto é, através dos meios indiretos de apoio à revolução colonial”. Após a revolução russa, que aconteceu fora do espaço tradicionalmente revolucionário (a Europa ocidental), essa discussão se reorientou para outros possíveis cenários de insurgência e, com a expansão do Imperialismo para o continente africano e asiático, esses espaços passaram a possuir um lugar de disputa, assumindo um “ponto de vista contrário, isto é, que as revoluções em países coloniais e atrasados, aconteceriam primeiro e elas mesmas revolucionariam as metrópoles” (Hobsbawm, 2015, p. 134). Em alguma medida, os países africanos passaram a ser instrumento, mas de forma alguma pode-se compreender que esses intelectuais estavam pensando de forma submissa, quando estavam reelaborando em termos científicos e modernos os significados do mundo social, contribuindo para as ciências sociais e para as novas lutas por liberdade em pleno uso de suas agências.

Mário Pinto de Andrade apresenta uma resolução sobre o tema da liberdade africana em conjugação com a falta dela na Europa na “era dos extremos”:

Mas ao lutar contra o colonialismo português, os nossos povos estão a dar a Portugal a melhor contribuição na sua luta contra o fascismo. Porque enquanto perdurar a estrutura colonial portuguesa é certo que o povo português correrá o risco de ser vítima de ditaduras fascistas (Andrade, 1990, p. 24).

Essa nova etapa do pan-africanismo, segundo Alvarado (2018), reflete inclusive uma passagem conceitual, na qual antes apareciam autogoverno e a *intelligentsia*, as novas palavras-chave substitutivas são “massas”, “povos”, “trabalhadores”, “intelectuais” e “camponeses”; aparecendo como novos sujeitos históricos cooperativos, que se ancoraram na possibilidade concreta das independências e da superação do imperialismo, as respostas formuladas pelo comunismo e pelas experiências socialistas (como a Comuna de Paris e a Revolução Russa) se tornaram instrumentos na teorização e é neste momento em que o pan-africanismo ganhou coesão conceitual.

De acordo com Lênin (1980, p. 657), o cooperativismo assumiria, no período de construção do socialismo, “uma importância verdadeiramente excepcional”, uma verdadeira arma anti-exploração. Assim que os exploradores fossem destituídos e os operários estivessem controlando o Estado e os meios de produção, somente restaria a tarefa de “cooperativar” o restante da população.

A hegemonia operária deveria ser inclusiva, sendo o cooperativismo fundamental na construção do socialismo enquanto caminho simples e acessível dos camponeses à nova ordem social disponível, criando mecanismos de participação na sociedade. O Estado aparece em Lênin como um apoiador financeiro dessas iniciativas, que deveria até mesmo premiar os camponeses cooperados, verificando sua conscientização e engajamento.

E mais uma vez o conceito de civilização é reinterpretado à luz da alfabetização e instrução. Transformando em dever a participação da população, as vantagens das cooperativas deveriam ser apreciadas de forma racionalista e, para tal, se tornaria necessário uma espécie de revolução cultural das massas, com amplas campanhas e investimentos na alfabetização. O cooperativismo, então, é usado para definir diferentes projetos sociais, econômicos e também políticos e na visão dos socialistas, era uma possibilidade de construção de autogoverno dos trabalhadores.

A questão que quero elucidar aqui é como aparecem as estratégias de autogoverno em Lênin em um sentido totalmente oposto ao anteriormente aplicado por frações conservadoras do pan-africanismo, que não necessariamente queriam a independência dos países africanos, mas a possibilidade das populações autóctones de geri-los. Se Marx debateu e apresentou propostas para autogestão que transgredisse a tomada de poder, levando em consideração a organização dos trabalhadores e da sociedade civil, já que a alienação é um problema central em sua obra, Lênin estava pondo em prática e a política soviética estava influenciando uma parte significativa dos intelectuais da época.

Em um contexto amplamente autoritário, os efeitos da segunda Guerra Mundial e a crescente racialização e segregação racial foram vistos como confirmação dos “presságios” de Garvey e DuBois. O próprio Padmore, preso em 1933 pela polícia nazista em Hamburgo, redigiu um texto reflexivo no jornal *Negro Worker* chamado “Fascist Terror against Negroes in Germany” (James, 1933), no qual estabelecia uma comparação entre a violência racista dos nazistas com o tratamento recebido pelos jovens negros por parte da polícia em Scottsboro.

O futuro ameaçado pela racialização do mundo agora responde enquanto problema gerado pela própria modernidade. O *Race first*, se tornara a bandeira que varreu parte da Europa, mas não por parte dos descendentes de africanos. A ideia de unidade africana, um imbricamento entre cultura, raça e território (continental) que fora construído a partir de uma igualdade geral da raça negra, passa a ser questionado pela sua capacidade política real de produzir a descolonização e pelos potenciais problemas que é a adoção de um paradigma exclusivamente racial enquanto bandeira de luta. Talvez o maior representante desta crítica seja Frantz Fanon, seguido por Kwame Nkrumah.

O signo da África passa a ser alvo de questões de um lado e ser reforçado de outro, a partir de outros recursos, que não podem mais ser exclusivamente raciais. A consciência racial, que estava fixada nas relações estabelecidas a partir do Atlântico, era fundamental para a libertação colonial, pois ela reposicionou o continente africano, tendo como ponto focal a luta de classes, a natureza do capitalismo e a maneira como estruturou-se a submissão de pessoas negras na história. C. R. L. James, por exemplo, estava propondo uma teoria para a Revolução Africana, centrada em seu território, sob a força das lutas populares.

James e Padmore não observavam o continente africano enquanto um local de atraso e absolutamente secundário na luta por sua libertação. O argumento de James ao escrever sobre os negros escravizados em Santo Domingo em “Jacobinos Negros” (2000) parte de uma observação, de um movimento completamente inserido na modernidade, assim como o proletariado europeu. Para ele, as *plantations* se assemelhavam às indústrias europeias em sua estrutura de produção e de opressão, desta forma, identificando nos negros do Caribe um levante proletário muito importante, que enfrentou e golpeou um dos maiores impérios do século, a França. Assim, as chances disto acontecer novamente eram iminentes. James estava repensando o lugar dos sujeitos históricos negro-africanos e sua condição na modernidade (James, 2000).

É importante ressaltar que essa mudança de posição dos intelectuais pan-africanistas da época, em sua maioria de origem diaspórica, se deu também a partir de um contato mais sistemático com estudantes oriundos do próprio continente africano. Quando esses estudantes passaram a frequentar as universidades ocidentais, especialmente as de Paris e Londres, sua percepção foi que a civilização ocidental, não era um modelo absoluto, tal qual era propagandeado e era ensinado nas colônias. É nesse ínterim, que a consciência racial desperta e as ideias de resgate cultural como forma de afirmação identitária, se estabelecem e tomam contornos mais concretos (Domingues, 2005); a Europa, em alguma medida, promoveu o encontro cultural, mais proeminente para o internacionalismo negro.

Há também um episódio relatado por James que ilustra como esse contato foi formativo em dupla direção. Em 1936, durante um debate ocorrido na sede do *West African Students Union*, a respeito das vantagens e desvantagens da cooperação e união entre africanos e caribenhos, James reconheceu que a partir das críticas sobre a arrogância intelectual dos diaspóricos e a “sua ignorância sobre as culturas ancestrais, (...) e sua cegueira para as vantagens da cooperação mútua” (The Keys, 1936, p. 16), especialmente ao imitar o comportamento dos brancos “gradualmente eu comecei a formar, na Inglaterra, uma concepção do povo negro, que eu não possuía quando eu deixei o Caribe” (James, 2000, p. 69). Os estudantes africanos sinalizavam para a importância da quebra de um sistema educacional, profundamente anti-

africano, que se transformava em uma propaganda contrária aos interesses da África necessitando-se que os caribenhos restabelecessem “contatos com a civilização, com a qual eles possuem raízes” (The Keys, 1936, p. 16).

Assim, a conclusão geral do Congresso de 1945 foi a adesão ao socialismo (Nkrumah, 1973), porém:

A veia marxista é outro campo de teorização, não é uma repetição ou uma simples adoção da leitura marxista hegemônica na década de 1930, pelo contrário é um campo que articula a centralidade histórica do negro no desdobramento histórico do capitalismo e que, a partir do aparelho teórico do marxismo, cria uma escola interpretativa do desdobramento capitalista e seus fenômenos, analisando processos marginalizados pela escola marxista hegemônica (Alvarado, 2018, p. 246).

Desta maneira, os estudantes, intelectuais e trabalhadores presentes estavam criticamente dispostos a operar posições contrárias à modernidade ocidental, representada pelo capitalismo, imperialismo e colonialismo. Mas também propunham uma crítica às limitações soviéticas, especialmente no que diz respeito às questões raciais. O lugar dos intelectuais do socialismo africano é fruto do desdobramento dessas ideias, primeiramente vociferadas por George Padmore e C. R. L. James.

Curiosamente, existem discordâncias interpretativas a respeito do desenvolvimento das ideias pan-africanistas e seus entendimentos a respeito de raça. Conforme Scherer (2016), Kwame Nkrumah se esforçou em distinguir pan-africanismo de um “pan-negrismo”. No discurso de abertura do encontro, no qual foi fundada a Organização da Unidade Africana (OUA) em maio de 1963, Nkrumah destacou a necessidade da criação de laços de solidariedade política, e a unificação política continental, independentemente de sua composição racial. O autor segue assinalando que a posição de Nkrumah, que pertencia a um grupo identificado como esquerda, chamado de Casablanca (1961) composto pelos países Gana, Guiné, Egito, Líbia, Mali, Marrocos e parte da Argélia, que teve origem no congresso pan-africano de Manchester, em 1945, e no de Acra. O autor dá a entender que esse pan-negrismo poderia ser associado ao grupo Monróvia (1962), uma espécie de direita africana composta pela Libéria, Serra Leoa, Nigéria, Congo, Costa do Marfim, República Centro-Africana, Chade, Madagascar, Camarões e países de colonização francesa.

Contudo, o chamado “pan-negrismo” poderia ser melhor associado ao grupo de nacionalistas negros que não estavam representando governos, mas sim a sociedade civil, também chamado de linha de Bandung (1955), ou terceira via, que segundo Moore (2002) foi trazida pelos países afro-asiáticos recém-independentes, consistindo na “elaboração de uma política exterior de ‘não-alinhamento’ e de ‘neutralismo positivo’ entre o comunismo e o capitalismo”, na qual consolidou-se a doutrina do Terceiro Mundo, na qual Abdias Nascimento,

Patrice Lumumba, Cheik Anta Diop, Malcolm X, Steve Biko, figuram, e que nem sequer é citado neste artigo. Scherer (2016) insiste em homogeneizar os países colonizados pela França, quase em uma tentativa de acusação ao fracasso de muitas aspirações africanas, e a abertura a balcanização da África ao segmento de moderados e aos componentes do movimento *Négritude*, que tinha um presidente da república como representante, Senghor no Senegal.

Como é possível observar, os grupos são nomeados conforme as linhas adotadas em cada um desses congressos ou espaços de deliberação política, o que revela uma pluralidade que não facilita em nada o trabalho do teorizador.

É neste momento em que as categorias negro e africano passam a ter significações diferentes, e a serem trabalhadas de formas distintas. Uma das soluções conjecturadas foi a flexão *negro-africano* (grifo meu), uma alternativa às afirmações essencialistas raciais, sem abandonar o significado sociológico de raça. A cultura eleva-se enquanto conceito de interpretação de *modus vivendi*, sem hierarquias e não mais como características distintivas associadas à noção de civilização eurocêntrica. A outra solução foi a adoção exclusiva do conceito *africano* (grifo meu) que se ancorava ao conceito de civilização, mas como características culturais e morais coletivamente compartilhadas, sem o uso de recurso racista considerando-o desnecessário. A solução para os problemas dos africanos se torna a revitalização de suas culturas ancestrais, modernizando-as.

Nesse sentido, por último, demonstrarei como esses dois conceitos, herdeiros do nacionalismo de tipo pan-africanista do século XIX, seguiram modernizando-se frente aos desafios da segunda metade do século XX. Veremos suas expressões a partir de um político e intelectual selecionado: Mário Pinto de Andrade.

4.2 A lente de Mário Pinto de Andrade

O eixo de articulação e análise da obra de Mário Pinto de Andrade se dará ao redor da categoria negro-africana mobilizada por ele. Neste sentido, recuperamos uma parte significativa da história do movimento autodenominado pan-africanista para demonstrar como os desafios do mundo moderno seguem informando a produção intelectual de pessoas negras e as influenciando mutuamente. Por uma questão de acesso à informação, não será possível exaurir toda sua obra.

Mário Pinto de Andrade foi um angolano e um dos fundadores do principal partido do país, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e o primeiro sociólogo de

Angola. Inserido tanto no debate pan-africanista quanto no movimento *Négritude*, este é o primeiro nome que figura o cenário de língua portuguesa deste trabalho. Como já foi dito, a anterioridade do pensamento intelectual nacionalista negro, do tipo pan-africanista, é rastreável entre falantes de língua inglesa no espaço concebido por Atlântico Negro, porém, sua consciência é perceptível por toda diáspora americana. É inegável seu grau de espalhamento global dada as próprias condições internacionais do mundo nos séculos XIX e XX, especialmente este último. O trânsito de ideias e pessoas é notável neste período.

Verela e Pereira (2020, p. 13), em seu trabalho sobre a imprensa negra editada em Lisboa, demonstram como foi proporcionado aos leitores um amplo aspecto de notícias e um acompanhamento do movimento negro no mundo no início dos anos 1900. Com especial atenção aos acontecimentos no território estadunidense, eles também escreveram sobre os avanços sociais da comunidade negra, celebrando Booker T. Washington e W.E.B. DuBois. O caso do Brasil também estampava suas manchetes; os autores citam a capa número um do jornal *O Negro* de 1911 falando sobre a Revolta da Chibata, denunciando as barbaridades das autoridades brasileiras, conhecendo, inclusive, o nome de João Cândido. Em 1922, o *Correio de África* dedicou um artigo ilustrado com um retrato do ativista abolicionista José do Patrocínio e na primeira página do jornal *Mocidade Africana*, do ano de 1932, comemorava-se a criação da Frente Negra Brasileira, demonstrando solidariedade internacional e “testemunham o vigor de um movimento pan-africanista que se afirmava a nível mundial”.

Nosso autor, Pinto de Andrade, demonstra uma erudição no tema, evidenciando uma ação militante reflexiva. Em seus trabalhos, alguns estereótipos construídos *a posteriori* a respeito da diferença da colonização portuguesa, da inglesa e da militância negra em territórios colonizados por Portugal são desconstruídos, especialmente no que diz respeito à Angola. Frente ao nacionalismo português desenvolvido no século XX a partir da década de 50, pode-se observar seu olhar para Gilberto Freyre, sociólogo pernambucano, como uma de suas principais sementes. Por mais que o Brasil já tenha alcançado sua independência, os processos de construção nacional de ambos países passaram por construtos semelhantes ao redor de raça e racismo. Em seu artigo “O mundo que o português criou” de 1940, Freyre alarga seu campo de pesquisa do Brasil para todas as regiões lusófonas, afirmando que “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem uma unidade de sentimentos e de cultura” (1940, p. 42).

O mundo luso-tropical, uma categoria de entendimento de toda essa “transterritorialidade”, por mais falacioso que pareça, ainda replicou-se em uma proposta epistemológica, a lusotropicologia. Devendo ser incluída nos currículos universitários, Freyre

propôs o estudo do “modo português de estar e se relacionar nos trópicos” cuja a nova investigação de natureza multidisciplinar deveriam especializar-se “na análise e na interpretação do conjunto lusotropical de cultura” (Castelo, 2011, p. 268-269). Já em 1955, Mário Pinto questionava essa ideia. Em seu artigo publicado no “*Présence Africaine*” intitulado “*Qu'est-ce que le luso-tropicalismo?*”, o autor salienta que o sistema cultural proposto por Freyre é viciado desde sua base “pela sua própria fragilidade em considerar o funcionamento do aparelho colonial como sendo principalmente um domínio de exploração econômica dirigido por um poder político” (Fele, 1955, p. 34, tradução nossa). Além disso, o autor logo localiza as fragilidades históricas da teoria freyriana, nas quais ocorrem vários extrapolações interpretativos do presente para o passado, sendo necessário uma revisão histórica sistemática de seu trabalho. A miscigenação nem se quer é interpretada pelo angolano como uma especificidade; lúcido diante do que seria qualquer sistema econômico, cuja base social se dava sob o controle direto sobre o corpo de pessoas e que o próprio Freyre admite dizendo não ser possível conceber a escravidão sem perversidade sexual, Pinto de Andrade chama atenção para o fato do número reduzido de mulheres brancas disponíveis; assim, a miscigenação jamais poderia ser concebida como uma característica política moralmente superior. Ele explica:

Segregação e assimilação são formas políticas através das quais a colonização garante os seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados. Trata-se de manter uma barreira entre os níveis de vida das duas populações e de evitar que a direção político-econômica seja disputada contra o europeu. Contudo, a assimilação e a segregação assumem formas diversas segundo características históricas, demográficas e econômicas do complexo colonial (...) Portugal é demasiado pobre pela sua demografia e recursos metropolitanos para que a segregação possa obter resultados nas suas colônias da África a não ser pela limitação sistemática da ascensão social dos autóctones e pelo sacrifício de uma parte do branco. Os compromissos são difíceis de evitar nos meios pobres. No Brasil e nas colônias africanas via-se por vezes o português aceitar cumprir tarefas que os outros europeus consideravam indignas de branco (Fele, 1955, p. 24, tradução nossa).

Em alguma medida, todas as potências imperiais articularam seus nacionalismos com a sua presença nas colônias africanas, confirmando seu lugar no mundo e seu gênio particular civilizador, porém Portugal tem algumas nuances que foram potencializadas pela passagem de uma ditadura fascista no início dos anos 30, do século XX. As colônias portuguesas eram chamadas de território ultramarino e sob *slogan* “Portugal uno e indivisível, do Minho a Timor”, o Império português constituiu-se enquanto totalidade que posteriormente aliado às ideias de luso-tropicalismo podia ser compreendido em “contraponto aos ‘maus’ nacionalismos, fechados, etnocêntricos e xenófobos. O nacionalismo português reivindica-se integrador e universalista (logo, benigno)” (Castelo, 2011, p. 278).

Portanto, a posição do angolano frente a necessidade de afirmação da linha racial pode ser compreendida a partir da necessidade de resposta a uma ideologia negacionista de Estado que se tornava o principal obstáculo na obtenção da independência nacional e do exercício da cidadania plena. Enquanto no ano de 1960 dezesseis países africanos conquistaram sua independência política, os territórios ultramarinos portugueses mantinham-se dominados. Esse tipo de colonialismo ficou conhecido como “colonialismo tardio”, evidenciando as dificuldades relacionadas ao domínio de Portugal.

Mário Pinto articula política e cultura em defesa do conceito negro-africano. Para ele, além da importância de incluir a experiência da diáspora africana no cabedal civilizatório africano e da promoção de uma identidade afirmativa, o problema do intelectual negro do século XX, já que sua vocação é “situar os problemas essenciais de seu tempo”, se organizava em dois sentidos: pelo condicionamento político das culturas e pessoas negras e, em suas palavras, da importância em averiguar as “possibilidades duma renascença dos valores culturais negros e sua integração no patrimônio universal” (Andrade, 1958, p. 42; Andrade, 1990, p. 11).

Em seu esquema conceitual há uma ruptura, uma quebra histórica com o passado que não é irreparável, mas que também não pode ser retomado em absoluto. Essa temporalidade faz com que o conflito colonial se situe no centro do problema e, especificamente nas colônias portuguesas e em seu próprio país natal, a descolonização oficial não seria suficiente diante do quadro de “assimilados” produzidos pelos portugueses que eram organizados ideologicamente junto à política dominante do luso-tropicalismo e pelo trabalho do colonialismo de interrupção da construção das memórias coletivas. O sociólogo identifica um hiato entre o passado e o presente das culturas negras, que seria mais aparente do que real, mas que é politicamente relevante. Para ele, o projeto de “assimilação espiritual” teria um centro de ação organizado necessariamente ao redor da ideia de superioridade cultural branco-europeia que transforma as populações negras em consumidoras de cultura; então, além de definir o lugar do intelectual, ele define o papel do literato (especialmente do poeta) sendo este reconstrutor de uma cultura genuína, verdadeiramente conectada aos valores culturais das populações autóctones (Andrade, 1961, p. 57).

Mário Pinto faz apelos nacionalistas típicos e, demonstrando toda sua erudição, conecta suas ideias aos novos conhecimentos adquiridos pela antropologia. A ampla utilização do conceito situação colonial, citando nominalmente o antropólogo francês Georges Balandier, um dos fundadores da sociologia africana moderna, se dá de forma que subscreve a visão dos historiadores do nacionalismo e seu critério de definição enquanto identidade coletiva e ideologia cultural, a partir do relacionamento com o Estado moderno. A visão de Mário Pinto

é que a situação colonial, como uma especificidade de relação de cunho político-cultural, era a condição primordial de descolonização, ao mesmo tempo em que propõe uma revisão das fronteiras herdadas do colonialismo. O nacionalismo, então, desenvolve-se, para ele, como em um arranjo semi-evolucionista, no qual a unidade (ou universalidade) é um valor fundamental caracterizável, observado nos territórios ultramarinos a partir dos anos 1930, isto é, período de centralização do poder nas mãos do ditador fascista português e de desenvolvimento das estruturas burocráticas em Angola. Por mais que não se possa conceber o conceito e termo Estado moderno antes das independências dos países africanos, pode-se falar de uma burocracia, principalmente de cunho legalista, que passou a organizar a vida das pessoas em termos sociais e políticos, incluindo a regulamentação do trabalho, a organização tributária e a instituição de forças policiais (Isaacman e Vansina, 2010; Davidson, Isaacman, Pélissier, 2010).

O sociólogo angolano chama atenção para o papel de dois tipos de elite no desenvolvimento do protonacionalismo e do nacionalismo, interpretados por Kagibanga como “dupla ruptura histórico-processual” (Kagibanga, 1997/1998, p. 296) em um período identificado entre 1911 e 1961. Ao identificar os conflitos e as diferentes posições das organizações de estudantes das diversas colônias portuguesas (com especial atenção a São Tomé e Príncipe a quem deve-se, segundo ele, o primeiro impulso associativo), Pinto de Andrade destaca o engajamento dos mesmos nas mídias e no jornalismo e para o território metropolitano que, segundo ele, tinha ares favoráveis à liberdade de expressão pela ascensão da república. Duas organizações estabelecidas no território de Portugal, a Liga Africana e o Movimento Nacionalista Africano, nos interessam.

Os dirigentes da Liga Africana, uma junção de agremiações de caráter civil fundada em 1920 em Portugal por indivíduos da “raça africana” reunidos sob ideais liberais e reformistas, participaram de alguns dos principais eventos internacionais pan-africanistas, Magalhães e Nicolau dos Santos Pinto representaram sua organização no II Congresso Pan-africano de 1921. DuBois chegou a referir-se a um grupo dessa geração, como a sessão de Lisboa do terceiro congresso, que ainda se realizaria, e se encontrou com os mesmos no ano de 1923. Porém, Mário Pinto de Andrade afirmou que a identificação desta sessão foi um equívoco (Andrade, 2000, p. 173). Independentemente das versões, os esforços para um maior entrosamento dos movimentos e das ideias é visível.

Existem algumas nuances conceituais elaboradas pelas duas associações, que foram apreciadas pelo sociólogo angolano. Em primeiro lugar, ele consegue distinguir os sujeitos operativos do discurso e destinatários das reivindicações: há um “sujeito-raça” e um sujeito

“povos africanos”. Assim, os pertencentes da Liga declaram-se como “indivíduos da raça africana”, enquanto que os componentes do Partido são “indígenas das cinco províncias da África portuguesa” (Andrade, 1990, p. 13). Nesse sentido, as auto designações refletem as posições em disputa que estavam disponíveis no cenário europeu, emanadas das construções intelectuais de sujeitos atlânticos. No momento da união das duas associações, transformando-se em Movimento Nacionalista Africano, há um favorecimento da palavra africano. O próprio Pinto de Andrade em seu diagnóstico sobre o desenvolvimento do nacionalismo angolano identifica em DuBois e em Marcus Garvey as “bases ideológicas” do movimento (1990, p. 10). Para diferenciar tais bases, ele as denomina de pan-africanismo e pan-negrismo, respectivamente. Esse pan-negrismo pode ser visto em sinônimo de nacionalismo negro, enquanto que a palavra pan-africanismo aqui demarca uma expressão-marca das ideias circulantes nos congressos dirigidos por DuBois.

Esses movimentos não estavam exclusivamente sob influência do “estrangeiro”. As organizações estabelecidas em Lisboa e seus respectivos veículos de imprensa tinham sua contraparte no território colonial; os movimentos nativistas, como são chamados, compostos por uma elite representativa de uma pequena burguesia rural e urbana e profissionais urbanos também se organizavam e reivindicavam uma maior autonomia política. Nesta altura, como foi dito anteriormente, os nativistas eram chamados de crioulos. As ideias de ambas as associações e organizações em Angola e em Portugal concebiam-se nessa fase protonacionalista, segundo Pinto de Andrade, enquanto componentes de um Portugal-Maior, um espaço hipotético que irá tomar contornos específicos conforme a ideologia do lusotropicalismo posteriormente erigida pelo Estado Novo português.

Mário Pinto de Andrade (1997), assim como os historiadores do nacionalismo, dá grande destaque para os aparelhos de Estado metropolitano disponíveis na formação social e intelectual das pessoas, chamados por ele de aparelhos ideológicos dominantes que incluem os componentes das Forças Armadas portuguesas. Essas pessoas auto intitulam-se como a “classe mais instruída e ilustrada da raça negra”, responsáveis por fazer “triunfar as reivindicações da raça escravizada”. Estes ideólogos, como diz o sociólogo, responsáveis pela universalização do discurso de raça, situam-se em uma relação de exterioridade em relação aos outros, em especial aos demais indígenas africanos, pessoas pelas quais o Império português permanecia em responsabilidade de instruir e civilizar.

Na medida da comparação, estas pessoas estavam interessadas na extinção da “linha de cor” estabelecida pelos estatutos e regimentos coloniais, além de desafiar os preconceitos disponíveis da época sobre a inferioridade natural de pessoas pretas. Entretanto, as variações

de ponto de vista eram notórias e de certa forma espelhavam os conflitos ao redor da cena negra.

O Partido Nacional Africano, ou PNA, afirmava-se enquanto um dos porta-vozes contrários às leis de exceção e prezava quanto seu objetivo a colaboração com os organismos negros de todo mundo, não aceitando adesão de membros brancos. Já a Liga Africana vinha em uma outra linha e entendimento de colaboração, possuindo uma composição mais diversa.

O PNA possuía uma lógica mais radical de autodeterminação racial.

(...) [o Partido Nacional Africano] é absolutamente estranho aos partidos da metrópole adverso a todos os organismos, que, dizendo-se embora africanos ou indígenas, pela sua conduta ou pela sua composição heterogénea não se integram no espírito da dolorosa tragédia histórica da raça negra. É porque o P.N.A., intérprete fiel da Raça Africana de Portugal, entende que a grande obra de emancipação material e moral dos africanos, tem de ser, só pode ser, há-de ser, na verdade, a sua própria obra. (...) Por isso não consente o P.N.A que no seio das organizações indígenas suas componentes, se intrometam elementos estranhos à raça autóctone de África (...) (O Protesto Indígena, 1921, n.1, p.1 *apud* Verela, Pereira, 2020, p. 15-16).

As duas posições, uma mais independente e outra mais legalista, demonstram, segundo Pinto de Andrade, suas influências, com ênfase na figura de Marcus Garvey, que irá ressurgir como figura-chave de inspiração na fase nacionalista do movimento pelo seu apelo de massas (Andrade, 2000). As polêmicas e as incriminações públicas eram frequentes entre os dirigentes e membros das organizações. Verela e Pereira (2020) citam que o Congresso Pan-Africano de 1921 também foi palco das mútuas acusações. Delegados do PNA denunciaram os delegados da Liga por terem negado durante o evento a falta de direitos dos negros nas colônias. E, por outro lado, o Correio de África, uma das revistas da cena negra metropolitana, compara João de Castro com o líder da UNIA: “Dizendo-se revolucionário e pretendendo chefiar uma tendência extremista no movimento africano, a sua política tem sido dissolvente e bolchevista. É um Marcus Garvey de contrabando” (Correio da África, 1921, n. 13, p. 1 Verela, Pereira, 2020).

Por conseguinte, ressalto que alguns outros elementos precisam ser evidenciados aqui. Em primeiro lugar, no período anterior ao compreendido, isto é, início do século XX, não havia em Portugal nenhum movimento abolicionista, como já acontecia na Inglaterra e na França, e os abolicionistas do país não o faziam em articulação com a eliminação do racismo. Podemos, assim, concordar com Verela e Pereira (2020) que o primeiro movimento antirracista neste cenário surgiu com a geração negra de 1911-1933 constituída em Portugal, de orientação abertamente pan-africanista. Tinham uma bandeira antidiscriminação e organizavam-se sob o signo da África.

Em segundo lugar, além das divergências de estratégias, a comunidade imaginada africana estava na ordem do dia, entre intitulados protonacionalistas falantes de português. Até a década de 30, do início do século passado, onze foram os jornais lançados pela comunidade africana residente na metrópole portuguesa, seus nomes eram: *O Negro* (1911); *A Voz D'Africa* (1912-1913 e 1927-1930); *Tribuna D'Africa* (1913 e 1931-1932); *O Eco D'Africa* (1914-1915); *Portugal Novo* (1915); *A Nova Pátria* (1916-1918); *O Protesto Indígena* (1921); *Correio De África* (1921-1923 e 1924); *A Mocidade Africana* (1930-1932); *Africa Magazine* (1932); e *Africa* (1931 e 1932-1933). É evidente o signo da África para os membros dessa elite intelectual. Também são notórias as articulações entre raça e civilização/nação e cultura disponíveis nesses periódicos, bem como nos projetos delineados pelas associações. A agenda de inclusão do elemento negro-africano ao Império de Portugal disponibilizou um tipo de debate que enfatizou a ideia de cultura enquanto elemento civilizatório associado ao progresso, ou seja, branco ocidental; assim a nação portuguesa, diversa racialmente, deveria ser tolerante.

Em terceiro lugar, nesses círculos de elite, há pouco ou quase nenhum apelo a identidades étnicas; mesmo entre os nativistas, os novos assimilados, signatários de sua criouldade que consolidaram o processo de letramento de línguas orais tradicionais, com fins de afirmação identitária negra, as afirmações étnicas são absolutamente raras chegando ao ponto de serem irrelevantes.

O nativismo, enquanto característica, reclamava pela visibilidade de um grupo heterogêneo, mas que existia desde o início da ocupação efetiva do território pelos europeus. Nesse processo de construção de uma identidade, estabelecia-se uma bolha que não se identificava diretamente com os portugueses, nem com a população autóctone no geral, mantendo uma relação de ambiguidade com o poder colonial. Ambiguidade no sentido em se apropriar de alguns segmentos da cultura europeia ao mesmo tempo que os reelaborava, a partir de suas aspirações e *background* cultural. Este movimento nunca pretendeu qualquer ruptura com o governo metropolitano português, mas os nativistas delinearam várias estratégias para manutenção de seu lugar e *status* social (Morgado, 2011).

Composta por elementos classificados como assimilados a partir de uma justificação jurídica e enquanto uma classe média que dispunha de “modernos meios econômicos”, esses grupos são identificados como pessoas que aceitaram “a lei comum, principalmente em matéria de propriedade e família” (Moreira, 1956, p. 44-45); porém, sendo transcritos enquanto grupos unitários (fato esse que serviria para a preparação do terreno para o surgimento do sentimento nacionalista), os conflitos entre diferentes setores nativos que dispunham desse lugar se

evidenciam principalmente pelo viés econômico. Portugal, desde meados do século XIX, tentava delinear estratégias para retirada dos africanos do “meio do caminho” das suas linhas comerciais, os desconectado do comércio mundial, tentando substituí-los em seus entrepostos do continente.

Entretanto nos fins do século, mesmo com o declínio do comércio de pessoas e o crescimento da exportação de produtos agrícolas, esses crioulos passaram a adquirir uma posição de maior autonomia frente aos portugueses, fato que os tornou desinteressantes para o poder colonial. Eles gozavam do *status* de civilizados, especialmente pela característica da miscigenação racial, e viram através da instauração dos novos estatutos uma tensão que lhes era imposta: se eles se submetessem aos processos legais para garantir sua carta de assimilados, isto seria semelhante a um rebaixamento moral, já que eram reconhecidos enquanto cidadãos portugueses nascidos em território africano. Esta elite agora estava submetida a todas as formas de discriminação como qualquer outro nativo, o direito era abertamente racista e isso os fez questionar seu lugar na sociedade, mesmo tendo rompido barreiras econômicas e sociais anteriormente lhes impostas. Agora tinham que atravessar um outro mar burocrático para aquisição do seu lugar enquanto assimilado.

O processo de assimilação foi um elemento de desestruturação, não apenas dessas elites crioulas já estabelecidas, mas também dos grupos étnicos angolanos, como demonstra Nascimento (2013), por meio da expansão da ocupação portuguesa no território, especialmente pelo crescimento das zonas de cultivo propiciadas pela expansão ferroviária e das missões cristãs no interior do território. Se antes os antigos assimilados estavam concentrados, principalmente na capital Luanda, agora os novos assimilados vinham de diferentes partes do território e recebiam uma educação a fim de se tornarem “bons portugueses”.

Segundo Diop (2010, p. 75-76), desde 1933, o ministro das colônias, Armando Monteiro, sublinhou a importância social das colônias e sugeriu a transferência massiva dos proletários brancos desempregados na Europa, rumo ao continente africano a fim de poupar “as metrópoles da contestação operária” e pela mesma via assegurar o “branqueamento da África portuguesa”. Esta política de imigração foi atravessada pela pobreza dos colonos, desprovidos de conhecimentos técnicos e de capitais. Sem condições reais de sobreviver por si mesmos, a solução desenvolvida por eles foi a ultra exploração da população autóctone e bloquear o acesso destes africanos aos escritórios e atividades administrativas. Pinto de Andrade já havia feito esse diagnóstico da ocupação portuguesa no século XX, o demonstramos no início desta seção. Assim a situação colonial estava potencializando e criando barreiras sociais baseadas na cor da pele.

Nascimento (2013) também demonstra como uma das estratégias estabelecidas por esses crioulos foi o estabelecimento em Lisboa da Liga Nacional Africana. Composta por famílias com algum grau de ascensão, a organização tinha como objetivo propiciar algum grau de proteção social a esta parcela da população e, por esse motivo, guardaram certa distância dos demais assuntos angolanos. Eles tinham esperança na promoção social a partir do engajamento no funcionalismo público.

Nessa breve história sobre os assimilados angolanos, evidencia-se que as clivagens sociais angolanas se transportaram para solo metropolitano que rapidamente organizaram-se em justificativas ideológicas disponíveis para os pretos na Europa. Porém, seu lugar enquanto assimilados, ou seja, desenraizados, na leitura de Pinto de Andrade (1997), impedia o desenvolvimento de um nacionalismo pleno capaz de responder de forma eficiente as discriminações raciais. Suas contradições se exprimiam, inclusive, sobre o problema de localização de identidade.

Esta questão não pode se resolver de maneira tão simples. Em primeira instância, a colonização, além dos males gerados e identificados pelo sociólogo angolano foi a força capaz de transferir elementos modernizantes para esta parte do território africano; isto é, burocracia formal, sistema educacional, desenvolvimento capitalista, no sentido de produção do exacerbamento dos conflitos de classes, e identidade coletiva. A consciência racial e a sua universalidade não são elementos componentes estruturantes das culturas tradicionais africanas.

Nesse sentido, a produção intelectual de Pinto de Andrade revela “um grão autobiográfico” e uma forma de militância justificativa de suas posições tomadas (Bonavena, 2000, p. 181). A real ambiguidade que ele acusa ser característica exclusivamente dos protonacionalistas exprime-se como a dupla consciência, formulada por DuBois, e estava contida em quase toda produção pan-africanista engajada. Se a situação colonial funcionava como espaço territorial limitado que produzia desafios específicos relativos à população africana autóctone, há o correlato dessa situação em todo mapa de distribuição dos negros à assimilação tratada aqui não como uma categoria exclusivamente jurídica, mas uma condição de existência negativa, deletéria e humanamente limitante, já que seu pontapé inicial é a condição de superioridade moral dos povos europeus frente aos demais (Andrade, 2000, p. 41).

Então, a adoção da categoria negro-africano funciona como uma formulação de identificação de sujeitos em reflexão aos conceitos mestres, raça e civilização ocidentais, que orientam a prática colonial desde o século XIX. Neste sentido, o assimilado não é um problema por sua adesão a valores, conceitos e ideias europeias, sendo notório o mesmo movimento por

parte dos “radicais”: o problema proposto é a adesão à ordem social dominante explicitada pela questão da identidade.

A questão do nacionalismo, isto é, a forma como as comunidades se imaginam, sendo transformada em elemento de civilização e progresso, torna-se em uma grande normatividade mesmo para os africanos, cuja nacionalidade (para maioria da população) é negada. Os pertencimentos de povo, além de terem sido deteriorados e transformados com a ação colonial, a essa altura são insuficientes, mesmo diante da linha wilsoniana da autodeterminação dos povos.

Nesta mesma direção, as nações que se desenvolviam plenamente em impérios, se constituíam como civilização na mesma medida. Pertencer a um país, graças aos meandros do nacionalismo oficial, significava pertencer a uma civilização específica cujo os códigos compartilhados eram claramente classificados em parâmetros raciais, possuindo significados específicos para as populações colonizadas.

Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui, o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais (Elias, 1990, p. 23). De acordo com Norbert Elias (1990), além do conceito ser uma marca histórica formadora do Ocidente como um todo, há a necessidade de explicar algumas diferenciações estabelecidas que surgiram especificamente no contexto político do século XVIII.

O sociólogo explica que, entre franceses e ingleses, a ideia de civilização abarcava uma espécie de orgulho e reconhecimento da importância da contribuição que essas nações tinham oferecido a toda humanidade. Seu sentido universalizante é menos centrado na diferenciação nacional. Isto se dá, como foi dito anteriormente no capítulo de revisão bibliográfica, pelo sentido de nação-império que se erguia enquanto capacidade de um povo sedimentar um Estado e também a partir da compreensão do nacionalismo revolucionário e seu paradigma de pertencimento, com base na cidadania. Nesta altura, os pequenos povos foram anexados aos grandes, sendo esta a história da França e da Inglaterra, concebidas originalmente a partir do amalgamamento de povos. Por sua vez, para os alemães, o entendimento de civilização passava por um ideal de distinção interna, já que uma classe especificamente a aristocracia cortesã, almejava imitar a elite francesa em modos e fazeres, diferenciando-se do restante da população.

A imitação e valorização da conduta francesa compunha, então, uma barreira social que, segundo Moura (2009), se explicitava mormente e com significados específicos entre esta aristocracia e as classes médias que se constituíam. A classe média rechaçava os ideais limitantes desta elite tradicional que incluíam sua exclusão dos negócios de Estado.

Esta inferioridade estabelecida posteriormente serviria de elemento fundamental de alteração da ordem social. Esta classe média buscou recuperar a autoestima “nacional” e suplantou esta aristocracia imitativa, valorizando elementos especificamente alemães. Elias entende que em relação ao conceito de civilização francês e inglês, a categoria alemã que mais exprime esta ideia em seu vocabulário é o conceito de *Kultur*.

Assim, civilização ou *Kultur* explicitam uma ideia de singularidade. Edward Blyden foi capaz de identificar as formas modernas de associação, de pessoas que emergiam quando propôs o conceito mestre de grande parte da ideologia elaborada por nacionalistas negros, pan-africanistas e nacionalistas africanos, o *African personality*.

Este debate é frequentemente omitido da teoria social e no arcabouço ideológico do *nation-ness* africano pós-independência, por nitidamente caracterizar um problema das ciências sociais desde que ela e os próprios nacionalismos oficiais estabeleceram: somente os ocidentais tem legitimidade de estabelecer ideias universalistas. Por mais que estes intelectuais e ideólogos negros estejam antenados à ciência que se estabelecia na Europa, a sua criatividade de abordagem quase sempre é ignorada, setorizando-os em subcategorias.

O termo negro-africano então, em Mário Pinto de Andrade, concebe-se como conceito similar de civilização e *Kultur*. Enquanto DuBois utilizava a querela alemã supracitada como artifício teórico para conceber o lugar do negro nos Estados Unidos e, em alguma medida, em todo lugar, já que a escravidão não apenas transformou o negro em categoria econômica, como também estabeleceu as novas bases da economia mundial. O sociólogo angolano articula esta categoria que parece espelhar o conceito de *Négritude* francês e recria um espaço-tempo civilizatório.

Mário Pinto de Andrade não chegou a terminar a obra “As Origens do Nacionalismo africano” (1997), deixando poucas evidências sobre o que pensava ser relevante sobre o desenvolvimento do nacionalismo angolano e os demais. Em seu artigo de 1990 nominado “As Ordens do Discurso do ‘Clamor Africano’: continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário”, ele reflete sobre o momento da ruptura entre os dois processos, além da importância que conferiu às práticas organizacionais e à luta armada. Em sua análise, este fenômeno não pode ser individualizado no universo de domínio português. Nesse sentido, os nacionalismos de todas as colônias portuguesas, são mutuamente tributários uns dos outros e, ao formular um inimigo coletivo, o colonialismo português põe em *locus* a luta revolucionária. No seu ponto de compreensão, a realidade prática material, econômica e política estabelecida a partir da situação colonial é o ponto de iminência da libertação, identificando nas classes trabalhadoras africanas

os mais revolucionários. Percebiam, a luta pela independência formulada por ele era apenas um passo para a libertação geral.

A despeito da sua aparente formação marxista e a flexão destes temas com a luta anticolonial, evidencia-se uma outra questão: Mário Pinto de Andrade não formula (até onde tive acesso nessa pesquisa) quase nada sobre o capitalismo. Para ele, a questão da identidade coletiva é a condição *sine qua non* da liberdade. Nesse sentido, o problema de superação da situação colonial perpassa diretamente por uma questão civilizacional e, não à toa, sua arma revolucionária era a literatura, pois “a construção da identidade está ligada à narrativa e, por consequência, à literatura” (Oliveira, 2000, p. 106). Apesar do linguajar, suas maiores influências estavam em Kwame Nkhumah, Senghor, Sartre e George Padmore (Faria, 2000, p. 161).

Destarte, como filólogo, ele trabalhou na reabilitação das línguas autóctones, travou debates internos sobre os dicionários, além da sua própria contribuição literária. Ao topar a empreitada de “descobrir Angola”, Pinto de Andrade estava “fazendo uma reabilitação da cultura negro-africana aos olhos do mundo” e estava reivindicando “o contributo do humanismo africano para o humanismo universal” (2000, p. 21). Em seu entendimento, a maturação da consciência nacional depende do resgate de figuras históricas de resistência e ao mesmo tempo “a captação do real africano” (2000, p. 23).

Seu projeto nacional é notoriamente pan-africanista. Sua preocupação com a reelaboração da civilização africana inscreve-se numa tradição longínqua de intelectuais que se imaginavam sob o signo da África e que agora tinham uma África “mais real” para lidar, em um plano dialético e intelectual. O paradigma africano configura-se como um fim e um meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, o que é o nacionalismo? Pergunta difícil de responder. Certamente um tipo de identidade coletiva que se transformou em uma forma de auto inscrição dos Estados, porém os critérios para sua emergência ainda não estão suficientemente claros. O que está evidente é o que ele necessariamente não é: não é a nação, não é território e não é sinônimo de língua comum.

Mas ele se tornou isso tudo. Se o nacionalismo emergiu antes dessas formulações ideológicas, ao mesmo tempo, ele também não pode ser pensado fora delas. Assim, percorremos um caminho a fim de demonstrar como os processos históricos que envolveram o desenvolvimento do nacionalismo, responderam a uma série de fatores “externos” à sua ocorrência e que na tentativa de explicá-lo utilizando a ferramenta comum de isolamento do fenômeno, alguns historiadores foram induzidos às insuficiências. Talvez, a principal delas seja retirar a fala, o peso e a compreensão dos próprios nacionalistas. Na tentativa de tirar o viés ideológico do fenômeno, transformaram-no numa teoria à parte dos teóricos. Trocando seis por meia dúzia.

Com ênfase nos conceitos, nos usos intelectuais de palavras-mestres e nos círculos intelectuais, procurei evidenciar que o fenômeno não pode ser tão facilmente patenteado, e a interdisciplinaridade se mostrou como necessária. Se entre Hobsbawm e Anderson há o conflito sobre a origem do nacionalismo, fico ao lado de Anderson e o lugar das Américas, em sua conjectura. Nesse sentido, o que o autor interpreta não é que qualquer forma de insurgência possa, automaticamente, receber o selo nacionalista, a questão para ele é que perceber-se enquanto parte de um todo, de anônimos que influenciam mutuamente os esquemas da vida, a partir de uma nova percepção de tempo, dificilmente podendo ser explicado apenas por “antagonismos de classe”; afinal, os conflitos entre os grupos que tem tudo, e os que não têm nada, não são exatamente uma novidade. Para ele, desde a origem, o nacionalismo não é exatamente um fenômeno popular e o peso dado à comunidade letrada é variante entre os autores, porém a sua presença é a certeza.

Neste debate, Durkheim parece ser muito atual. Em sua distinção entre solidariedade mecânica e orgânica, os indivíduos nesta última respondem a duas instâncias geradas pela divisão do trabalho, pois ela é a fonte de solidariedade e de sua base moral. Não é que ela possua uma moral própria, mas possui efeitos moralizantes, pois transfere ao indivíduo a noção de dependência.

Relembramos o esquema: a solidariedade mecânica fundamenta-se na semelhança entre pessoas, isto é, na “similitude de consciências”, havendo uma razão inversamente proporcional do conflito entre interesses pessoais e interesses coletivos. Quanto maiores são estes últimos, menores são os primeiros. Já nas sociedades onde há predominância da solidariedade orgânica, a sociedade ocupa menos lugar na consciência individual e a manutenção dos elos é feita por “sistemas de funções diferentes, unidas por relações definidas”. Nos dois casos, a divisão do trabalho ordena a vida, o que acontece é que a sua especialização gera nas pessoas a compreensão de diversidade e esta diferença gera o sentimento de necessidade dos outros. Outros tomados coletivamente, significando outros diferentes, em funções diferentes, com morais diferentes, personalidades e lugares distintos. Um grande complexo social onde as pessoas tem consciência, que se sabem tecer, não terão tempo para plantar.

À luz do século XVIII, existe lugar onde há uma consciência de diversidade, em termos de dependência, maior que a América? E assim, o colono, ao romper com a metrópole sem querer, dá os instrumentos de ruptura aos escravos. Quando o colono, a partir do seu lugar na burocracia colonial, rompe com o poder de mando metropolitano, ele automaticamente redistribui os lugares dentro da sua sociedade.

Nesses territórios, o trabalho escravo é o fundamento das relações econômicas. Foi no território americano que as antigas identidades dos povos negros e indígenas foram pouco a pouco se resignificando. Ser negro (e ser branco) é o seu lugar social. Ser negro passa a corresponder a uma série de características culturais, sociais e biológicas; dentro dessa categoria encontram-se todas as pessoas “de cor”. O Atlântico negro fundamenta-se enquanto um novo tipo de nacionalismo, o nacionalismo negro. Em seu interior, basicamente todas as características imputadas aos nacionalismos tradicionais residem. Especialmente uma classe de intelectuais, uma comunidade letrada, formada segundo os mais modernos padrões da ciência, disponível da época que trabalhavam a serviço de “seu povo”.

A ciência, que buscava organizar todas as pessoas e povos em seus lugares definidos, conforme critérios próprios, estava mais ou menos implicada com os problemas da sua época, como quase sempre foi. As categorias raça, civilização, cultura, nação e nacionalismo desenvolvidas pelos teóricos ocuparam um lugar de articulação entre o conhecimento de mundo, que estava sendo organizado com os interesses políticos.

À esteira do abolicionismo, a modernidade se elaborou, não porque o escravismo era antimoderno, demonstrei que justamente ao contrário. Ele caminhava lado a lado com as inovações tecnológicas e também se conformou politicamente, enquanto força de disputa do ordenamento social. Mas o lugar da ciência e da razão enquanto forças moralizadoras da

sociedade, capazes de gerar um ordenamento jurídico necessário para a consolidação de novas forças econômicas, firmou-se quando o abolicionismo venceu.

O ideal abolicionista condensa em si quase todos os novos valores humanistas, cunhados pelos primeiros nacionalistas revolucionários. Posteriormente, as novas nações que se erguiam fundamentaram-se pelo ideal da liberdade e da autodeterminação.

Em outras palavras, quando a Grã-Bretanha assumiu a dianteira na consolidação do abolicionismo (o que pode parecer antagônico, porque é), a revolução gerada por ela, serviu de consolidação para o lugar da racionalidade no mundo político-social. O ideal abolicionista era um fundamento dependente de todas as outras ideias chamadas modernas e suas implicações informam o lugar do pan-africanismo, enquanto força social. Sob o signo da África, o nacionalismo negro que sempre foi internacionalista passou a expandir mais suas redes de solidariedade chegando ao próprio território africano, sendo devedor do contato intelectual entre diaspóricos e africanos nas universidades europeias.

Contei neste trabalho parte da história da passagem de compreensão da África enquanto paradigma, para África enquanto pragmática. O pan-africanismo passou a operar nos processos de autodeterminação do continente africano, utilizando-se dos mesmos instrumentos disponíveis às populações europeias. A palavra negro-africano desenvolve-se enquanto categoria condensadora dos conceitos de cultura e civilização, capaz de evidenciar o histórico de todo engajamento político de pessoas negras de quaisquer pertencimentos territoriais.

Como vimos com o próprio Mário Pinto de Andrade, o nacionalismo africano, que se desenvolveu à luz do pan-africanismo, não estava disposto e nem interessado em perder a participação da diáspora africana em sua própria história.

Neste sentido, se há realmente um sentimento coletivamente compartilhado, que dificilmente será acessado por nós através de fontes seguras, o trabalho dos intelectuais está disponível. Com essa consciência, preferi percorrer o caminho seguro, assumindo a versão do nacionalismo que está na cabeça dessa comunidade letrada como princípio formulador da teoria política pan-africanista.

Mesmo com toda essa história o pan-africanismo, enquanto teoria, somente se formulou à luz do marxismo. C.R.L. James e de George Padmore assumiram o lugar de referência que DuBois e Garvey ocuparam poucos anos antes. As independências dos países africanos, tomados a partir de sua situação colonial, foram desenhadas em articulação com o novo problema identificado: o capitalismo.

Os anos que levaram para compreensão do imperialismo europeu como um problema acumularam-se às novas lutas revolucionárias cujo centro estava nas novas nações africanas,

consolidadas pela burocracia colonial. Nesse sentido, atenta às problematizações de Bevir e Skinner, a sistematização da teoria política pan-africana apresentada aqui (mesmo que mais lateralmente) e da própria identificação dos ideais nacionalistas deste tipo cuidou para não criticar e posteriormente repetir os vícios das mitologias de doutrina e da coerência; a escolha por palavras-chave/ideias aparecem a fim de contextualizar o contexto histórico do uso político (e não estritamente científico) das mesmas e sua interpretação pelos pan-africanistas.

Por fim, a presente dissertação de mestrado objetivou organizar um pouco mais de cem anos de história, a fim de produzir uma lógica de ação de intelectuais específicos. Como foi dito na revisão de literatura, a insistência em localizar o lugar dos eruditos/intelectuais nacionalistas tem dois motivos simples: esta dissertação não se dedicou a estudar a emergência de algum Estado-nação específico, mas as dinâmicas dos discursos nacionalistas, e fornecer instrumentos eficazes para pensar as maneiras como em um jogo de influências a mutualidade é pressuposto, mesmo que entre agentes desiguais. Ao admitir a interdependência entre humanos na colcha social, é evidente que o movimento da Europa em relação ao restante do mundo não é unilateral. Infelizmente, dentro do recorte e alcance da pesquisa de mestrado consolidada na dissertação, não foi possível afirmar se o nacionalismo negro informou os nacionalismos europeus e em que medida. Porém, diante das análises realizadas, foi possível demonstrar que ele não é fruto de mero racismo estadunidense, mas de uma complexa rede de pessoas e intelectuais que formularam uma modernidade africana.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.
- AFONSO, Henrique Weil; MARQUES, Clarissa e MAGALHÃES, José Luís Q. O fardo do homem branco: o conceito de *standard* civilizatório no direito internacional no século XIX. **Revista Duc In Altum Cadernos de Direito**, v. 10, n. 20, jan.-abr. 2018, p. 207-236.
- ALVARADO, Guillermo A. N. **África deve-se unir a formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos pan-negristas e pan-africanos (séculos XVIII – XX)**. Tese (doutorado em estudos étnicos e africanos), Departamento de Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2018.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre as origens e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário P. As ordens do discurso do ‘Clamor Africano’: continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. **Estudos Moçambicanos**, v. 7, p. 7-28, 1990.
- ANDRADE, Mário P. **As origens do nacionalismo africano**. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- ANDRADE, Mário P. Cultura negro-africana e assimilação. In: LARANJEIRAS, P. (org.), **Negritude africana de língua portuguesa**, 2000.
- ANDRADE, Mário P. Literatura e nacionalismo em Angola. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs.) **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial, trad. Nicolás Nyimi Campanáro. São Paulo: **Revista Cadernos De Campo**, n. 3, v. 3, 1993, p. 107-131.
- BRAMBILLA, Elena. Lycée et Université Impérial: innovations éducatives en France et influence sur l’instruction des élites en Italie (1789-1814). Trad. Lucien Faggion. **Rives Méditerranéennes**, n°32-33, p. 97-119, 2009.
- BATRAN, Aziz. As revoluções islâmicas do século XIX na África do Oeste. In: AJAYI, J. F. (org.). **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.
- BAVARESCO, Agemir. A crise do estado-nação e a teoria de soberania em Hegel. Belo Horizonte: **Síntese - Rev. de Filosofia**, v. 29, n. 93, 2002, p. 69-94.
- BETTS, Ramond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (org.) **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2 Ed., 2010.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru: EDUSC, 2008.

BEVIR, Mark. How to be an intentionalist. In: **History and Theory**, v. 41, p. 209- 217, 2002.

BEVIR, Mark; RHODES, R. A. W. Interpretation and its Others. In: **Australian Journal of Political Science**, v. 40, n. 2, 2005.

BLYDEN, E. W. **Christianity, Islam and the negro race**. Londres: Edinburgh University Press, 1888/1967.

BOAHEN, A. **Topics in West Africa History**, Essex, Longman, 1981.

BOATCA, Manuela. Múltiples Europas y la mística de la unidad. In: CAROU, Heriberto Cairo; GROSGOUEL, Ramón Grosfoguel (ed.). **Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa: Un diálogo America Latina-Europa**, Madrid: Iepala, 2010, p. 193-208.

BOAVENA, E. As origens do nacionalismo africano (uma leitura crítica). In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs.) **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

BÖRÖCZ, Jozsef. Godness is elsewhere: the european difference. In: **Comparative Studies in Society and History**, 2005, p. 210-387.

CABRAL, Jessica. **História e Filologia e arqueologia: a trajetória de Jean-François Champollion através de suas sociabilidades (1790-1832)**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2020.

CAIRUS, José Antônio Teófilo. **Jihad, Cativo e Redenção: escravidão, resistência e irmandade**, Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2002.

CANDACE, Gratien. **Le deuxième Congrès de la Race Noire**, 1921. Disponível em: <<http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b018-i042>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **Blogue de História Lusófona**, ano 6, v. 1, p. 261-280, set., 2011.

CAYOLL, L. A educação dos indígenas, dos colonos e dos funcionários coloniais: Relatório ao congresso intercolonial do ensino nas colônias”, Paris, 1931. In: GASPERINI, Lavinia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Edizioni Lavoro/Iscos 8, 1989.

CHAMPOLLION, François. **L’Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l’Histoire de l’Égypte avant l’invasion de Cambyse**, 1814.

CHARTIER, Roger. Prefácio, In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COAN, Isadora C. de M. **Aproximações entre os campos da história e da ciência política a partir de Mark Bevir**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, jul. 2011.

CROWDER, Michael. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. In: BOAHEN, Albert Adu (org.) **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2 ed., 2010.

DAGET, Serge. A abolição do tráfico de escravo. In: AJAYI, J. F. (org.). **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

DAVIDSON, A. B.; ISAACMAN, A. F.; PÉLISSIER, R. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935. In: BOAHEN A. A. (ed.) **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2 ed., 2010.

DIOP, Majhemout. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, Alia A. **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2 ed., 2010.

DO NASCIMENTO, Rosânia Oliveira. Femmes en Négritude: intelectuais negras silenciadas. **Entre-Lugar**, v. 7, n. 13, p. 10-20, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2005.

DOS REIS, Raissa Brescia. Ação política intelectual como modelo de participação negra: o movimento da Négritude (1930-1960). **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 392-409, jul./dez. 2014.

DUBOIS, W.E.B. **Almas do povo negro**. Trad. José Luiz Pereira da Costa, 2004.

DURÃO, Gustavo de A. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa póscolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 212 - 242, jul./set. 2018. p.212-242, jul./ set. 2018.

DURÃO, Gustavo de A. Negritude, construção e contestação do pensamento político-intelectual de Léopold Sédar Senghor (1928-1961). In: **O pensamento africano no século XX**. MACEDO, José Rivair de (org.). São Paulo: Outras expressões, 2016.

DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

ESEDEBE, P. O. **The growth of the pan-African movement**, Tarikh, v. 6, n. 3, 1980.

FARIA, António. Mário Pinto de Andrade, espelho da revolução africana em um espaço português. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs.) **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **The coming of the book: the impact of printing 1450-1800**. Verso, 1997.

FELE, Buanga [Mário Pinto de Andrade]. Qu'est-ce que le 'lusotropicalismo'? **Présence Africaine**, Paris, n. 4, p. 24-35, out./nov., 1955.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana**. Niterói: EDUFF, 1998.

FINCH III, Charles S., NASCIMENTO, Elisa L. Abordagem afrocentrada, história e evolução. In: NASCIMENTO, Elisa L. (org) **Afrocentricidade, uma abordagem epistemológica**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Obras Completas, v. 12. Companhia das Letras, 2010.

GEISS, I. **The Pan-African Movement**. A History of Pan-Africanism in America, Europe and Africa. New York: Africana Publishing Co, 1974.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell Publisher Limited, 1983.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GREWE, Wilhelm G. **The Epochs of International Law** [Epochen der Völkerrechtsgeschichte]. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2000.

HARRIS, J.E. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo. In: OGOT, Allan B. (org.) **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 77-94, 2008.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBSBAWM, E. **A era das revoluções: 1789 -1848**. Paz e Terra, 2012.

HOBBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HROCH, M. **Social preconditions of nation revival in europe**. Cambridge, 1985.

ISAACMAN, A; VANSINA, J. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880 - 1914. In: BOAHEN A. A. (ed.) **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2 ed, 2010.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JAMES, C.L.R. **Fascist Terror Against Negroes in Germany**. Negro Worker, n. 4-5, abr-maio, 1933.

JAMES, C.L.R. Lectures on black jacobins. **Small Axe**, n 8, set., p. 65-112, 2000.

JÜNGER, Ernst. A mobilização total. **Natureza Humana**, v. 4, n.1, p. 189-216, jan./jun. 2002.

KAGIBANGA, Victor. A questão da ruptura e da continuidade (proto)nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade: uma contribuição ao estudo sociológico do programa de pesquisa do 2º volume da obra as origens do nacionalismo africano África: **Revista do Centro de Estudos Africanos**. São Paulo, n. 20-21, p. 285-303, 1997/1998.

KANT Immanuel. **A paz perpétua**. Um projeto filosófico. Tradutor: Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KI-ZERBO, Joseph, MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe, BOAHEN, A. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali A. e WONDJI, Christophe (editores). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto, 2006.

LAST, Murray. O califado de Sokoto e o Borno. In: AJAYI, J. F. (org.). **História geral da África VI**: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

LÊNIN, Vladimir I. U. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 3, 1980.

LUMUMBA, Patrice. **A África será livre**. Brasília: Editora Reaja, 2018.

LOVEJOY, P. E. Jihad na África Ocidental durante a "Era das Revoluções": em direção a um diálogo com Eric Hobsbawm e Eugene Genovese. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 28, p. 22-67, jan., 2014.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 97-117, jul./dez., 2011.

MELO, G. Chaves. **Iniciação à Filologia e à Linguística**. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1975.

MOORE, Carlos Abdias do Nascimento. O surgimento do pan-africanismo contemporâneo global. In: NASCIMENTO, E. L. (org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

MOORE, Carlos Abdias do Nascimento. **Prefácio do livro O Brasil na Mira do Pan-Africanismo**. Salvador: CEAQ/ EDUFBA, p. 17-32, 2002.

MOORE, Carlos Abdias do Nascimento. **O Brasil na Mira do Pan-Africanismo**. Prefácio. Salvador: CEAQ/ EDUFBA, p. 17-32, 2002.

MORGADO, Paula. Breve análise sobre o nativismo africano: sua relação ambígua com o poder colonial português. **Revista angolana de sociologia**, n. 7, p. 71-79, 2011.

MUDIMBE, Yves V. **A invenção da África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2019.

MWANZI, Henr A. Iniciativas e resistência africanas na África oriental, 1880 -1914. In: BOAHEN, Albert Adu (org.) **História Geral da África VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2 ed., 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2 ed., 2002.

NASCIMENTO, W. Santos. **Gentes do mato**: novos assimilados de Luanda (1926-1961). Tese (doutorado em história). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.

NKRUMAH, K. **Consciencism**. Philosophy and Ideology for De-Colonization. New York: Monthly Review Press, 1970.

OLIVEIRA, Geraldo. A dialéctica como via da libertação em Mário de Andrade: a literatura como arma de luta. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

OPPENHEIM, Lassa F. **International Law. A Treatise. Peace**, v. I (of 2), 2 ed., 2012.

PADMORE, G. **Correspondência para W.E.B. Du Bois**, 3 de julho de 1945. University of Massachusetts, W.E.B. Du Bois Library, Du Bois Papers, rolo de microfilme, p. 337–376.

PADMORE, G. (coord.). **Colonial and Coloured Unity**: History of the Pan-African Congress. Londres: The Hammersmith Bookshop, 1947.

PADMORE, G. **How Britain Rules Africa**. New York: Lothrop, Lea and Sherap Company, 1936.

PHILIPS, John Edward. Slavery on Two Ribāt in Kano and Sokoto. In: LOVEJOY, Paul E. **Slavery on the frontiers of islam**. Nova Jersey: Markus Wiener Publishers, 2011, p. 111-123.

RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 573-601, aug. 2003.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. Companhia Editoras Nacional. 1938.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 2019.

Resolutions du deuxieme Congres Pan-Africain: au monde, 1921. Disponível em:<<http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b018-i093>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

RUDESTAM, Kjell E., NEWTON, Rae R. **Surviving your dissertation**: a comprehensive guide to content and process. Sage Publications, 2014.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James (ed.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 29-67.

STEVENSON, David. **1914-1918**. História da primeira guerra mundial. São Paulo: Novo Século, 2016.

UZUGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (org.) **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, 2 ed.

VELHO, G.; DE CASTRO, E.B. **O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica**. Artefato: Jornal de Cultura. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, n. 1, jan., 1978.

VERELA, Pedro; PEREIRA, José A. As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista. **Revista. hist.** São Paulo, n. 179, 2020.

VIANNA, Francisco J. O. **As instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

VIANNA, Francisco J. O. **Raça e assimilação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira, 1934.

WASU. **West African Students Meeting**. The Keys, Dez., 1936.

WESTLAKE, John. **Chapters of the Principles of International Law**. Cambridge: Cambridge Press, 1894.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1999.

XIMENES, Expedito E. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 18, n. 52, jan./abr., p. 93-115, 2012.